

CENTRO UNIVERSITÁRIO FUNDAÇÃO SANTO ANDRÉ
VITOR MENDES MONTEIRO

Formação territorial da periferia sul de Santo André:

O caso do Jardim Irene.

SANTO ANDRÉ
2014

VITOR MENDES MONTEIRO

Formação territorial da periferia sul de Santo André:

O caso do Jardim Irene.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência parcial
para obtenção do grau de Bacharel e
Licenciado em geografia, à Faculdade
de Filosofia Ciências e Letras do
Centro Universitário Fundação Santo
André

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Cecília
Cardoso Teixeira de Almeida

SANTO ANDRÉ

2014

Monteiro, Vitor Mendes
Formação territorial da periferia sul de Santo André: O caso do
Jardim Irene / Vitor Mendes Monteiro. - Santo André, 2014. –
114 f.

Monografia – Centro Universitário Fundação Santo André.
Graduação. Bacharel e Licenciatura em Geografia
Orientador: Cecília Cardoso Teixeira de Almeida

1. Periferia 2. Jardim Irene 3. Exército industrial de reserva
I. Título

Agradecimentos

Cinco anos após escrever pela primeira vez agradecimentos em um trabalho acadêmico, estou aqui novamente e com a felicidade de ver que muitas pessoas dos agradecimentos de lá continuam ao meu lado e me apoiando: Minha família, Daiane - companheira de amor e cotidiano e alguns amigos de longa data. Não podemos controlar o destino da vida, e de lá pra cá ficaram como saudade e boas lembranças, o amigo bom de papo Alberto Carvalho e a sempre carinhosa Vó Nide.

Agradeço aos participantes do projeto Historia, Mapas e Computadores que fizeram do meu estágio um momento de reflexão, aprendizagem e amizade.

Aos que tiveram grande importância para o desenvolvimento deste trabalho: os dispostos funcionários do Museu de Santo André, especialmente à bibliotecária Ana Maria. Francisco Comaru, Margareth M. Uemura, Giselle Tanaka e Juan Cristaldo sempre atenciosos aos meus questionamentos via e-mail. Os que concederam parte de suas memórias em forma de entrevista José Lira de Melo, Maria do Carmo Soares de Melo, Izildo Silva, Osvaldo Mendes, José Duda Costa. E todos os outros que em conversas informais me ajudaram com informações, ideias, indagações.

Deixo aqui meu agradecimento aos professores da Geografia FSA. Especialmente à Cecília, professora e orientadora dedicada e comprometida com uma ciência da e para a realidade; ao professor Glauco Zegna por todo conhecimento passado e por um desejo compartilhado de mudar o mundo. Aos colegas e amigos da Geografia FSA, pela convivência e pelo empenho por uma Geografia crítica e atuante.

Aos que compreenderam, e me ajudaram a compreender, que o conhecimento se constrói também fora da sala de aula, para além dos rótulos e currículos de cada ciência. E enfrentaram a luta por uma educação pública, por uma universidade aberta. Na verdade a luta por um mundo mais justo e quiçá pela emancipação humana.

Unicamente Por Causa Da Desordem Crescente

Unicamente por causa da desordem crescente
Nas nossas cidades com as suas lutas de classes
Alguns de nós nestes anos decidimos
Não mais falar dos grandes portos, da neve nos telhados, das mulheres,
Do perfume das maçãs maduras na despensa, das impressões da carne,
De tudo o que faz o homem redondo e humano, mas
Falar só da desordem
E portanto, ser parciais, secos, enfronhados nos negócios
Da política, e no árido e «indigno» vocabulário
Da economia dialética,
Para que esta terrível pesada promiscuidade
Das quedas da neve (elas não são só frias, nós bem o sabemos),
Da exploração, da tentação da carne e da justiça de classes,
Não nos leve à aceitação deste mundo tão diverso
Nem ao prazer das contradições de uma vida tão sangrenta.

Vocês entendem.

(Bertold Brecht)

Resumo

A expansão geográfica do modo de produção capitalista, que atinge novos continentes já no século XV, ganha imensa força com o crescimento dos oligopólios produtivos e o surgimento do capital financeiro a partir do século XIX na Europa.

A busca de condições produtivas que alavanquem a lucratividade por parte das empresas privadas gera, por um lado o deslocamento de suas unidades produtivas para locais distantes da matriz e de outro lado a concorrência intercapitalista e os avanços técnicos e de gestão da produção que geram às crises capitalistas, que a partir do século XX tem amplitude planetária.

As táticas de rearranjo do capital para superar tais crises, as características de uma industrialização dependente econômica e tecnologicamente na América Latina, as ações do Estado nesta industrialização e na urbanização, as motivações para a migração dos milhares de trabalhadores - que se constituirão como um exército industrial de reserva nas cidades da Região Metropolitana do Estado de São Paulo - são importantes elementos para compreender a dinâmica de ocupação do solo nas cidades do ABC paulista.

Os elevados preços da terra e o custo de vida nos centros urbanos e próximo aos bairros residências de alto padrão impelem as classes populares a se instalarem em terrenos cada vez mais distantes, transformando as periferias em seu lócus de reprodução, na qual enfrenta diversas mazelas. Contudo é na periferia que o trabalhador pode ser agente ativo, com relativa autonomia, transformando-a em local de resistência.

O Jardim Irene, bairro da periferia de Santo André, composto por loteamentos legais e por ocupações ilegais, traz na história de seus moradores o enfretamento da falta de estrutura e serviços urbanos, a adaptação às várzeas e encostas de morros, jornadas de autoconstrução, e a luta por direito à moradia.

Palavras chave: Mundialização do Capital, Industrialização, Periferia, Santo André, Jardim Irene, Ocupações, Autoconstrução

Lista de Figuras

Figura 1 Jornal A Noite de 1943: A produção industrial de Santo André _____	62
Figura 2 Estrada do Guarará, década 1940. _____	65
Figura 3 Comporta do reservatório do antigo DAE – Departamento de Águas e Esgotos, atual ETA – Estação de Tratamento de Água do Guarará, anterior a 1925 _____	67
Figura 4 Os problemas de quem vive juntos aos córregos - Córrego Guarará _____	73
Figura 5 Moradores do Jardim Irene e suas residências sobre o córrego Guarará _____	74
Figura 6 Anúncio de terras na Vila Luzita, 1938 _____	75
Figura 7 Vila Luzita na década de 1950 _____	76
Figura 8 Vila Luzita aproximadamente na década de 1970. _____	76
Figura 9 Vila Luzita atualmente _____	77
Figura 10 Panorâmica dos bairros da periferia Sul de Santo André _____	79
Figura 11 Variação da utilização da toponímia Irene _____	81
Figura 12 Complexo do Jardim Irene _____	85
Figura 13 Movimentos populares por melhores condições nos serviços públicos e por moradia em registros de hemeroteca. _____	92
Figura 14 Primeiro plano: Complexo do Jd. Irene. Segundo plano: LT e áreas não ocupadas. Plano de fundo: VI .João Ramalho, Jd. Irene loteamento, Jd . Santo André _____	102
Figura 15 Padrões construtivos e paisagens: Jardim Irene; Complexo do Jardim Irene; Sítio dos Vianas _____	106
Figura 16 Paisagem do Jardim Irene loteamento 1972 – 2014 _____	108

Lista de Mapas

Mapa 1 A economia no século XIX _____	30
Mapa 2 Reprodução do mapa "Folha de São Paulo", 1906 _____	56
Mapa 3 Planta da sede: Santo André, mapa confeccionado pela Diretoria de Engenharia da PMSA, 1940. _____	64
Mapa 4 Evolução Urbana em Santo André _____	69
Mapa 5 Plano viário de Santo André, estruturado basicamente com o aproveitamento dos fundos de vales. _____	71
Mapa 6 Microbacias, APP de topo de morro, Hidrografia e Jardim Irene _____	72
Mapa 7 Mapa da evolução urbana na divisa de Santo André com São Bernardo do Campo _	82
Mapa 8 Urbanização e mudanças morfológicas na divisa de Santo André e São Bernardo do Campo _____	86
Mapa 9 Localização dos bairros com movimentos populares em registros de hemeroteca ___	93
Mapa 10 Variação da malha viária no Jardim Irene de acordo com ocupações _____	98

Mapa 11 Avanço da ocupação urbana entre Jardim Irene loteamento e Complexo do Jardim Irene de 2006 a 2014 _____	99
Mapa 12 Fatores limitantes à ocupação entre o Jardim Irene loteamento e o Complexo do Jardim Irene e ao Sul do Cata Preta e Jardim Santo André. _____	101
Mapa 13 Levantamentos Aerofotogramétricos do Parque do Pedroso e seu entorno. _____	104

Lista de Tabelas

Tabela 1 Porcentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos (final do séc XIX) _____	23
Tabela 2 Implantação industrial em Santo André (1897 - 1951) _____	32

Sumário

Introdução _____	10
1 . Mundialização do capital e a RMSP _____	16
1.1 Capital oligopolista e expansão capitalista _____	16
1.1.1 Subjugação da América Latina e capitalismo dependente _____	26
1.2 Pós 2ª Guerra Mundial – As multinacionais vão à periferia capitalista _____	29
2 As contradições por dentro dos processos territoriais: resistências e impasses _____	44
2.1 Aglomerados urbanos ou formação do exército de reserva? _____	44
2.2 Os agentes da formação territorial _____	49
3 A periferia Sul de Santo André _____	50
3.1 Industrialização e migração. A divisão territorial do trabalho _____	50
3.2 Utilizando várzeas, subindo morros _____	70
3.2 O subcentro de Vila Luzita _____	74
3.3 “Jardins Irenes”, conflitos sociais e as toponímias _____	80
3.4 Mosaico de moradias e memória popular: Loteamentos, ocupações, autoconstrução _____	87
Considerações _____	105
Referências _____	111

Introdução

Na década de 1970 o ABC paulista já tinha passado por um processo de intensa industrialização e é quando aparecem os primeiros registros de núcleos de favelas, revelando a influência do capital fabril, e também do imobiliário que se aproveitava da valorização das terras, na configuração da cidade.

Com este processo ocorre uma valorização das terras da Região ABC e suas áreas periféricas, obviamente mais baratas, tornavam-se extremamente atrativas a mão de obra que não conseguia morar nos centros das cidades do ABC e era seduzida pela oferta de trabalho e pela situação econômica da Região. O que provocou mudanças significativas em relação à questão urbana da Região e até em relação ao território nacional. (GONÇALVES, 2009, pág. 56).

Também se inscrevem na paisagem dessa geografia loteamentos legais, ocupações ilegais, algumas organizadas por movimentos por moradia como o Movimento dos Sem Terra pela Moradia em Santo André, outras formadas a partir da autoconstrução familiar sem articulação com movimentos formalmente políticos. Os documentos de projetos governamentais e notícias de diferentes épocas sobre a periferia sul de Santo André registram também o papel do Estado na urbanização por meio de leis de ordenamento e regras do uso do solo, mas principalmente por obras no sistema viário, em serviços como abastecimento de água e afastamento de esgoto (o tratamento de esgoto ainda é ínfimo, o que realmente é feito é o afastamento por uma rede de encanamentos que tira o esgoto de perto dos imóveis, mas o lança em algum córrego próximo), instalação de escolas e postos de saúde.

Com o processo de migração de parte das indústrias de Santo André, setor esse que representava o eixo principal da economia local, observam-se transformações territoriais cujas lacunas são absorvidas pelo setor de serviços e comércios. Concomitantemente o ritmo de migração de outros estados para São Paulo diminui e conseqüentemente a expansão horizontal das periferias urbanas do município desacelera. Segundo Bruno José Daniel Filho nos anos 80

(...) a população favelada terá um crescimento muito grande no interior dos núcleos que começam, então, a inchar. Durante a década de 80, surgem, na verdade, poucos núcleos, mas, os que existem crescem

internamente.

(...) Enquanto em São Paulo houve um processo de periferização das favelas, isso não pôde ser observado em Santo André. O surgimento dos núcleos em São Paulo se dá em loteamento clandestinos na periferia. Em Santo André, as ocupações são próximas ao centro da cidade ou áreas bem servidas pelos equipamentos urbanos. (PMSA, 1990, pág. 24).

Porém, o meio urbano continua sendo reconfigurado em uma relação intrínseca e constante com a complexificação das estruturas sociais, que moldam também a apropriação da natureza local.

Isso posto, essa pesquisa busca desvendar a formação territorial e a evolução da Geografia atual do bairro do Jardim Irene e vizinhos, baseando-se na análise do conjunto de relações entre elementos (“físicos” e “humanos”) inerentes à realidade e portanto à ciência geográfica,

Assim sendo, tais relações isoladas pelo processo analítico devem posteriormente ser remontadas em suas interdependências: as relações sociais ocorrem concretamente e os elementos físicos têm sua motivação e utilidade condicionados socialmente.

Ter em mente estas considerações como pressupostos é compreender que os fundamentos da ciência geográfica estão intimamente ligados ao que é a geografia da realidade, e se esta é em si física e humana ao mesmo tempo, a ciência não pode se furtar deste dado.

Nessa direção compreender o papel dos diversos agentes construtores dessa geografia como proprietários fundiários, imobiliários, proprietários dos meios de produção, Estado, organizações populares para conquista da terra, de moradia e de melhores condições de vida e também aqueles trabalhadores “não organizados” sob a bandeira de algum movimento na construção do arranjo territorial do lugar.

Pretendemos com isso analisar o vínculo dialético desses agentes na apropriação de territórios rurais e de domínios naturais, e a urbanização das áreas apontadas, e portanto, os vínculos entre as dinâmicas internas e externas que envolvem esse estudo, sobretudo a partir da introdução do capital internacional industrial na conformação da geografia de Santo André, na produção da geografia local.

Destaca-se a condição dialética, pois a interação entre o Estado, a burguesia e a classe trabalhadora é por essência de disputa e de oposição e, portanto conflito. Porém essa interação é ao mesmo tempo de dependência, tanto no que tange a existência dos indivíduos dentro desses grupos sociais, já que é a relação entre elas que define suas características e sua possibilidade quanto à necessidade do existir. No que concernem as ações destes grupos no cotidiano visando alcançar seus objetivos imediatos, ao se deslocarem na busca por trabalho na indústria e se estabelecerem em loteamentos de baixo custo, os trabalhadores tornam-se mão de obra para a indústria ou em outros serviços urbanos, assim como “consumidores” do solo urbano como mercadoria. Essa dinâmica leva a necessidade de intervenção estatal na estrutura urbana, justificando a existência do aparelho de governamental. E nessa articulação das diferentes partes a geografia da cidade é construída.

Assim, se dedicar ao estudo de uma área qualquer de uma cidade é uma tentativa de contribuir para o entendimento da totalidade da cidade e de sua relação com escalas maiores (ou cartograficamente menores). Se debruçar sobre a periferia é compreender o lócus da classe trabalhadora, como parte de sua subordinação ao capital e conseqüentemente suas mazelas concretizadas, ou seja, a exploração do capital e do Estado sobre a população mais pobre, visando em última instância uma dominação política e a acumulação capitalista.

Essas formas de relações se objetivam em regiões de periferias, onde se encontram ausentes a estrutura urbana e a possibilidade do uso de alguns serviços oferecidos pelo mercado por conta dos preços incompatíveis com a renda desse indivíduo. Assim sendo, esse sobre trabalho, já que além de proletário este indivíduo também trabalha em suas demandas no local de moradia, converte a periferia também em local de sua reprodução na qual é agente ativo, e paradoxalmente em local de resistência e com relativa autonomia.

Existe uma predominância de estudos de Geografia Urbana dos centros sobre as periferias e da capital paulista sobre os municípios vizinhos, mesmo com uma enorme gama de estudos sobre as condições urbanas das cidades nos países de industrialização tardia – se comparados à Europa e EUA – e

dependente econômica e tecnologicamente – que servirão para a compreensão mais universal neste estudo da mundialização do capital. A irrisória exploração pela academia desses locais e a fragmentada memória das singularidades das dinâmicas de formação e desenvolvimento dos bairros periféricos e populares de Santo André faz com que a apreensão das particularidades do processo de conformação territorial dessa localidade se torne um desafio.

Dentro do desenvolvimento do discurso da ciência geográfica muito já se desenrolou sobre questões fundamentais: O que é a Geografia? Como deve ser estudada? E não cabe aqui recuperar todo esse processo, mas podemos retomar o conceito da Geografia como relação sociedade-natureza (homem-meio), não como resposta pronta, mas como ponto de partida para questionar como realmente se dá essa relação.

Nessa direção, a centralidade da categoria trabalho surge como chave de entendimento vida humana. Em outras palavras, e segundo Ruy Moreira

A principal relação homem-homem é justamente a relação de propriedade das forças-produtivas, e por isto é a relação homem-homem que dá a direção geral (diz-se histórico-concreta) à relação homem-meio.

Por força dessa determinação do conteúdo (direção histórico concreta) da relação homem-meio pela relação homem-homem, o processo do trabalho, e, então, a totalidade dos aspectos da relação homem-meio, adquire como forma concreta de existência a forma das relações de produção (s/ data, pág.7).

Se determinada construção geográfica se dá nas relações de trabalho e em todo processo de construção social, como coloca Élvio R. Martins (2007).

A Geografia nasce, portanto com a relação entre a sociedade e a natureza. É propriedade do homem e é propriedade do meio. Mas é acima de tudo propriedade de um todo, no qual o meio e a natureza são a extensão/projeção do homem e da sociedade na medida em que são criação e representação suas (pág. 39).

É de fundamental importância não conceber o homem como um dado meramente quantitativo e demográfico como grande parte da ciência moderna executa. Um homem que interage com o meio apenas por necessidades biológicas, com intenções que independem do momento histórico-geográfico, do local, da posição e da função dos indivíduos no grupo em que vivem. Ou seja, dissociado das condições concretas de existência, assim como da própria concepção de mundo que a ele pertence e que, de alguma maneira, reflete o ideário de sua coletividade.

Esse raciocínio salienta a relação homem-homem, ou as relações sociais, como principal reguladora da unidade metabólica que é em última instância sociedade-natureza, fazendo também a natureza não ser vista apenas como um fundo de matérias-primas. “O processo de trabalho funde o natural e o social numa unidade orgânica ecológico-social, e é esta relação homem (sujeito)-meio (objeto) a real base sobre a qual deve se erguer a construção da geografia” (MOREIRA).

Assim sendo ao colocar o homem como um ser ecológico, admite-se que “o homem é a natureza adquirindo consciência de si própria” (RECLUS, 1985, pag. 38).

Todas essas relações aqui esboçadas acontecem concretamente. Assim sendo, ocorrem distribuídas territorialmente constituindo a geograficidade ou a geografia da realidade que deve ser abarcada pela ciência geográfica. Porém essa apropriação da realidade sofre variações, pois “Vemos a realidade através da ótica de nossa ideologia, de nossa metodologia, de nossa visão global do mundo. Por isso, a mesma realidade pode prestar-se a diferentes interpretações” (SANTOS, 1986, pág. 1).

O que não significa a rejeição do caráter objetivo da reconstituição subjetiva da realidade sobre a qual discursamos. Apesar da reconhecida variação de interpretação e entendimento da realidade, os processos naturais, sociais, econômicos e políticos que dão base às territorialidades e às paisagens não podem ser substituídos em nossas análises pela percepção, por vezes distorcidas, destas dinâmicas.

Martins (2007) utiliza o ato da descrição para nos mostrar esta troca recíproca entre o sujeito e o objeto e no que está a geograficidade deste último.

(...) a descrição demanda um procedimento cognitivo em que, de antemão, as coisas necessitam ser percebidas em sua localização e, por conseguinte, em sua distribuição. É isso que o sentido do geográfico invoca na sua constituição mais básica.

Além disso, a descrição dá conta de uma permanência, que é a das coisas localizadas, e, assim, de uma constância da distribuição. Há aí, portanto, uma duração do observado (pág. 39).

É inevitável ao tratar de duração não traçar um paralelo com ciência histórica, mais do que um paralelo, entender a relação entre História e Geografia na qual a segunda é concretização da primeira e a primeira é a segunda em processo. Isto porque cada sociedade tem seu arranjo territorial como produto da história, reflexo das características das relações sociais no presente e também condição para sua reprodução futura. Ainda para Martins (2007)

Enquanto a Geografia é especialmente definida em Ritmos e Durações, a História tem sua temporalidade definida predominantemente nas Sucessões. E a História está na Geografia pela descontinuidade das durações, e a Geografia está na História pela descontinuidade das sucessões. E entre essas descontinuidades encontramos a desigualdade/desequilíbrio que compõe a síntese dos ritmos dos Momentos (MARTINS, 2007, pág. 41)

Essa relação História-Geografia e todos os outros aspectos epistemológicos aqui expostos representam a base e de sustentação para a pesquisa e previnem

“uma visão a-histórica e etnocêntrica da urbanização” em que “Cidades fundadas no alvorecer da civilização ou na França medieval são encaradas como sendo organizadas segundo os mesmos princípios válidos para Phoenix na década de 1980. O mesmo tipo de política empregado em Cincinnati ou Tóquio é aplicado em Lima ou Dacar.” (SAWER, 1984 apud SOUZA, 1996, pág. 17)

Ao compreender o urbano como fruto das relações sociais contraditórias e complexas temos condições de verificar os interesses envolvidos na produção do arranjo territorial e questionar urbanistas convencionais que

(...) falam frequentemente em termos da cidade versus o *suburb*, da competição entre Dallas e Fort Worth, ou da zona de deterioração que se expande às custas do anel circundante de residências de trabalhadores. Isso são distorções fundamentais da realidade. Duas partes da superfície inanimada da Terra não podem ter interesses opostos. A história é feita apenas quando grupos de pessoas possuem interesses opostos àqueles de outros grupos de pessoa. O fetichismo espacial desempenha um papel proeminente ao confundir relações sociais importantes com a forma do espaço humano. (SAWER, 1984 apud SOUZA, 1996, pág. 17)

Aqui propomos entender a cidade como “(...) conjunto de diferentes usos da terra justapostos entre si (CORRÊA, pág. 7, 2004), sobretudo a periferia dentro de suas funcionalidades, e isso não pela visão reducionista em que as funções

originais surgem numa sequência cronológica mecanicamente correlacionadas ao aproveitamento das potencialidades dos recursos da área:

(...) se os núcleos urbanos surgiram em função de um ou de outros dos fatores (...) e frequentemente puderam se desenvolver em função dos próprios elementos que lhes deram origem, mais recentemente o fenômeno urbano brasileiro, como é comum em países de rápido crescimento, tornou-se um fato de especulação. Particularmente onde o fato urbano é mais significativo (...) ele reflete a livre iniciativa e a livre concorrência, crescendo como fruto de empreendimento antes de misnada capitalista (...). Em muitos casos o interesse especulativo preside o próprio aparecimento dos núcleos, como pode ser observado especialmente na criação de muitos patrimônios leigos dos estados de São Paulo e Paraná, ou de membros de áreas de colonização nos estados do sul do país. (PETRONE, 1964 apud ROCKENBACH, 1993, pág. 90)

1 . Mundialização do capital e a RMS

1.1 Capital oligopolista e expansão capitalista

John Atkinson Hobson economista e funcionário de um grande banco inglês no final do século XIX, viajando a trabalho teve a oportunidade de analisar os mecanismos de acumulação do capital, com destaque a sua consubstanciação nos empréstimos, muitas vezes em forma de empréstimo casado, ou seja, com compromisso de uso do capital captado em empresas específicas. Onde cunhou o termo “imperialismo”, em obra de mesmo nome.

O economista austríaco Rudolf Hilferding se debruçou sobre a crescente relação entre capital bancário e capital industrial, engendrando o capital financeiro e a mobilidade do capital fictício.

Outros autores, como Nikolai Bukharin e Rosa Luxemburgo desenvolvem considerações sobre a mundialização do capital e Vladimir I. Lênin sistematiza a fase imperialista do capitalismo nas seguintes características hierarquicamente organizadas:

- 1) Concentração de capitais, originando oligopólios

- 2) Fusão do capital produtivo (industrial) com o bancário, engendrando o capital financeiro. Acelerando D-M-D'
- 3) Aumento da “exportação de capitais” (empréstimos internacionais e investimentos externos – IEDs) frente às exportações de mercadorias - empresas multi e transnacionais (mundialização do capital produtivo).
- 4) Formações de uniões capitalistas internacionais
- 5) Término da partilha do globo terrestre entre grandes potências.

Tendo em vista a acumulação de capital cada vez maior as empresas capitalistas inovam constantemente os meios de produção para que esta cresça utilizando menos tempo e menor número de funcionários. Essas inovações tecnológicas e de gestão além de ganhos de produtividade para a acumulação capitalista também tem a função de garantir a sobrevivência no mercado e no atual contexto de tendência de queda das taxas de remuneração do capital produtivo, tendência essa estabelecida mundialmente. A redução de custos viabiliza a redução de preços para o consumidor final, o que por sua vez força outros capitalistas a também investirem em inovações, gerando a concorrência intercapitalista.

Porém nem todas as empresas são capazes de inovar com a intensidade necessária para manter seus preços junto dos concorrentes e passam a não ser mais rentáveis, assim podem falir ou se tornam alvos de compra por outras empresas do mesmo setor ou não que vão se agigantando. Assim no capitalismo existe uma constante tendência à concentração e centralização de capitais e o surgimento de oligopólios.

Em alguns países da Europa central/ocidental com destaque para o Reino Unido, assim como nos EUA e no Japão, que se industrializavam já entre os séculos XVIII e XIX, essa dinâmica se acelerou por conta da Revolução Industrial introduzindo as máquinas na produção, reduzindo os custos, aumentando a produtividade e a concorrência:

Assim, o resumo da história dos monopólios é o seguinte: 1) Décadas de 1860 e 1870, o grau superior, culminante, de desenvolvimento da livre concorrência. Os monopólios não constituem mais do que germes quase imperceptíveis. 2) Depois da crise de 1873, longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais constituem ainda apenas uma exceção, não são ainda sólidos, representando ainda um fenômeno passageiro. 3) Ascenso de fins do século XIX e crise de 1900 a 1903: os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida

económica. O capitalismo transformou-se em imperialismo. (LÊNINE, 1984, s/ pág)

Os efeitos da revolução industrial não ficam isolados no sistema fabril, mas afetam todo o modo de produção e na verdade todas as esferas da vida cotidiana. Com o cercamento de terras antes comunitárias e expulsões dos camponeses, a população das cidades crescia pela migração destes, o que representa mais mão de obra para indústria. Uma das importantes mudanças deste período é o surgimento de uma divisão do trabalho mais profunda entre campo e cidade, com o crescimento pujante desta última, na qual os trabalhadores gastam seu tempo e sua energia no comércio e na indústria, além de não possuírem terras e instrumentos, portanto, necessitam do campo para se suprir de gêneros alimentícios.

Leo Huberman em “História da riqueza do homem” nos traz considerações sobre melhoramentos ocorridos na agricultura no século XVIII:

Um terço da terra em pousio representava um desperdício tremendo. A introdução de nabos e trevos significava que o problema de -recuperar o solo estava resolvido. Significava que o solo já não precisava "ser cansado" com a plantação sucessiva de duas roças de cereais. Significava também que o desperdício de deixar a terra em pousio era evitado. A introdução de nabos e trevos não só limpava o solo como também resolvia o problema de proporcionar alimento de inverno ao gado. Onde antes o gado teria sido abatido e salgado para servir de alimento durante o inverno, era possível agora mantê-lo vivo. Experiências para melhorar a qualidade das raças também foram realizadas nessa época. (HUBERMAN, 1981, pág 157)

Esses melhoramentos na verdade são parte da subordinação do campo à cidade, no sentido de que os proprietários rurais também lucravam mais, porém o impulso para o aumento da produção era a necessidade de abastecer a cidade. Mais do que uma relação campo-cidade, no sentido de uma disputa entre forças produtivas, os melhoramentos na agricultura são referentes a relações de produção industrial e agrária: “tal como houve melhoramento nas ferramentas e máquinas usadas na indústria, assim o século XVIII viu novos e melhores arados, enxadas etc., usados na agricultura. (HUBERMAN, 1981, pág 157). Portanto são bens de produção da agricultura, mas produtos da indústria, que agora ganha a centralidade dos departamentos e setores produtivos, submetendo o campo a um desenvolvimento atrelado e limitado por seus interesses.

A concorrência e suas consequências de concentração ocorrem também nos bancos. Percebe-se que este avanço dos oligopólios é tanto quantitativo quanto qualitativo, pois se os bancos fazem as operações necessárias para viabilizar as trocas capitalistas essenciais à produção, e estas trocas são cada vez mais volumosas e complexas, os bancos ganham uma importância central neste processo de acumulação.

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, os bancos convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos patrões, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. (LÊNINE, 1984, s/ pág)

Ao mesmo tempo em que o banqueiro utiliza esta dinâmica para acumular capital, os bancos deixam de ser meros intermediários e passam a fazer parte das decisões das corporações industriais sobre seus bens e investimentos.

Dessa relação cada vez mais interdependente entre bancos e indústria vai sendo engendrado o capital financeiro, o que Lênin coloca como

união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa. (LÊNINE, 1984, s/ pág)

Ou seja, o que segundo a teoria da economia política clássica burguesa deveria ser uma ampla concorrência capitalista com as relações de comércio e serviços ocorrendo de maneira impessoal – sem levar em consideração quais são as empresas concorrentes seus acionistas -, com as trocas mediadas apenas pelos mecanismos variantes formais do mercado (preços, qualidade do produto, condições de pagamento etc.), se transformam na verdade numa competitividade cada vez maior que desemboca em oligopólios de empresas parceiras, que dominam o mercado e em ações táticas dos sujeitos que agem pensando em potencializar as condições para acumulação dos grupos que lhes convém

Ao movimentar contas correntes de vários capitalistas, o banco realiza, aparentemente, uma operação puramente técnica, unicamente auxiliar. Mas quando esta operação cresce até atingir proporções gigantescas, resulta que um punhado de monopolistas

subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras -, primeiro de conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rendibilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em grandes proporções, etc. (LÊNINE, 1984, s/ pág)

A tendência à concentração de capitais é parte preponderante da diversificação de ramos dos grandes grupos empresariais e da incorporação cada vez maior de estágios dos processos produtivos por estes grupos. Mesmo quando empresas menores ainda têm nomes, marcas e logos que aparentemente os mantêm independentes, ou seja, os grandes grupos "(...) subordinam, incluem-nos no "seu" grupo, no seu "consórcio" - segundo o termo técnico - por meio da "participação" no seu capital, da compra ou da troca de ações, do sistema de créditos, etc., etc" (LÊNINE, 1984, s/ pág)

Temos, então, a partir do final do século XIX e início do XX um cenário em que o recente capital financeiro é controlado por oligopólios ou monopólios que não possuem reais "regras de controlo, de publicação de balanços, de estabelecimento de esquemas precisos para os mesmos, de instituição de inspeção, etc.," (LÊNINE, 1984, s/ pág). Portanto a desregulamentação através de sociedades anônimas e participações de pequenos investidores – que muitas vezes não tem conhecimentos das aplicações das empresas - se torna cada vez maior e potencializa as operações financeiras com cifras que já incluem o capital fictício, aquele que se amplia devido à expectativa de lucros que poderão vir. Desta maneira, o ciclo D-M-D' se acelera enormemente, em que D é o capital investido pelo capitalista; M é a mercadoria produzida, circulada, vendida e consumida; e o D' representa o retorno ao capitalista que recupera o dinheiro investido mais o lucro (') advindo do trabalho não pago ao trabalhado ainda no processo produtivo, mas que necessita de todo o ciclo para se realizar enquanto lucro.

Contudo o capital acumulado tem limites em reinvestimentos, pois um aumento excessivo da oferta de produtos num limite geográfico leva à diminuição dos preços, ao mesmo tempo em "o excedente de capital não é consagrado à

elevação do nível de vida das massas do país, pois significaria a diminuição dos lucros dos capitalistas” (LÊNINE, 1984, s/ pág). Os capitalistas então buscam a exportação de seus capitais para os países da periferia capitalista.

As relações comerciais dos países de capitalismo avançado com os países da periferia capitalista já existiam desde as navegações do século XVI, de maneira geral eram relações exclusivas entre colônia e metrópole, caracterizando um monopólio comercial. Esta forma de organização econômica necessitava da exploração matérias primas, mão de obra barata e cultivos de commodities, que ocorriam fora da Europa. As imposições do capitalismo que iniciava sua mundialização encontraram potencialidades e resistências ao seu projeto com características próprias na América Latina, na África e na Ásia. Desse choque novas particularidades surgiram:

Em termos gerais, há três situações relativamente distintas. A da Ásia, onde os entrepostos comerciais e os produtos do artesanato europeu eram oferecidos a Estados feudais solidamente estruturados e de poder muito centralizado. A da África, onde o interesse comercial orientou-se muito rapidamente para a exportação de escravos (...) Na América Latina, o processo deve naturalmente ser diferenciado segundo a existência ou não de sociedades pré-colombianas mais ou menos estruturadas. Os casos do México ou Peru, por exemplo, aproximam-se mais do caso asiático de relações com sociedades fortemente estruturadas, enquanto que no Brasil a fraqueza da organização social dos índios, levou praticamente à constituição de uma economia sobre bases virgens. (DOWBOR, s/ data, pág 14)

Porém, aproximadamente três séculos depois, com o avanço do capital financeiro estas relações deixam de ser apenas por intermédio de mercadorias e passam a incluir e ter como centro as exportações de capitais por meio de empréstimos internacionais e investimentos externos diretos. Esta nova fase do capitalismo, a imperialista dos monopólios se consubstancia na dependência político-econômica e tecnológica. O fornecimento de estruturas de transporte e industriais aos países da periferia capitalista dava aos capitalistas desenvolvidos tanto as condições de exportar seus produtos quanto de extrair com mais produtividade as matérias primas. As estradas de ferro cumpriram um importante papel neste sentido.

Datam dos anos 1850 as primeiras estradas de ferro do Brasil e do Chile. A primeira linha na Índia é de 1853, e em menos de 10 anos serão abertos 1.400 km. Até o final do século haverá 40.000 km na Índia 4.000 na África do Norte, 60.000 na América Latina. Orientadas não em função da integração econômica interna, como nos países do

Norte ("teia de aranha" ligando os centros regionais), mas sim sob forma de canais de escoamento ligando regiões produtivas de bens primários aos portos exportadores, estas estradas de ferro permitirão maior esforço de exportação por parte dos países subdesenvolvidos, e serão pagos com os próprios produtos da terra. (DOWBOR, s/ data, pág 23)

Os Investimentos Externos Diretos incluem também empresas que passam a se instalar na periferia capitalista por meio de filiais com direções ligadas diretamente às matrizes ou por concessões de capital às classes dominantes locais, gerando empresas multinacionais e transnacionais, o que amarrará cada vez mais os interesses da burguesia interna e externa desses países. Essa operação responde às necessidades de expansão do mercado ao mesmo tempo em que:

Nestes países atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos, e as matérias-primas baratas. A possibilidade da exportação de capitais é determinada pelo fato de uma série de países atrasados terem sido já incorporados na circulação do capitalismo mundial, terem sido construídas as principais vias férreas ou iniciada a sua construção, terem sido asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria, etc. A necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carece de campo para a sua colocação "lucrativa". (LÊNINE, 1984, s/ pág)

A exportação desses capitais é um estender dos tentáculos dos oligopólios e monopólios europeus para o resto do mundo a fim de alcançar as vantagens nos custos de produção em relação aos seus próprios gastos em seus países de origem e em relação aos concorrentes. Consequentemente as características que o capitalismo tinha alcançado na Europa, por conta da concentração de capitais, passa a ser internacional

As associações de monopolistas capitalistas - cartéis, sindicatos, trusts partilham entre si, em primeiro lugar, o mercado interno, apoderando-se mais ou menos completamente da produção do país. Mas sob o capitalismo o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo. Há já muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E à medida que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando, sob todas as formas as relações com o estrangeiro e com as colônias e as "esferas de influência" das maiores associações monopolistas, a marcha "natural" das coisas levou a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais. (LÊNINE, 1984, s/ pág)

Essa acirrada disputa intercapitalista entre as potências gera lutas pela aquisição de colônias, que garantem uma submissão e controle das variantes dos meios e custos de produção, sobretudo das matérias primas, das áreas colonizadas. Por vezes essa disputa é resolvida diplomaticamente, outras não, e as guerras são seus resultados. Até porque os Estados nacionais têm suas forças entrelaçadas aos interesses do capital, nas palavras de Lênin

“(…) na época do capital financeiro, os monopólios de Estado e os privados se entrelaçam, formando um todo, e como tanto uns como outros não são na realidade mais do que diferentes elos da luta imperialista travada pelos maiores monopolistas pela partilha do mundo.” (LÊNINE, 1984, s/ pág)

Esta “partilha do globo terrestre entre grandes potências” é o abarcar de todas as áreas do planeta pelas grandes corporações transnacionais e multinacionais.

Numa primeira leitura a afirmação de que ainda no início do século XX a totalidade do mundo já teria sido partilhada parece um tanto exagerada, mas reunindo informações de diversos trabalhos, sobretudo de "desenvolvimento territorial das colônias europeias", do geógrafo A. Supan, Lênin apresenta os seguinte dados:

	1876	1900	Diferenças
Em África	10,8%	90,4%	79,6%
Na Polinésia	56,8%	98,9%	42,1%
Na Ásia	51,5%	56,6%	5,1%
Na Austrália	100%00	100%	--
Na América	27,5%	27,2%	0,3%

Tabela 1 Porcentagem de território pertencente às potências coloniais europeias e aos Estados Unidos (final do séc XIX)

Fonte: SUPAN, 1906 apud LÊNINE, 19784, s/ pág

A partilha ocorre pelo controle político e econômico da área, mesmo que sua paisagem não apresente mudanças significativas do ponto de vista de extração de recursos naturais e/ou sua urbanização. A forma especulativa se alastra pelas ações do capital e o controle, e por vezes a conservação, de áreas que representam potencialmente uma reserva de recursos naturais se torna uma tendência.

Daí a tendência inevitável do capital financeiro para ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. Do mesmo modo que os trusts capitalizam os seus bens atribuindo-lhes o dobro ou o triplo do seu valor, tomando em consideração os lucros "possíveis" no futuro (e não os lucros presentes) e tendo em conta os resultados ulteriores do monopólio, o capital financeiro manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para alcançar as últimas parcelas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas. (LÉNINE, 1984, s/ pág)

O dado referente à América poderia suscitar indagações sobre a chamada partilha do globo terrestre, pois enquanto a África, a Polinésia e a Ásia tiveram um aumento de áreas colonizadas, na América houve uma redução de 0,3% e o número absoluto é baixo se comparado aos outros continentes. Devemos lembrar que com o capital industrial tornando-se o setor hegemônico após a Revolução Industrial, o capital mercantil sobre o qual havia sido erguido o sistema colonial, perde força e com ele Portugal e Espanha.

O controle das metrópoles ibéricas sobre as colônias da América fica cada vez mais frouxo e a maioria dos países americanos torna-se independente na primeira metade do século XIX.

Particularmente no Brasil, antes mesmo de sua independência formal em 1822, ocorreram aberturas econômicas a partir de 1808 com a vinda da corte portuguesa para Brasil, das quais "em todos os setores sente-se o influxo da grande transformação operada pela revogação da política de restrições" (PRADO JÚNIOR, 1965, pág. 135)

Este "término da partilha do globo terrestre entre grandes potências" (LÉNINE, 1984, s/ pág) é o abarcar de todas as áreas do planeta pelas grandes corporações transnacionais e multinacionais, processo este que não é homogêneo e concomitante em todos locais.

Primeiro porque a "partilha do globo entre grandes potências" compreende que partes do globo e suas respectivas sociedades não tiveram o mesmo andamento do chamado desenvolvimento clássico do capitalismo. Segundo porque as partes do globo que foram "dividas" não eram locais vazios, isentas de dinâmicas próprias, portanto com a chegada das grandes corporações transnacionais e multinacionais ocorrem relações entre o que havia e o que está sendo implantado que resultará em formações sociais e territoriais únicas.

Essa heterogeneidade agora com as características moldadas por este processo contém certa hierarquização do ponto de vista de onde se encontram as atividades produtivas primárias (como as commodities), e onde estão as atividades de beneficiamento. Essa hierarquia também diz sobre a localização dos centros de decisões e de acumulação das benesses que passam a ser produzidas internacionalmente.

Num primeiro momento da mundialização do capital, o colonialismo clássico, a expansão das forças europeias para outros continentes se faz exatamente em função da necessidade de explorar outras fontes de matéria-prima e rotas de comércio. Portanto manter a colônia sob controle político e comercial era necessário para atingir tais fins.

Contudo, tanto as metrópoles quando as colônias eram formadas por classes sociais, significando que a colonização não era diretamente beneficiária para todos os habitantes da metrópole assim como nem todos que viviam nas colônias eram meros explorados.

Constituíram-se nas colônias setores que eram fundamentais para manter a subjugação à metrópole, portanto estabelece-se um pacto de classes entre a elite metropolitana e a colonial.

É preciso colocar em seu lugar o modelo concreto de capitalismo que irrompeu e vingou na América Latina, o qual lança suas raízes na crise do antigo sistema colonial e extrai seus dinamismos organizatórios e evolutivos, simultaneamente, da incorporação econômica, tecnológica e institucional a sucessivas nações capitalistas hegemônicas e do crescimento interno de uma economia de mercado capitalista. (FERNANDES, 2009, pág. 51)

O rompimento da forma mais visível do pacto de dominação, com as independências das colônias, não garante uma imediata elevação dos níveis de capacidade de produção autônoma das ex-colônias e nem da qualidade de vida da maioria de seus habitantes.

Esse modelo reproduz as formas de apropriação e de expropriação inerentes ao capitalismo moderno (aos níveis da circulação das mercadorias e da organização da produção). Mas, possui um componente adicional específico e típico: a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes). Em termos abstratos, as aparências são de que estes setores sofrem a espoliação que se monta de fora para dentro, vendo-se compelidos a dividir o excedente

econômico que operam a partir das economias centrais. (FERNANDES, 2009, pág. 52)

Reforçamos que apesar de o conjunto da economia dos países periféricos e dependentes estarem submetida

(...) uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assaliariados destituídos da poulação, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas (FERNANDES, 2009, pág. 52)

1.1.1 Subjugação da América Latina e capitalismo dependente

O expansionismo colonial define os contornos de uma América Latina. Na realidade a mundialização do capital produz e ao mesmo tempo se alimenta das conformações territoriais de um desenvolvimento desigual e combinado. Desigual porque é heterogêneo, ou seja, incide sobre lugares que tem suas singularidades de reprodução social; combinado porque articulado a partir dos lugares dos quais são deliberadas essas ações.

Florestan Fernandes (2009) propõe quatro etapas do desenvolvimento capitalista na América Latina, o que também significa quatro etapas de sua exploração: o antigo sistema colonial; o neocolonialismo do século XVIII até a primeira metade do século XIX; e, a partir dos anos 1940 a etapa da industrialização, com a implantação de indústrias de base, que fornecem alicerces para que outras fábricas possam produzir, impulsionada pela revolução industrial na Europa;

As influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura, não apenas através de mecanismos indiretos do mercado mundial, mas também através da incorporação maciça e direta de algumas fases dos processos básicos de crescimento econômico e de desenvolvimento sociocultural. Assim, a dominação externa tornou-se imperialista e o capitalismo dependente surgiu como uma realidade histórica na América Latina. (FERNANDES, 2009, pág. 26)

E por último o imperialismo estadunidense e das multinacionais.

O quarto padrão de dominação externa surgiu recentemente [sic], em conjunção com a expansão das grandes empresas corporativas nos países latino-americanos – muitas nas esferas comerciais, de serviços e financeiras, mas a maioria nos campos das indústrias leve e pesada. Essas empresas trouxeram à região um novo estilo de reorganização, de produção e de marketing, com novos padrões de planejamento, propaganda de massa, concorrência e controle interno das economias dependentes pelos interesses externos (...) (FERNANDES, 2009, pág. 27)

Interessa-nos especialmente a passagem da terceira para a quarta etapa e as características de seus desdobramentos na periferia sul de Santo André, ou seja, em sua relação com as escalas intermediárias até a mundial.

Isto porque, além do colonialismo e o neocolonialismo no seu “estilo clássico”, com as instituições das colônias totalmente ligadas à metrópole, temos a dependência econômica originada nesta colonização avançando com o capital financeiro e a indústria para ser também uma dependência tecnológica, assim sendo, são países “(...) que, dum ponto de vista formal, político, gozam de independência, mas que na realidade se encontram envolvidos nas malhas da dependência financeira e diplomática.” (LÊNINE, 1984, s/ pág)

Enquanto a Ásia e a África, com sociedades estruturadas tradicionalmente em função de interesses locais e das próprias classes dirigentes, só se abrirão definitivamente à orientação extrovertida mediante a conquista, na América Latina, onde as estruturas econômicas e sociais haviam-se constituído desde o início em função das necessidades externas, os mecanismos do mercado internacional e o apoio irrestrito das classes dirigentes locais serão amplamente suficientes. Dotadas de classes dirigentes neocoloniais cujas raízes são justamente a produção para o exterior e a divisão clássica do comércio internacional, estas sociedades são suficientemente dependentes nas suas estruturas para não precisarem de colonização direta. O colonialismo será, de certa maneira, nosso. (DOWBOR, s/ data, pág 24)

Importante ressaltar que a indústria brasileira existe já no Brasil colônia, contudo:

Fora das grandes aglomerações (...) as artes mecânicas e industriais constituem um simples acessório dos estabelecimentos agrícolas ou de mineração. Para o manejo destes, ou para atender às necessidades de seus numerosos moradores - proprietário e sua família, escravos e outros trabalhadores - torna-se necessário por motivo das distâncias que os separam dos centros populosos, mercê da extensão dos domínios, ou por outras considerações de ordem prática e econômica, a presença de toda uma pequena indústria, de carpinteiros, ferreiros e outros, bem como, frequentemente, até manufaturas de pano e vestuário. Em certas regiões ainda, como em Minas Gerais, onde há ocorrência de minério de ferro, encontra-se

mesmo, por vezes, uma pequena siderurgia para consumo interno do estabelecimento. (PRADO JÚNIOR, 1965, pág. 107).

Num exercício de análise escalar, percebemos que internamente a manufatura está submetida ao campo, porém internacionalmente esta produção está submetida às necessidades industriais e urbanas europeias.

Ainda segundo Caio Prado Júnior:

Como atividades autônomas, os ofícios aparecem, fora dos centros urbanos, nestes artesãos ambulantes que de porta em porta oferecem seus serviços (...)

Mas é naturalmente nos centros urbanos de maior importância que as profissões mecânicas são mais numerosas; profissões propriamente, desligadas de outras atividades e autônomas, como não se dá em regra no campo (...).

Pequenas indústrias indispensáveis, bem como outras que constituem especialidades locais disseminam-se pela colônia (...) (PRADO JÚNIOR, 1965, pág. 108).

Num primeiro momento, resultado, da abertura econômica de 1808, essas indústrias e manufaturas foram estimuladas a crescer e novas surgiram, especialmente no setor manufatureiro de tecidos e na metalurgia que em seguida sofreram duramente com a concorrência dos produtos importados. A abertura causa outras mudanças e transtornos sociais e financeiros, sobretudo nas contas públicas que são ricamente discutidos por Caio Prado Júnior em História Econômica do Brasil.

Fica para nós a importância de entender a complexidade deste processo histórico que não leva de fato a uma independência integral, mas que, influencia enormemente a nova forma de dependência na América Latina como um todo; as características que esta dependência assume no Brasil, mais especificamente na indústria e na urbanização de parte considerável da população nacional e as particularidades destas dinâmicas a formação territorial da periferia urbana de Santo André.

1.2 Pós 2ª Guerra Mundial – As multinacionais vão à periferia capitalista

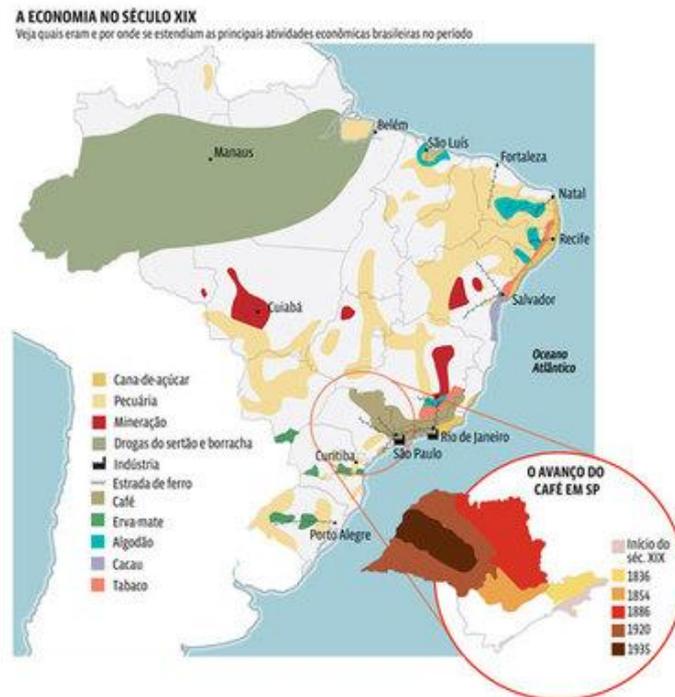
Como apontado anteriormente, existiam indústrias, mesmo que artesanais, ainda no Brasil colônia. Porém Caio Prado Júnior (1965) nos alerta que “entre a primitiva indústria artesanal da colônia e a moderna maquinofatura interpõe-se na evolução econômica do Brasil um grande hiato” (pág.263). O potencial gérmen que eram essas atividades artesanais sofreram um desmonte por conta da abertura dos portos e das importações com a vinda da corte real.

Caio Prado Júnior traz algumas condições que dificultam e outras que incentivam a implantação de indústrias no Brasil neste período. Aquelas primeiras incluem: a falta de tradição manufatureira; deficiência em fontes de energia que eram utilizadas a época, principalmente o carvão de pedra, e a impossibilidade de aproveitar as existentes, com destaque para a força motriz das águas; a falta da siderurgia; e finalmente a deficiência de mercado consumidor interno.

Já entre os impulsos, indica: mão de obra barata, em grande medida formada por ex-escravos; dificuldade em pagar os produtos comprados do exterior; elevação das taxas alfandegárias a partir de 1844; a produção de algodão em larga escala, que serve como matéria prima para a indústria têxtil, a principal do setor manufatureiro.

As duas últimas décadas do século XIX passa por uma industrialização mais significativa, mas com variações durante esses vinte anos, como aquelas causadas por instabilidades cambiais e de valor de moeda, aumento das políticas protecionistas e saneamento financeiro.

Até este momento a economia, apesar de nacionalmente organizada, ainda mantém seu caráter regional. Ou seja, apesar de um governo centralizado a produção de diferentes centros produtores é direcionada à exportação, sem ser comercializada internamente. Não existe uma rede densa de comunicação e de transporte que interligue as regiões produtoras. A pecuária é a primeira atividade econômica a se estender a diversas regiões do país e a iniciar um alinhavo de transporte com as tropas montadas.



Mapa 1 A economia no século XIX
Fonte: ABRIL, s/ data, s/ página

A localização dos investimentos industriais no Brasil continuará concentrada em pequenas porções do imenso território. Dos pólos mais desenvolvidos nas produções agrícolas nos diversos ciclos econômicos do Brasil, o sudeste foi o que teve maior envergadura no quesito de transformação da territorialidade agrária do café em potencial para a indústria e a urbanização.

Em 1907 realiza-se o primeiro censo geral e completo das indústrias brasileiras. Serão encontrados 3.258 estabelecimentos industriais com 665.576;663\$000 de capital, e empregando 150.841 operários. Quanto à distribuição geográfica da indústria, 33% da produção cabia ao Distrito Federal (capital da República, a que se podem acrescentar os 7% do Estado do Rio de Janeiro, vizinho e formando geograficamente na mesma unidade); 16% a São Paulo e 15% ao Rio Grande do Sul. Nenhum outro Estado alcançará 5%. Com exclusão do Rio de Janeiro, que continuava como sempre fôra no passado a encabeçar a produção industrial, a transformação desde o tempo do Império fôra considerável. Seria particularmente notável o caso de São Paulo que se tomaria logo o maior produtor do país, com a grande parcela de 40% do total. (PRADO JÚNIOR, 1965, pág. 266).

O notável caso de São Paulo está diretamente ligado à sua liderança na produção e exportação do café. Esta desenvolveu diversas características e forças que deram condições à industrialização, pois

O comércio do café, portanto, estimulou o crescimento e desenvolvimento industrial por várias razões: promoveu a monetarização da economia, criou um mercado para produtos manufaturados, promoveu o desenvolvimento de estradas de ferro e investimento em infraestrutura, desenvolveu o comércio de exportação e importação, assim como promoveu a imigração estrangeira. (MACIEL, 2003, pág. 7)

Caio Prado Júnior (1965) coloca que além “do progresso geral do Estado, graças ao desenvolvimento sem paralelo de sua lavoura cafeeira” teve importância “a abundância de energia hidráulica, já agora aproveitável sob a forma de eletricidade, nas proximidades justamente dos setores mais povoados do Estado; em particular de sua capital.” (pág. 266)

Não à toa parte considerável das grandes indústrias que surgiram no final do século XIX, início do século XX, eram têxteis, na medida em que produziam sacarias para os grão que deveriam ser transportados até o beneficiamento, feito em grande parte fora do país.

Segundo Maciel (2003) “na década de 30 a atividade industrial no Brasil era baseada na indústria de transformação de consumo não duráveis, principalmente têxtil/alimentos. Após 1940 outros tipos de atividades industriais mais sofisticadas se desenvolveram” (pág. 7)

Nesta transição de século Santo André, mesmo com um aglomerado urbano menor que o da capital paulista, recebia indústrias, que apesar de uma certa diversificação, em sua maioria apresenta a mesma tendência:

Implantação industrial em Santo André (1897-1951)

Nome da Empresa	Ano de implantação	Setor de atividade
Companhia Streif	1897	moveleiro
Bergman, Kowarick & Cia	1899	têxtil
Casa Publicadora Brasileira	1907	gráfica
Fiação e Tecelagem Santo André	1908	têxtil
Rhodia Ind. Química	1919	química
Cia. de Máquinas Lidgerwood	1919	metalúrgica
Fábrica de Tecidos São Geraldo	1926	têxtil
Conac/Pirelli S.A	1929	borracha/pneus e cabos
Ind. Têxtil Rhodiaseta	1929	fio sintético -têxtil
Moinho Fanucci	1936	alimentício
Jutificio Maria Luiza Ltda	1933	têxtil
Laminação Nacional de Metais S.A.	1936	metalúrgica
Fábrica de Fiação e Tecelagem Tognato	1937	têxtil
Swift Armour S.A.	1938	alimentício
Ind. Pneumáticos Firestone	1940	borracha/pneus
Cia. Brasileira de Cartuchos	1940	metalúrgica
General Eletric	1945	materiais elétricos
Cofap	1945	Metalúrgica/auto-peças
Elevadores Otis	1951	metalúrgica

Tabela 2 Implantação industrial em Santo André (1897 - 1951)

Fonte: ALVAREZ, 2008

Temos do final do século XIX até o final da década de 30 do século XX a implantação de seis indústrias têxteis, duas metalúrgicas, duas alimentícias, uma moveleira, uma gráfica, uma química e uma de borracha. Nos onze anos seguintes, que compreendem tanto a segunda guerra mundial quanto a abertura econômica brasileira aos grandes capitais multinacionais externos, indústrias alimentícias e têxteis não são mais implantadas, o setor de borrachas recebe mais uma, enquanto a metalúrgica cresce exponencialmente com quatro novas empresas.

Na década de 1920 uma grande crise desponta, e constitui a primeira crise da amplitude planetária, atingindo tanto países centrais (de industrialização mais

profunda), como a periferia produtora de bens primários, e que tem por epicentro aqueles primeiros e transborda para a periferia.

Isso porque para garantir a sobrevivência das empresas no mercado e a acumulação cada vez maior são criados mecanismos de eficiência da produção que elevam demasiadamente a oferta de determinados produtos, caracterizando crises de superprodução.

A competitividade e a concorrência, como parte que são da dinâmica capitalista e mesmo de sua autoafirmação ideológica, também estão na raiz de suas crises. A Divisão Internacional do Trabalho até meados do século XX possuía uma gama de países industrializados bem demarcados, nos quais essa dinâmica que desemboca na superprodução é mais acentuada.

Essa crise se expressou no Brasil na queda vertiginosa da produção cafeeira nacional, sobretudo no Sudeste, carro chefe da economia brasileira até então. Como parte considerável da elite estava ligada a esta produção a crise é também política, pois põe em cheque a capacidade das oligarquias agrárias de manter o país como parte importante do comércio internacional. Disso nascem movimentos nas forças armadas e em outras frações burguesas que levam ao golpe de estado de 1930.

O golpe não foi apenas uma mudança de representatividade na presidência. Colocando o gaúcho Getúlio Vargas no poder, também corrompe o denominado esquema "café com leite" que alternava mineiros e paulistas no cargo mais alto da república. Assim altera o projeto econômico do país, já que, a partir desse momento a indústria, até então incipiente, passará ser prioridade dos governos seguintes.

Na realidade em diversos países periféricos o aprofundamento e diversificação da produção e do próprio capitalismo foi realizado pela via industrializante. Na América Latina a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) comandado na época por Raul Prebisch, que aliás tinha proximidade ideológica e pessoal com John Maynard Keynes, cumpre um papel importante, ao afirmar em suas publicações a necessidade da industrialização como meio para quebrar o desenvolvimento dependente dos países da América Latina e de todo o mundo subdesenvolvido. Assim, incentivando as indústrias nacionais,

e admitindo o uso de barreiras tarifárias aos importados garantia o desenvolvimento equilibrado das economias deste grupo de países. Esses que até então pereciam com o fato de o fluxo de trocas de mercadorias na periferia favorecerem os países do centro capitalista- Europa e EUA.

Essa prioridade de pensar a industrialização dentro de uma perspectiva de desenvolvimentismo nacional se desenrolou em outras organizações como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e teve como um de seus expoentes o economista Celso Furtado.

A crise representa um desgaste do discurso liberal clássico, predominante até então. Como estratégia para garantir a continuidade reprodução do capital os economistas e ideólogos adotam o discurso de John Maynard Keynes que admite ceder alguns direitos básicos e a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, tendo como pressuposto que estes são fundamentais para girar as engrenagens da economia.

Também traz como protagonista um Estado regulador, regulamentador, coordenador, diretamente interventor e indutor, para que este seja capaz de suprir a necessidade de insumos das empresas privadas, assim como de criar projetos e obras que incentivem a produção das empresas privadas que abastecerão estes projetos com seus materiais e serviços.

Esta última característica fica evidente na atuação do Estado brasileiro quando este assume o subsetor de bens intermediários/insumos do D1 a partir da segunda metade do século XX com a iniciativa do segundo governo de Getúlio Vargas.

As ações estatais visam acabar com aquelas dificuldades à industrialização citadas anteriormente a partir de Caio Prado Júnior. Destaca-se que neste momento a imigração europeia já aumentara o mercado consumidor, e a prioridade do governo de Getúlio Vargas está em resolver a falta de siderurgia e realizar a substituição de importações, para garantir as condições da acumulação capitalista, agora em bases industriais.

A interpretação do arranque industrial que se dá pós-anos 1930 tem sido exageradamente reduzida à chamada “substituição de importações”: a crise cambial encarece os bens até então importados e, no limite, a não-disponibilidade de divisas e a Segunda Guerra Mundial impedem, até do ponto de vista físico, o

acesso aos bens importados; isso dá lugar a uma demanda contida ou insatisfeita, que será o horizonte de mercado estável e seguro para os empresários industriais que, sem ameaça de competição, podem produzir e vender produtos de qualidade mais baixa que os importados e a preços mais elevados. Posteriormente, a adoção de uma clara política alfandegária protecionista ampliará as margens de preferência para os produtos de fabricação interna. (OLIVEIRA, 2003, pág. 48)

Citar este trecho de “Crítica à razão dualista” nos serve tanto para ter uma síntese do processo de substituição de importações, e como coloca o próprio Francisco de Oliveira (2003) logo em sequência: “Não há dúvida de que a descrição corresponde, sinteticamente, à forma do processo.” (pág 48)

Mas também serve para compreender a crítica deste autor quanto às recorrentes considerações de que a industrialização ocorreria visando o consumo, sendo que na realidade seu mote é sempre a acumulação capitalista.

Assim sendo, como fez Francisco de Oliveira no decorrer de sua obra citada, é necessário pensar a industrialização, a urbanização, a relação entre campo e cidade, entre forças produtivas e relações de produção, de maneira dialética, com a consciência da necessidade de acumulação capitalista e das táticas das suas forças envolvidas em tal empreitada.

O custo-benefício da reprodução da força de trabalho necessária à produção é um dos pontos importantes a se considerar. Esta relação é uma das condicionantes que levaram o Brasil “a produzir internamente em *primeiro lugar* os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares” (pág. 51), já que o custo deste tipo de bem produzido internamente era mais barato do que a importação. Adicionaríamos que além do consumo das classes populares, servia também esta produção ao abastecimento das atividades de exportação, como as sacarias para grãos.

Da mesma forma o posterior deslocamento do “eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis” deve-se “à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do “exército industrial de reserva”, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação” (pág. 51). Nesse sentido “a “substituição de importações” é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária, porém insuficiente”.

Nesse momento o fordismo é o método de organização do processo de produção e trabalho que predomina nas indústrias que se espalham, e está calcado na tripartição das atividades produtivas: I) Concepção, projeto, engenharia, organização de método, gestão (intelectual); II) Fabricação qualificada com mão de obra correspondente; III) Execução desqualificada (trabalho manual). (LIPIETZ, 1988)

Destacamos, no entanto que o pilar número II é o que representava maior novidade, já que os de número I e III já eram base do taylorismo.

A mundialização do fordismo que se acentua após a Segunda Guerra Mundial implica numa reconfiguração da divisão internacional do trabalho. No século XIX e início do XX a divisão internacional do trabalho é caracterizada por um pequeno grupo de países industrializados que estão no centro da economia internacional e por um grande grupo de países produtores de bens primários. A industrialização em países anteriormente agroexportadores, guardadas as especificidades locais desse processo, reconfigura e torna mais complexa a D.I.T.

Se mantém um centro capitalista, com predomínio do nível I, presença considerável do nível II e traços do nível III e um grupo de países com predomínio de produção de bens primários, com traços do nível III. Entre eles constituem-se outros dois grupos: um com predomínio do nível II, forte presença do III e traços do I; o outro tem predomínio do III, traços do II e ausência do I.

De acordo com Lipietz (1988), temos que a grande transformação

“diz respeito, efetivamente, à divisão internacional do trabalho, com a expansão das exportações de bens manufaturados em numerosos países, os mais pobres deles se contentando com o Têxtil (provavelmente numa lógica de taylorização primitiva), enquanto os mais ricos, mesmo aqueles pouco exportadores (como o Brasil), chegam a consagração: a exportação de automóveis. (LIPIETZ, 1988, pág. 106)

O Estado intervencionista Keynesiano tem continuidade no Brasil com o governo de Juscelino Kubitschek. Sob o slogan “50 anos em 5”, e com o plano de metas, J.K. pretendia desenvolver o Brasil com a criação e expansão do

setor de bens de consumo duráveis do D2. Apesar de o governo de J.K. manter uma atuação keynesiana, no sentido de o Estado continuar promovendo as indústrias de bens de produção, difere das atitudes nacionalistas de Vargas ao facilitar a entrada de capitais internacionais no país, sendo que estes passam a atuar no setor de bens de consumo duráveis.

A Instrução nº 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (atual Banco Central) teve importante papel na bidepartamentalização da economia através da abertura ao capital estrangeiro, pois permitia as empresas remeterem seus lucros ao exterior. Ressaltamos que durante o regime militar as empresas ficam obrigadas a deixar parte dos lucros em território nacional, porém pode ser em forma de reinvestimentos.

Para o governo era interessante atrair grandes empresas que demandassem diversos serviços e suprimentos para sua produção, o que incentivaria a existência de outras empresas fornecedoras, incluindo capital estrangeiro e nacional, gerando assim uma cadeia produtiva que se instalará também em território nacional, mais especificamente nos mesmos municípios ou nos vizinhos dos que abrigaram as grandes indústrias. A concentração territorial das atividades produtivas ocorre pelas vantagens econômicas que as fábricas têm ao se instalarem em locais já providos de infraestrutura, como rodovias, energia elétrica, água...; Além disso as possibilidades trazidas pela existência de mão de obra, com capacidade de atender a demanda industrial; e a óbvia vantagem de estar de estar próximo de quem vai abastecer. Aparentemente se cumpria com a propaganda governamental de desenvolvimento.

De outro lado “empresas dos Estados Unidos e de países europeus travaram uma batalha pela concentração da oferta de produtos em escala mundial e foram vitais para a industrialização tanto do Brasil quanto de outros países da América Latina.” (BECKER; EGLER, 2006 *apud* SPOSITO; SANTOS, 2012, pág 155).

Além das benesses concedidas pelo Estado os investimentos de EM são o resultado de uma expansão oligopólica em escala mundial, sobretudo de empresas estadunidenses. Os interesses estatais vão ao encontro das necessidades de valorização do capital multinacional, o qual, nesse momento era marcado por um processo de concentração em escala mundial. Mais do que uma imposição externa, o processo de acumulação desencadeado estava de acordo com os interesses desenvolvimentistas do Estado e das EM sedentas

por novos espaços de acumulação. (SPOSITO; SANTOS, 2012, pág 155)

Portanto os interesses dos capitalistas em instalar suas empresas no Brasil estão relacionados à dinâmica própria do capital de expansão contínua, discutida no item “Acumulação geral do capital, expansão, subjugação da América Latina e capitalismo dependente” e também ao momento em que a recuperação do pós-guerra.

Os Investimentos Externos Diretos deste período para o Brasil também mantiveram a tendência de concentração no Sudeste, em especial em São Paulo, mesmo com a existência de polos produtivos em outros estados, parte considerável das empresas tinha sua sede em São Paulo, potencializando a tendência de concentração de capitais e os desequilíbrios entre as regiões do país. Pois, além disso,

(...) transferência direta de recursos para investimento (...) Concentrando-se em São Paulo os setores mais avançados da produção industrial e agrícola, a produtividade de suas empresas é maior, surgindo daí uma vantagem nas relações de troca com outras regiões (KOWARICK ET AL, 1975, pág. 16)

Afora as desigualdades regionais, o modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil também foi desequilibrado do ponto de vista setorial e inflacionário, porque nesse período o país não contava com

(...) mecanismos de mercado que pudessem permitir a transferência intersetorial de recursos – quer dizer, mercado de capitais captadores de poupança das empresas e famílias que ajudasse a financiar os novos setores que o desenvolvimento econômico do país demandava – o Estado assumiu o papel de redistribuidor de recursos por meio da emissão monetária (SPOSITO; SANTOS, 2012, pág 158).

Importante mencionar que sobre os capitais nacionais temos nesse período que “Os setores de bens de consumo não duráveis também se beneficiaram das políticas de JK (...). Contudo (...) com a prevalência do capital nacional, pela tecnologia inferior empregada, não era o centro dinâmico da acumulação” (SPOSITO; SANTOS, 2012, pág 157).

Com a forte entrada das empresas estrangeiras no setor de bens de consumo duráveis, os capitalistas nacionais investiram na produção de bens intermediários que também recebeu incentivos a partir do plano de metas,

principalmente em produtos metálicos e para o setor de construção civil. O plano de metas também previa grandes projetos e obras, haja vista a construção de Brasília, os mesmos foram úteis ao fortalecimento de empresas nacionais de engenharia e construtoras. (SPOSITO; SANTOS, 2012, pág 159).

Segundo Tavares citado por Sposito e Santos (2012) o cenário no final dos anos 50 é de uma industrialização que foi capaz de substituir as importações, criar um relativo desenvolvimento no país “num período em que a maioria dos países da América Latina entrava em estagnação” (pág. 159). Entretanto ocorre

(...) um agravamento das pressões inflacionárias, um aumento dos desequilíbrios regionais decorrentes e uma deterioração das contas correntes com o aumento do endividamento externo. Isso se deu por causa do aumento dos investimentos do setor público sem um adequado mecanismo de financiamento, do agravamento do estrangulamento do setor externo e da enorme concentração da atividade industrial na região mais desenvolvida. (pág. 158)

Os impactos sociais deste processo serão mais discutidos no item “Agglomerados urbanos ou formação do exército de reserva?” deste trabalho.

Nos anos 60 a economia brasileira sofreria as consequências do desenvolvimentismo do governo JK baseado na industrialização dependente dos IEDs, que diminuía e na poupança de financiamento a partir da inflação ao invés da tributação. O governo da Jânio Quadros apostou na diminuição de gastos para conter a crise. Com sua renúncia, entra no cargo mais alto do executivo nacional o vice João Goulart, pelo desgaste causado através da contenção de créditos ficava evidente que

ou se adotava uma política de contenção monetária por meio dos mecanismos de mercado ou se controlava a oferta e distribuiria a renda por meio de um maior planejamento e interferência estatal sobre a liberdade econômica dos capitalistas. (SINGER, 1985 apud Sposito; Santos, 2012, pág. 161)

Unindo interesses dos capitalistas internos e externos, isto é, os de manter a economia nacional sem maiores intervenções que pudessem garantir controle das trocas econômicas, distribuição de renda e de não permitir as reformas de base defendidas por João Goulart (urbana, agrária, partidária...). De outro lado, o anseio do governo estadunidense de manter o Brasil dentro de seu campo de influência no contexto da guerra fria, um golpe de estado é dado.

Instaura-se um governo militar, autocrático das fronteiras para dentro, mas que reforça a subordinação do Brasil aos países capitalistas centrais ao manter e reforçar um desenvolvimento dependente tecnológica e economicamente de empresas multinacionais.

O regime realiza diversas reformas que tem os objetivos de diminuir gastos e aumentar a arrecadação e centralizar na esfera federal a gestão destes recursos. Com medidas de austeridade como controle do aumento de salários e redução de subsídios a algumas atividades, uma reforma fiscal que criou impostos e substituiu a via inflacionária pelo aumento da receita fiscal como meio de transferência de recursos para financiar projetos e outras atividades econômicas.

As medidas estavam alinhadas com o momento da economia internacional, que voltava a crescer e realizar investimentos, inclusive no Brasil que tem a inflação despencando, proporciona liquidez, liberdade e incentivos para ações destas empresas e um mercado consumidor que atende às expectativas e consome cada vez mais os bens de consumo duráveis. Dos incentivos para as multinacionais, destacamos a própria garantia de controle das organizações dos trabalhadores que a ditadura garantia. Entretanto, na década de 1970 o capitalismo em nível mundial tem mais uma crise de superprodução de mercadorias, especificamente nesta crise não é possível identificar um setor no qual teve seu início.

Outra peculiaridade desse momento é o movimento inflacionário, que ocorre em função dos bancos, que tinham realizado vários empréstimos durante as décadas de 40, 50 e 60 - que financiaram a industrialização dos países periféricos – decidem restringir a liquidez em bases mundiais durante a crise.

Os países periféricos, que haviam adquirido empréstimos têm suas dívidas externas multiplicadas, a do Brasil vai de 15 bilhões a 80 bilhões. Com isso os juros subiram e quando os industriais precisaram apelar para empréstimos, repassaram este custo ao consumidor final. Essa atitude dos bancos desgasta ainda mais o keynesianismo e é uma importante brecha para o início das investidas neoliberais.

Para dar uma resposta a crise dos anos 70 e recuperara as taxas de lucro, a burguesia lança internacionalmente uma ofensiva que se utiliza tanto de um discurso político-ideológico quanto de inovações tecnológicas (mais-valia relativa). O liberalismo clássico tinha como principal reivindicação o livre comércio, o neoliberalismo inclui essa reivindicação, mas tem como mote principal a liberdade de circulação de capitais, ou seja, um comércio internacional que seja inter e intracorporativo.

A liberalização do capital privado só é viável com a desregulamentação que implica o desmonte de mecanismos estatais que controlam parcialmente os fluxos de capitais, e com a flexibilização das relações de trabalho. Por conseguinte ocorre uma precarização das condições de vida, pois as condições de trabalho e remuneração se deterioram e os serviços antes públicos são privatizados.

O aumento de fluxo de capitais, estruturado na diminuição da presença do Estado e na aplicação da telemática para transferências financeiras, intensifica ainda mais a mundialização do capital, tanto em negócios lícitos quanto ilícitos, pois facilita a evasão de divisas, inclusive para paraísos fiscais. Esses fluxos financeiros influenciam enormemente a configuração das cidades em todo mundo, acelerando o processo de especulação imobiliária, no Brasil a partir do final da década de 1970 esses capitais financiaram imóveis corporativos verticais e condominiais, como por exemplo, os edifícios erguidos na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini na cidade de São Paulo, onde antes havia favelas e as várzeas do Rio Pinheiros não tinham sido drenadas.

No Brasil medidas neoliberais passam a vigorar com força apenas a partir dos anos 1990, esse “atraso cronológico” está relacionado à com o final da ditadura na década 80 e a efervescência política, com forte atuação dos movimentos sociais que representam resistência ao neoliberalismo, pois suas demandas por reformas e serviços públicos contrariavam o ideal de Estado mínimo. Também em 1989 é firmado o Consenso de Washington

Em 1989, no bojo do reaganismo e do tatcherismo máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo Institute for International Economics, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco

Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin American Adjustment: How Much has Happened?*, visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. (NEGRÃO apud CEFET, s/ data, s/ pág)

Mais do que apenas avaliar o encontro serviu para firmar dez regras universais:

1. Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura
3. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributária, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos
4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
5. Taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos à exportação, visando a impulsionar a globalização da economia;
7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
8. Privatização, com a venda de empresas estatais;
9. Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
10. Propriedade intelectual.

Embora tivessem, em princípio, caráter acadêmico, as conclusões do Consenso acabaram tornando-se o receituário imposto por agências internacionais para a concessão de créditos: os países que quisessem empréstimos do FMI, por exemplo, deveriam adequar suas economias às novas regras. Para garantir e "auxiliar" no processo das chamadas reformas estruturais....., o FMI e as demais agências do governo norte-americano ou multilaterais incrementaram a monitoração – novo nome da velha ingerência nos assuntos internos – das alterações "modernizadoras". (NEGRÃO apud CEFET, s/ data, s/ pág)

O neoliberalismo é uma resposta à crise dos anos 70 e também um contra-ataque da burguesia às organizações proletárias que ganham força em diversas partes do mundo após a segunda mundial. Na Europa estas organizações conseguiram impor algumas demandas populares na reconstrução das cidades e nos serviços públicos que vão de encontro ao

chamado Estado de Bem-Estar Social. Um dos intuitos do neoliberalismo é reverter estas conquistas, o que de fato acontece. Uma especificidade da América Latina é que aqui

o conservadorismo propõe discussões e modelos pós-welfare para sociedades que nem sequer se aproximaram daquela configuração no que diz respeito a direitos sociais e distribuição de renda e onde, ao contrário, o Estado tem servido historicamente mais aos interesses das classes dominantes associadas-dependentes ou não do capitalismo mundial, do que aos setores subalternos." (NEGRÃO apud CEFET, s/ data, s/ pág)

Com a intensificação do neoliberalismo no Brasil, a partir do governo Collor (1990 – 1992) até os governos do Partido dos Trabalhadores, ocorre uma deslocalização das indústrias no território nacional. Aproveitando a desregulamentação as empresas se deslocam em busca de mão de obra mais barata. Países pobres da Ásia foram destinos de várias indústrias no final do século XX, atualmente a África é a nova frente da exploração capitalista industrial, além da mão de obra mais barata, esse continente possui terras que estão sendo expropriadas dos camponeses.

Outros fatores da deslocalização industrial são a falta de mobilidade urbana que dificulta a circulação dos produtos e a valorização imobiliária que torna mais vantajoso para as empresas venderem seus imóveis e terrenos. Nesse sentido verificamos dois fenômenos: a concentração territorial deixando de ser uma vantagem produtiva em áreas em que essa concentração se tornou excessiva, baseada na expansão do consumo através dos automóveis individuais; e a burguesia industrial agindo também como fundiária, imobiliária e especuladora.

2 As contradições por dentro dos processos territoriais: resistências e impasses

2.1 Aglomerados urbanos ou formação do exército de reserva?

Perpassando as reorganizações táticas do capital tratadas nos tópicos anteriores, estão algumas características inerentes ao processo histórico-social-geográfico deste modo de produção e de suas bases técnicas de produção. Seja no liberalismo clássico, no Keynesianismo ou no neoliberalismo existe uma tendência de êxodo dos camponeses e trabalhadores rurais que migram para as cidades, assunto esse retomado no item “Os agentes da formação territorial”. No entanto, os diferentes momentos da trajetória capitalista trazem particularidades a essa dinâmica de migração.

A urbanização da sociedade brasileira só pode ser entendida em sua relação com o rural, porque formam um par dialético universal, mas, sobretudo porque no desenvolvimento do capitalismo brasileiro a substituição de áreas rurais por urbanas, tanto econômica quanto geograficamente ocorre numa complexa situação em que o projeto nacional passa a ter a indústria como foco, mas que ainda depende fortemente do abastecimento e das divisas geradas na agropecuária:

A agricultura, nesse modelo, cumpre um papel vital para as virtualidades da expansão do sistema: seja fornecendo os contingentes de força de trabalho, seja fornecendo os alimentos (...), ela tem um papel importante na compatibilização do processo de acumulação global da economia. De outra parte, ainda que pouco represente mercado para a indústria, esta, no seu crescimento, redefine as condições estruturais daquela, introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural. (OLIVEIRA, 2003, pág. 47)

O preço baixo dos alimentos, possibilitados à custa da exploração do trabalhador do campo – que inclusive não foi contemplado pela legislação trabalhista - possibilitou a acumulação nas cidades ao manter baixo o custo de vida da força de trabalho necessária à produção industrial e de serviços nas cidades. Isso reforça a percepção trazida por Francisco de Oliveira que a

acumulação capitalista brasileira industrial do início do século XX ocorre por mecanismo e interesses internos e não só por condicionamentos externos

Nesse sentido, refuta-se a tese da marginalidade, na qual os indivíduos desempregados, desprovidos de abrigo e de outras condições básicas de vida são resultado de uma não adaptação às exigências da urbanidade. Como se a solução dos problemas sociais no urbano fossem uma questão de tempo, melhor gestão dos recursos financeiros e da meritocracia individual.

Quanto mais a riqueza social crescer (...) mais numerosa é a sobrepopulação comparativamente ao exército de reserva industrial. Quanto mais este exército de reserva aumenta comparativamente ao exército activo do trabalho e mais massiva é a sobrepopulação permanente, mais estas camadas compartilham a sorte de Lázaro e quanto o exército de reserva é mais crescente, mais grande é a pauperização oficial. Esta é a lei geral, absoluta da acumulação capitalista. (MARX apud ENGELS, 2008, s/ pág.)

A variação das políticas empresariais face às necessidades básicas de seus empregados em diversos momentos, com objetivo sempre de menor custo maior benefício produtivo, assim como, a conivência do Estado com a especulação e o jogo do capital privado que por vezes até sua associação como forma de potencializar a acumulação capitalista caracterizam o contingente urbano como exército industrial de reserva.

A questão da moradia, condição básica para a vida humana com alguma qualidade é um exemplo disso. “Até 1930, muitas empresas resolviam o problema do alojamento de sua mão-de-obra, através da construção de “vilas operárias”, geralmente contíguas às fábricas, cujas residências eram alugadas ou vendidas aos trabalhadores” (KOWARCK et al., pág 23, 1975). Não se tratava de uma percepção mais humana ou justa do empresariado, mas de uma maneira de manter mais baixo possível o custo de reprodução do trabalhador.

(...) o baixo custo dos terrenos e da construção tornava compensadora a fixação do trabalhador. O fornecimento de moradia pela própria empresa diminuía as despesas dos operários com sua própria sobrevivência, permitindo que os salários fossem rebaixados. Descontava-se assim o investimento feito pelas empresas com aquisição dos terrenos e com a construção das casas. (KOWARCK et al., 1975, pág 25)

Com aumento das migrações cresce a disponibilidade de mão de obra, permitindo a formação de um excedente de força de trabalho que - pela alta oferta, pouca escolaridade, e falta de uma organização forte e massiva os trabalhadores – será, além de abundante, barata.

Ao mesmo tempo, valorizam-se os terrenos, tanto fabris como residenciais, tornando-se inconveniente para as empresas a construção de vilas operárias (KOWARCK et al., 1975, pág. 25)

A segregação social é também territorial, os diferentes custos para que os indivíduos se instalem e se mantenham nos diversos lugares faz com que se criem bairros específicos dos diferentes níveis de renda. O preço da terra, dos imóveis ou do aluguel são fundamentais na segregação territorial, e os fatores básicos que os determinam são sua localização e opções de acesso a outras áreas valorizadas ou desvalorizadas da cidade, assim como a presença de empreendimentos e características que também constituirão seus condicionadores.

Assim para ilustrar, a construção de um shopping center ou a criação de um parque são formas de elevação dos preços, e opostamente a construção de uma cadeia será um elemento de desvalorização. A oferta de serviços públicos também é um importante modificador dos preços fundiários e imobiliários.

Obras de infraestrutura tem um duplo papel na segregação, pois além elevar os preços imobiliários também criam ambientes em que seja por limitações concretas ou por pressões psicológicas e simbólicas, limitam as atividades e a presença de camadas populares em determinados lugares da cidade. Por exemplo, na cidade de São Paulo no final do século XIX e no início do XX era comum que lavadeiras fossem até as várzeas para utilizar os rios em suas atividades. A canalização dos corpos d'água ou mesmo a retificação e a drenagem de suas várzeas era uma tentativa por parte das elites de se livrar dos meandros que acumulavam material orgânico e insetos, das cheias que com a ocupação humana passam a ser consideradas enchentes, mas também eram um instrumento para impedir que as lavadeiras, pobres e em sua maioria pretas recém libertas da escravidão, pudessem realizar suas atividades. As realizações de tais obras são a concretização de um ideal higienista e

segregacionista de elite paulistana que a partir de ações do Estado tenta criar sua cidade ideal.

No entanto, a periferização decorrente desse processo de segregação é útil aos proprietários de terras nas periferias das cidades. A procura por um local barato de moradia por parte de grandes massas de trabalhadores dá a proprietários a oportunidade de lotear suas terras, mesmo desprovidas de infraestrutura urbana e serviços públicos. Esses loteadores jogam com os preços do solo urbano pensando taticamente quais locais lotear em quais momentos face à implantação dos serviços e infraestrutura para aumentar os preços da terra.

A especulação imobiliária (...) adotou um método próprio para parcelar a terra da cidade. Tal método consistia no seguinte: um novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre um loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida a linha de ônibus passava pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização. O mesmo ocorreria com os demais serviços públicos: para servir o ponto extremo loteado, passariam por áreas vazias, beneficiárias imediatas do melhoramento público. Desta forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública ainda hoje, sempre que se chegue a um centro secundário da cidade (...) (CARDOSO et al, 1973 apud KOWARICK et al., 1975, pág. 29)

Com moradias cada vez mais distantes dos locais de trabalho, o trabalhador passa a ter um problema de deslocamento e transporte. Verificamos nesse sentido que o crescimento econômico da cidade não resultou em melhores condições de vida ao trabalhador, mas que também suas mazelas não são obra apenas de um crescimento demográfico desenfreado ou de falta de planejamento estatal.

o processo de crescimento das cidades brasileiras - para falar apenas do nosso universo - não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. Aqui, uma vez mais é preciso não confundir "anarquia" com caos; o "anárquico" do crescimento urbano não é "caótico" em relação às necessidades da acumulação (...). (OLIVEIRA, 2003, pág. 59)

As poucas alternativas que encontra para se reproduzir socialmente, do ponto de vista da localização das residências ou se vive em cortiços ou imóveis alugados nos centros ou em casas próprias nas periferias, são moldadas por interesses político-econômicos. “Por trás dos “problemas urbanos” está a vida dos habitantes da cidade, que se organiza na repartição dos benefícios do desenvolvimento e na distribuição do preço a pagar”. (KOWARICK et al., 1975, pág. 22)

As condições de vida de uma população dependem de uma série de fatores, ligados direta ou indiretamente às formas de produção e distribuição da riqueza. Para a maioria da população de São Paulo, constituída de trabalhadores assalariados e de suas famílias, as relações de emprego são decisivas. Tanto pelas condições que exerce o trabalho, como pela remuneração que determina seu acesso aos bens e serviços à disposição dos habitantes da cidade. Mas, ao lado da organização empresarial, a própria organização do espaço urbano, da infra-estrutura e dos serviços da cidade determinam a “qualidade de vida” da população. (KOWARICK et al., 1975, pág. 22)

A baixa remuneração leva os trabalhadores a adotarem a autoconstrução como maneira de garantir sua moradia. Essa maneira de garantir a casa própria representa uma maior carga de exploração do trabalhador, já que o mesmo tem que realizar uma jornada dupla: no emprego e na construção de sua própria casa, pois o primeiro não garante ganhos suficientes para a contratação de terceiros para a tarefa de erguer sua moradia.

Considerando que a rotina dupla não permite um ritmo constante da construção e, além disso, os salários também não possibilitam a compra dos materiais de construção em um curto período de tempo, mas que por outro lado é imperativo possuir uma estrutura mínima de abrigo, impõe-se a um processo de sobreposição de diversas construções ao longo dos anos, no sentido de melhorar continuamente as condições de moradia.

Uma não-insignificante porcentagem das residências das classes trabalhadoras foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o “mutirão”. Ora, a habitação, bem resultante dessa operação, se produz por trabalho não pago, isto é, super- trabalho. Embora aparentemente esse bem não seja desapropriado pelo setor privado da produção, ele contribui para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho, pois o seu resultado - a casa - reflete-se numa baixa aparente do custo de reprodução da força de trabalho - de que os gastos com habitação são um componente importante - e para deprimir os salários reais pagos pelas empresas. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de “economia natural” dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem

com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (OLIVEIRA, 2003, pág. 59)

2.2 Os agentes da formação territorial

A cidade não é um fenômeno exclusivo do capitalismo, existiu em outros momentos e é: produto histórico, reflexo da sociedade e condição para sua reprodução. Portanto cada sociedade historicamente conceituada possui uma organização geográfica correspondente. E em muitas delas essa organização inclui a presença de cidades.

Porém foi a partir da revolução industrial que a cidade e o urbano passaram a constituir a territorialização e a socialização dominantes. Ou seja, a cidade passa a ser o lócus de que centraliza os capitais gerados e acumulados (mesmo que provenientes do campo), os centros de decisões políticas, e onde vive grande parte da população mundial atualmente.

Assim sendo a cidade abriga os interesses e as contradições de diferentes indivíduos e classes sociais. Não obstante, esse “abrigar” não é passivo, no sentido de que não se trata de um receptáculo nos quais as relações sociais ocorrem. A cidade é gerada e constantemente reconfigurada pelos diferentes agentes sociais ao passo em que também é condicionante destas relações.

A atuação destes agentes sociais na cidade deriva do processo geral de acumulação do capital, da reprodução das relações sociais de propriedade e de produção e dos conflitos sociais a eles associados. Segundo Roberto Lobato Correa (2004), podemos classificar estes agentes em: proprietários dos meios de produção, proprietário fundiários, promotores imobiliários, o Estado, e as classes sociais populares.

É necessário apontar que apesar da classificação apresentada estes grupos também são constituídos por diversas frações e atividades. Tomemos, por exemplo, os promotores imobiliários, suas atividades incluem: incorporação de terras, mobilização de capital próprio, captação de crédito, construtoras e comercialização. Atividades que podem ser e eram “independentes”, porém por conta da concentração de capitais, passou a ser cada vez mais comum que

estas atividades sejam realizadas por uma única empresa. Além disso, o mesmo grupo empresarial pode atuar como proprietário industrial, fundiário e imobiliário em lugares diferentes e ao mesmo tempo ou em um único lugar em momentos diferentes.

3 A periferia Sul de Santo André

3.1 Industrialização e migração. A divisão territorial do trabalho

São Paulo é desde o século XIX o estado com a economia mais pujante do Brasil. Começamos deste ponto, pois é a partir daí que a migração não se faz massivamente pelo tráfico negreiro e não por desconsideração à força de trabalho africana e mesmo à indígena. Além disso, é neste estado que se localiza o nosso estudo de caso.

A propaganda propalada, oficialmente pelo Estado e também pelos meios populares, somada às situações adversas, como conflitos armados, a expropriação dos camponeses por latifundiários ou as duras condições de vida no Nordeste, atraíram massa de migrantes para São Paulo.

A imigração europeia para as lavouras de café no século XIX e para as cidades do que viria a ser a Região Metropolitana do Estado, e posteriormente as migrações de outros estados e do próprio interior do estado de São Paulo para a capital e as suas cidades vizinhas, são ao mesmo tempo resultado e condição para esse crescimento da economia, sociedade e da geografia paulista, pois essa massa de trabalhadores é fundamental para expansão industrial e para a formação das cidades. Sua força de trabalho é essencial nos setores que configurarão as cidades, e o acúmulo destes indivíduos nas cidades representará a possibilidade da produção capitalista com baixo custo da reprodução da força de trabalho, inclusive pela ameaça do desemprego e pela “fácil” substituição da mão de obra desgastada.

Na segunda metade do século XX a migração do campo e do Nordeste para as grandes cidades, sobretudo do Sudeste, cresce exponencialmente e com ela a urbanização e a periferização

(...) em apenas 50 anos, na segunda metade do século XX, a população urbana passou de 19 milhões para 138 milhões, multiplicando-se 7,3 vezes, com uma taxa média anual de crescimento de 4,1%. O que significou, a cada ano, em média, que 2,4 milhões de habitantes eram acrescentados à população urbana. Esse acelerado processo de urbanização era parte das profundas transformações estruturais pelas quais passavam a sociedade e a economia brasileiras. De fato, era a própria sociedade brasileira que se transformava cada vez mais em urbana, tornando irreversível a hegemonia das cidades, não só como o locus privilegiado das atividades econômicas e da residência da população, mas, também, como centro de difusão dos novos padrões de relações sociais – inclusive as relações de produção – e de estilos de vida. Era o Brasil moderno, urbano-industrial, que se sobrepunha ao Brasil agrícola tradicional, gerando uma síntese singular, muito além de qualquer dualismo: desenvolvimento econômico e modernização social, com fortes desequilíbrios regionais e agudos desequilíbrios sociais. (BRITO, s/ data, pág. 12)

Em diversos lugares da Região Metropolitana de São Paulo, que se configura exatamente a partir do forte dinamismo e pela força econômica que tem nesse processo, temos a substituição do uso do solo em áreas até então periféricas nas quais a urbanização toma áreas rurais e naturais.

A partir da leitura de teóricos como Francisco de Oliveira, pensando o processo de desenvolvimento da economia nacional e de memorialistas como Ademir Médici, podemos capturar a participação dos diversos setores da economia e das classes sociais neste desenrolar e dos diversos agentes sociais na (re)configuração territorial desta porção do território aqui denominada de periferia sul de Santo André.

Para tanto é necessário compreender a evolução histórico-geográfica das cidades do Grande ABC e da capital São Paulo.

Até 1850 a cidade de São Paulo não tinha sofrido uma expansão muito além do triângulo formada pela rua Direita de Santo Antônio (hoje Rua direita), a Rua do Rosário (mais tarde Imperatriz e hoje XV de novembro) e a Rua Direita de São Bento (hoje Rua são Bento). Neste perímetro estavam as sedes das forças jurídicas, políticas e religiosas. Nos arredores das vias que ligavam a cidade a outras vilas estavam as atividades comerciais, inclusive o mercado de escravos.

São Paulo tinha nesta época 20 mil habitantes. Sendo que 1/3 constituídos de escravos. Casas dando diretamente para a rua. A vida pública não tinha ainda se afastado das ruas como vai acontecer em fins do século XIX em diante. É nas ruas, nos largos que se dá a

vida pública. Porém somente os homens freqüentavam este espaço público. As mulheres eram obrigadas a ficar reclusas em casa. Os escravos libertos ocupavam as ruas com as suas quitandas e cangaías. Todo serviço doméstico e urbano era feito por escravos, inclusive o transporte de matérias fecais. (MOREIRA DOS SANTOS, s/ data, s/ pág.)

Com o número relativamente baixo de habitantes, composta de parte considerável de escravos realizando serviços domésticos e os recém libertos que se mantinham através das quitandas, a cidade de São Paulo não apresentava uma especialização de áreas residenciais segregadas por classe sociais.

A realidade de construções de taipa, iluminação de lampião, abastecimento de água feito por chafarizes, caça de aves e chácaras próximas do triângulo urbanizado passará por mudanças mais intensas a partir da década de 1870. Com a produção do café ganhando o Oeste paulista a cidade tem sua função de entreposto comercial intensificada e com ela o acúmulo de capitais e de infraestrutura e serviços instalados. Ferrovias são instaladas como: The S. Paulo Railway Co. (1868) que ligava Jundiaí a Santos; Cia Viação Paulista (1872) - ligava Sorocaba a São Paulo; Araraquara (1901) que visava escoar o café produzido na porção central e norte do Estado de São Paulo; Cia Mogiana (1872) que tinha início na cidade de Campinas e objetivava escoar o café produzido no eixo nordeste do Estado de São Paulo. (MOREIRA DOS SANTOS, s/ data, s/ pág.). Não entraremos aqui na discussão sobre os detalhes da inauguração da The S. Paulo Railway Co., mas em alguns registros a data de abertura desta ferrovia conta como 1867, mas esse grau de detalhe não nos interessa nesta pesquisa.

O final do século XIX em São Paulo tem o crescimento de diversas atividades ligadas ao café, dentre elas “se destaca o seu financiamento. Este era feito pelos Bancos e pelas casas comissárias. Em 1873 São Paulo tinha apenas 4 bancos. Em 1889 passou a ter 5 bancos, além de 2 sucursais de bancos estrangeiros (ingleses).” (MOREIRA DOS SANTOS, s/ data, s/ pág.)

A tendência de concentração de capitais descrita por Lênin ganha cada vez mais força em solo paulista. "Criam-se laços muito estreitos entre o negócio bancário e o do café. Por outro lado, fazendeiros entrarão para o negócio

bancário, tornar-se-ão fundadores e diretores de bancos" (SINGER, 1968 apud MOREIRA DOS SANTOS, s/ data, s/ pág)

Nesse contexto os proprietários de terra e loteadores tem a oportunidade de abrir novos bairros com preços cada vez mais altos, para atender os negócios e as residências da burguesia cafeeira. Paul Singer (1968) citado por Moreira Santos (s/ data) afirma que chácaras são loteadas e urbanizadas e que F. Glette “revendeu a gleba adquirida nos Campos Elíseos com 800% de lucro!”

Verificamos no histórico de ocupação da elite paulistana uma tendência de deslocamento a sudoeste

Desde 1870 ocupa tal quadrante. Começou ocupando o loteamento de "Campos Elíseos". Depois foi ocupando a V. Buarque/Sta Cecília e Higienópolis(1890), Av. Paulista (em 1891), Jardim América(1922); J. Europa - Alto de Pinheiros - Pacaembu e Alto da Lapa (anos 30 e 40); Sumarezinho - Cidade Jardim - Chácara flora - Morumbi (anos 50 e 60); Granja Viana (anos 70).

Quanto à classe baixa observamos que nas primeiras décadas deste século não se encontrava tão distante das classes mais abastadas. Vivia nos chamados bairros operários: Pari, Brás, Moóca, Belenzinho, Bom Retiro, etc.. (MOREIRA DOS SANTOS, s/ data, s/ pág.)

A França era para as elites locais um dos símbolos da modernidade e civilidade, por isso os locais da cidade, como Vale do Anhangabaú cujo rio foi aterrado e o Viaduto do Chá, que eram frequentadas por estas frações sociais foram criadas tendo como modelo o urbanismo francês.

Não eram apenas as ideias urbanísticas da Europa que entravam no Brasil. Como substituição à mão de obra escrava, liberta em 1888, passaram a entrar no Brasil milhares de imigrantes daquele continente. Foram instalados núcleos coloniais para receber estes imigrantes. Alvarez (2008, pág. 47) citando Martins (1992) afirma que

a criação destes núcleos coloniais insere-se no contexto do crescimento da cidade de São Paulo e, sobretudo, do modo como as elites vislumbravam a organização da cidade do espaço e da sociedade, dentro de uma novas ordem institucional que caminhava da monarquia para a república e da sociedade escravista para o trabalho livre. A experiência dos núcleos coloniais objetivava estimular a onda de imigração de europeus, uma vez que negros, índios e mestiços não teriam lugar nesta nova ordem, a não ser como vadios e insurgentes, na visão da elite.

O principal destino destes trabalhadores eram as lavouras de café, não obstante, indústrias para o beneficiamento do café começam a surgir, com destaque para as grandes indústrias têxteis que faziam sacarias para o café. São Paulo e em menor medida as cidades vizinhas já no século XIX contam com indústrias e as vilas operárias habitadas por seus trabalhadores mais especializados e de hierarquias mais altas.

Os trabalhadores do “chão de fábrica” constituem cortiços próximos das áreas centrais e das fábricas. A relação de dependência e subjugação aos proprietários de terra não condiziam com as expectativas dos imigrantes que vinham em busca de se reproduzir como camponês. Nesse sentido destaca-se a Lei de Terras de 1850, que transforma a terra em mercadoria e deslegitima a ocupação, torna-se assim um instrumento para coibir a possibilidade da instalação dos imigrantes em terras até então sem dono e sua reprodução como um camponês numa unidade familiar ou coletiva de produção independente. Por tudo isso, parte dos imigrantes também se deslocava para as cidades. Ao mesmo tempo a Lei de Terras permitiu a criação de um fundo que financiava a vinda de imigrantes, pois o Estado passa a ser o maior comerciante de terras.

A terra transformada em mercadoria permitiu a

intensificação da especulação imobiliária: com a falência da Casa Bancária de Mauá em 1875, a burguesia paulistana passou a optar pela especulação imobiliária em detrimento de outros tipos de investimento. A compra de terras se intensifica. É dessa época o surgimento de uma nova modalidade de ocupação do espaço urbano: o LOTEAMENTO. Isto reforça a segregação sócio-espacial. O preço da terra vai aumentar como nunca. (MOREIRA DOS SANTOS, s/ data, s/ pág.)

No final do século XIX a capital chegou a 200 mil habitantes e com o incremento financeiro da produção cafeeira os serviços públicos aumentaram substancialmente.

No final do século XIX, várias iniciativas públicas foram tomadas nos arredores paulistanos, com o intuito de fortalecer o crescimento da cidade de São Paulo, como: produção de energia, melhoria de acessibilidade (ferrovias) e a implantação de núcleos coloniais em 1877, com a vinda de imigrantes europeus (...) Os três (...) localizados na então freguesia de São Bernardo. O objetivo foi o de

introduzir ali uma produção agrícola, de tijolos, extração mineral e vegetal, que pudesse abastecer a cidade de São Paulo. (LANGENBUCH, 1971 apud ALVAREZ, 2008, pág 47)

Segundo Langenbuch (1971 citado por Alvarez (pág 48, 2008) as porções terrestres em que se implantaram os núcleos coloniais já possuíam povoamento, porém são a partir deles que ocorre um aumento populacional e econômico. Em 1887 os núcleos de São Bernardo e São Caetano tinham juntos 1131 habitantes, a grande maioria agricultores imigrantes italianos. O que viria a ser Santo André não teve implantação oficial de núcleos, mas existem registros de chácaras e atividade rurais nestas terras.

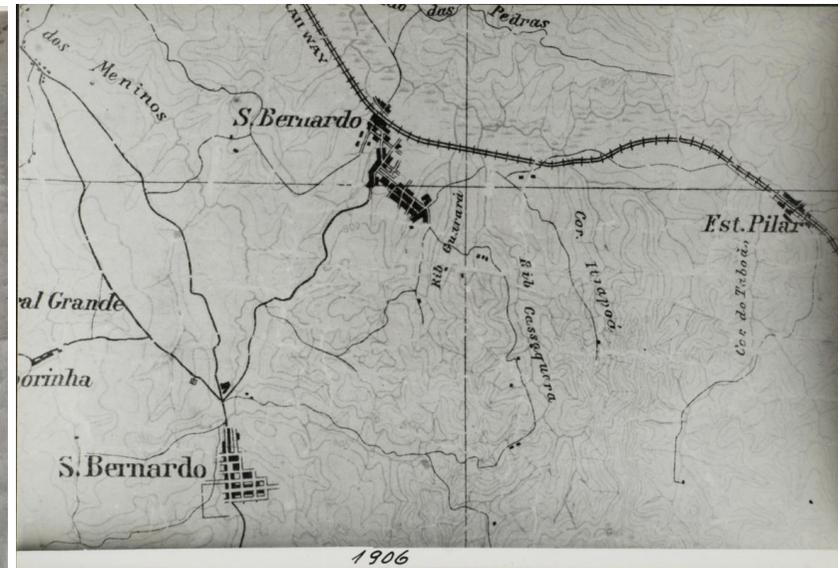
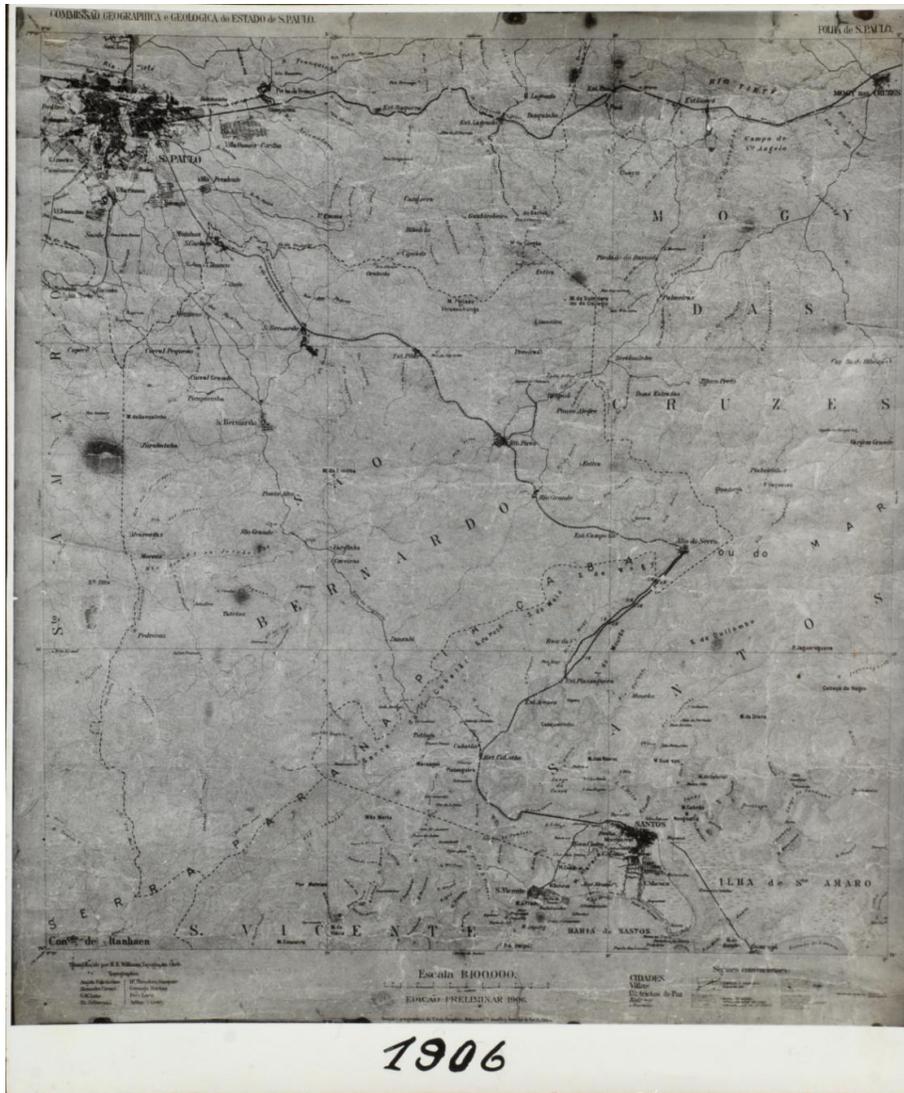
Até esse momento os núcleos coloniais tinham como objetivo, do ponto de vista das elites e dos governantes paulistanos, serem como apêndices da capital, que garantiriam o abastecimento de alimentos e outros produtos advindos do extrativismo. De sorte, além do abastecimento da cidade se garantiria a separação da “cidade do seu entorno, definindo-a enquanto centro do poder, da riqueza, da cultura e o subúrbio, enquanto lugar do trabalho, naquele momento, fundamentalmente agrícola.” (ALVAREZ, 2008, pág 48)

Contudo, a própria criação dos núcleos e da ferrovia fomentaram o crescimento econômico e a urbanização deste subúrbio.

Se os núcleos coloniais foram uma tentativa de criar um cinturão agrícola em torno do capital, a ferrovia trouxe outra lógica: a da urbanização, impulsionada pela atividade industrial. Viabilizando o acesso a terrenos amplos e mais baratos, embora fora da capital, a ferrovia constituiu-se num elemento fundamental do processo (...) (ALVAREZ, 2008, pág 48)

Até os primeiros anos do século XX que a ocupação de São Bernardo (que equivalia a aproximadamente a atual área de todo ABC), na parte que viria a ser Santo André, se limita e caracteriza pelo

Centro Ocupação recente a partir da construção da estação São Bernardo (1867), renomeada Santo André (1934), da São Paulo Railway (Santos-Jundiáí). O bairro da Estação concentrou lojas e oficinas, tornou-se importante polo industrial do município de São Bernardo com fábricas têxteis, movelarias, químicas, como: Fábrica Ypiranguinha (têxtil). Fábrica de Cadeiras Streiff, Tecelagem Kowarick, Fiação e Tecelagem Santo André, além de serrarias, carvoarias e olarias, localizadas nas áreas periféricas. (SCIENTIA CONSULTORIA, 2014, s/ pág.)



Mapa 2 Reprodução do mapa "Folha de São Paulo", 1906

Fonte: Pertencente ao acervo do MSA. Reprodução. Carlos Haukal Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

No mapa “Folha de São Paulo” de 1906 podemos observar que além do bairro da Estação São Bernardo, existe outro núcleo denominado São Bernardo deslocado do eixo ferroviário. Isabel Alvarez expõe a relação destas formações no processo de produção do território paulistano:

Os trilhos da São Paulo Railway à margem esquerda e a criação da estação do Tamanduateí, bem como o vínculo existente com o povoamento de São Bernardo, cuja via principal de ligação era chamada de estrada São Bernardo, impulsionou o crescimento urbano ao seu redor, com a instalação de uma agência da administração municipal em 1910, igreja, cartório, armazéns, farmácia, pensões, residências e indústrias, circo, cinema. (ALVAREZ, 2008, pág 49)

Do final da primeira década do século XX até a década de 1930 ocorre em São Bernardo (Santo André)

o adensamento da ocupação no bairro da Estação e no Ypiranguinha transforma a área no distrito de Santo André. Estímulos do governo municipal e expansão do mercado interno - devido à conjuntura internacional - permitiram rápida expansão industrial. A oferta de emprego industrial atraiu milhares de estrangeiros e de migrantes, que estabeleceram residência nos novos loteamentos urbanos. Pessoas de diversas origens e visões de mundo, reunidas em uma paisagem rural rapidamente urbanizada; consolidação de importante núcleo industrial e de forte núcleo operário. (SCIENTIA CONSULTORIA, 2014, s/ pág.)

Um desses estímulos do governo municipal foi a Lei 95 de 16 de Setembro de 1911 que dava às indústrias isenção de impostos por seis anos.

Assim como ocorreu no século XIX com os imigrantes que saíam da lavoura de café em direção à cidade de São Paulo, os colonos de São Bernardo, São Caetano e Ribeirão Pires deixavam os núcleos mais distantes da ferrovia e se instalavam próximo dela, na busca de aumentar suas opções de sustento. “Assim, era comum famílias que tiravam seu sustento do trabalho na agricultura, no artesanato e na indústria”. (PASSARELLI, 1994 apud ALVAREZ, 2008, pág. 51)

Na Análise Gaiarsa (1991, pág. 40), além da ferrovia, outro fator fundamental no desenvolvimento urbano de Santo André foi a instalação da usina Hidroelétrica Light & Power na baixada de Cubatão, com o aproveitamento das águas represadas no território andreense.

Com a primeira unidade datando de 1926, e outras sendo instaladas em sequência, cresce a disponibilidade de energia elétrica que é enviada à Santo André, agora em quantidade suficiente para abastecer o setor manufatureiro que se inserem paulatinamente em Santo André.

“É oportuno lembrar que sem a represa da Light, teria sido problemático abastecer os municípios da região, de água potável. Dela são captados milhões de litros, ainda que o tratamento químico seja realizado custosamente, dada a contaminação do depósito construído há mais de cinquenta anos” (GAIARSA, 1991, pág 40)

A Light tem um papel preponderante na urbanização de toda a Região Metropolitana de São Paulo, mas não podemos entendê-la apenas como uma empresa prestadora de serviços que a partir deles auxiliou esta urbanização.

O envolvimento da Light com a especulação imobiliária fica evidenciado quando se sabe que ela costumava recusar pedidos que iriam beneficiar a população operária. Mas sempre estendia suas linhas de bondes para regiões que seriam ocupadas pela classe dominante especialmente para os Jardins, loteados pela "*City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited*". As ligações da Cia City com a Light são evidentes. Parte dos Conselheiros da Light faziam parte também do Comitê Administrativo da City. Assim, os loteamentos da City a partir de 1915 seriam beneficiados por serviços de infra-estrutura, especialmente os serviços de bondes e iluminação. (...) (MOREIRA DOS SANTOS, s/ data, s/ pág.)

A configuração das cidades, inclusive na especulação imobiliária e conseqüentemente na segregação territorial, tem ações desta companhia como um de seus determinantes.

Tal fato evidencia o interesse especulador da Light: num primeiro momento, a Light implantava pequenos trechos de linhas, provocando uma demanda por imóveis e a conseqüente valorização da área. Em seguida, completava a linha. Os terrenos adquiridos por ela valorizavam-se. (MOREIRA DOS SANTOS, s/ data, s/ pág.)

No trabalho citado da Scientia Consultoria consta que no primeiro terço do século XX a paisagem rural foi rapidamente urbanizada, o que para a autora Isabel Alvarez (2008) “as primeiras décadas do século XX marcam um momento de ruptura de conversão lenta, mas contínua, de uma área rural, de lugar de passagem entre São Paulo e Santos, num centro urbano induzido pela industrialização.”. Para além da impressão da velocidade do processo, existe

uma percepção em comum a importância de fatores como a ferrovia, a energia elétrica e da mão de obra.

Alvarez (2008) recuperando Pierre George (1965) demonstra a importância da população e na redução de custos para a localização e desenvolvimento industrial afirmando que

Pierre George (1965) chamou de condição potencial de produção, ao afirmar que os diferentes elementos do meio físico (disponibilidade de água, jazidas minerais) ou construído pelo homem (sistema de transporte, energia) são apenas condições em potencial, enquanto “a população se encontra ausente” (George, 1965, pág. 11) Ressaltou ainda o autor eu, em âmbito regional, a localização de estabelecimentos industriais está intimamente relacionada à redução do custo de produção. (ALVAREZ, 2008, pág 50)

O estudo de Isabel Alvarez tem como foco o projeto Eixo Tamanduatehy, enquanto o nosso é a periferia Sul de Santo André. Entretanto, a compreensão do processo de industrialização em Santo André é fundamental para os dois, por isso podemos considerar mais esta colocação da autora também para nosso estudo

No caso em estudo, como veremos, parte da população que constitui a mão-de-obra necessária ao início da industrialização foi proveniente dos núcleos coloniais, e os custos de produção puderam ser reduzidos, não só pelo menor preço dos terrenos, como também pelos incentivos tributários da municipalidade. (ALVAREZ, 2008, pág 49)

É a partir dos anos 1930 que a industrialização ganha mais força no projeto nacional e se localiza em grande parte próximo aos trilhos ferroviários implantados em torno da capital paulista, com destaque para São Bernardo, atual ABC, com mais intensidade nos atuais municípios de Santo André e São Caetano, incentivando a criação e expansão de “pequenos núcleos comerciais, mas principalmente as chamadas “cidades-dormitório”, voltadas de início para as empresas da capital e mais recentemente para outros núcleos industriais da Região.” (KOWARICK et al., 1975, pág. 29)

A partir da década de 1930 a capital paulista e as cidades vizinhas passam a receber mais migrantes de dentro do país do que imigrantes externos. Essa mudança tem influência do arrefecimento dos conflitos na Europa, mas sua causa principal foi a política adotada pelo governo de Getúlio Vargas em

relação aos imigrantes. Avesso às ideologias internacionalistas, sendo que eram incluídas neste rótulo, o liberalismo capitalista e as ideologias de esquerda, o governo populista deixou de incentivar a vinda de emigrantes para o país por entender que as colônias homogêneas são um problema para a integração nacional e por perceber que as lideranças mais experientes dos movimentos sindicalista, anarquista e comunista, que já haviam demonstrado força nas duas décadas anteriores, eram europeias.

A mobilização deste exército fez-se paulatinamente, a partir da abolição da autonomia dos estados, entre 1930 e 1945, que serviu tanto para unificar o mercado interno como para abalar as oligarquias locais, cujo poder sobre a população rural foi assim consideravelmente enfraquecido.

A construção de uma rede de rodovias, que passou a interligar as principais regiões do País, facilitou as comunicações e estimulou enormemente as migrações internas.

Paul Singer (s/ data) chama atenção para o fato que nesta época houve uma “sistemática queda da mortalidade, que se iniciou nas cidades maiores, mas atingiu rapidamente o interior, acelerou sobremaneira o crescimento da população e, portanto, do exército industrial de reserva.” (pág. 35)

Assim como a Lei de Terras de 1850 teve impacto na zona urbana, elevando o preço da terra, fazendo com que os trabalhadores que conseguiam possuir alguma terra, ficassem com as de características desfavoráveis, também

O aumento da população rural em áreas já densamente povoadas ocasionou pressão sobre a terra, agravando a dicotomia latifúndio-minifúndio (na Zona da Mata e no Agreste nordestinos) e provocando fortes correntes migratórias para zonas agrícolas pioneiras e para as cidades (principalmente das zonas de colonização do Sul). (SINGER, s/ data, pág 35)

As políticas sobre migrantes e o nacional-desenvolvimentismo que caracteriza o governo de Getúlio Vargas estão num contexto em que a reafirmação nacional e a modernização industrial estão presentes também no pensamento de movimentos como o modernismo. Exponentes da fração mais identificada com ideais de direita do modernismo chegam a ocupar cargos no governo. Suas posições eram baseadas na teoria de força centrífuga paulista e numa ideia de um Estado que fosse um novo bandeirante que deveria unificar o país

com a força das três etnias que formam a nação: o comando branco; a força negra; e a mobilidade indígena e o combate às oligarquias latifundiárias, sobretudo do Nordeste, construíram uma força que manteve parte do território nacional sem o domínio do Estado.

(...) antagonismos inter-regionais cada vez mais fortes, combinados com repetidas revoltas da oficialidade jovem, levaram à derrubada da oligarquia cafeeira do Poder, que foi assumido por uma coligação de políticos e "tenentes" oriundos das regiões periféricas (Nordeste e Rio Grande do Sul). Os governos originados da Revolução de 1930 (chefiados, até 1945, por Getúlio Vargas), além de porem em prática uma política mais decidida de industrialização, trataram de desarmar os "exércitos do sertão", limitando a onipotência dos fazendeiros e ao mesmo tempo criaram uma legislação do trabalho aplicável unicamente às áreas urbanas (na verdade, apenas às cidades maiores) que proporcionou aos assalariados urbanos um padrão de vida substancialmente mais alto que o das massas rurais. Surge desta maneira um sistema de incentivos que atrai uma parcela crescente dos trabalhadores rurais às cidades. A grande massa rural, confinada na economia de subsistência, passa a constituir para a economia capitalista industrial um verdadeiro reservatório de mão-de-obra ou, na expressão clássica de Marx, um exército industrial de reserva. (SINGER, s/ data, pág 35)

O pensamento urbanista no Brasil também foi influenciado por esta tendência, como parte da crítica à Europa as cidades norte-americanas passaram a ser utilizadas como modelo.

Em Santo André, sede do município a partir de 1939, "houve o fortalecimento das indústrias, o aumento do comércio, o crescimento populacional e a consequente intensificação da urbanização. Novos bairros surgiram em áreas cada vez mais afastadas do centro." (SCIENTIA CONSULTORIA, 2014, s/ pág.)

Um trecho do jornal "A Noite" de 1943 nos dá a dimensão com qual velocidade e força se dá a urbanização no eixo da linha férrea

Ao paulistano — e mesmo ao brasileiro que conhece a pujança do parque industrial de São Paulo — é comum passar despercebida a influência do município de Santo André na balança econômica do Estado. Entretanto, é coisa simples explicar-se o fato. É que ele está quase que ligado ao perímetro da Capital. Quem vai a Santos, seja por estrada de rodagem ou per estrada de ferro, não sente, na verdade, a passagem de um a outro município, tal a continuidade de residências e estabelecimentos industriais. O viajante ignora — é bem esse o termo — que depois da passagem da estação do Ipiranga, um pouco adiante, entra naquele município e que todos os estabelecimentos industriais que são vistos do automóvel ou do trem, estão fora da Capital, em terras santo andreenses. E, naturalmente,

também ignorará, caso não tenha descido e percorrido os seus sete distritos, que além do seu alcance visual enfileiram-se muitos outros estabelecimentos, iguais àqueles que vê ou maiores ainda (A NOITE – SÃO PAULO, 30 de Junho de 1943)



Figura 1 Jornal A Noite de 1943: A produção industrial de Santo André

Este recorte do jornal “A Noite” de 1943, contém um pequeno retrato histórico de Santo André e conta resumidamente a conhecida e repetida história de que a Vila de João Ramalho estabelecida em 1531, em conjunto com os índios Guaianazes, foi esvaziada e sua população levada para Piratininga (atual cidade de São Paulo). Interessantemente enquanto algumas fontes afirmam que tal ação foi realizada para conter gastos; outras, como o memorialista Octaviano Gaiarsa, colocam ataques de índio Tamoios como causa de tal mudança; já o jornal aponta que com a criação Piratininga

começaram as rivalidades entre os moradores das duas localidades, a ponto de se guerrearem mutuamente. A situação foi se agravando cada vez mais, até que em 1530 Mem de Sá tomou a deliberação de mandar extinguir povoado ramalhense, transferindo os seus moradores para os campos de Piratininga. (A NOITE – SÃO PAULO, 30 de Junho de 1943)

Mas o foco da publicação é a industrialização e a leitura do periódico revela alguns detalhes interessantes de como esse processo era ideologicamente difundido. Assim como em diversos outros números de meios de comunicação

escritos da época, observamos o papel da mídia quanto à repercussão da introdução das fábricas associando-as a um ideário de progresso.

Santo André, não há dúvida, pode, se orgulhar do seu progresso. Um vez que é como afirmou, não há muito, o sr. Clarck Haynes Minor, diretor da International General Electric, "a área industrial de mais rápido crescimento em todo o mundo". Essa companhia — diga-se de passagem — já adquiriu, ali, um terreno de mais de 140 mil metros quadrados, pretendendo nele construir usinas cuja montagem orçarão em 200 milhões de cruzeiros. (A NOITE – SÃO PAULO, 30 de Junho de 1943)

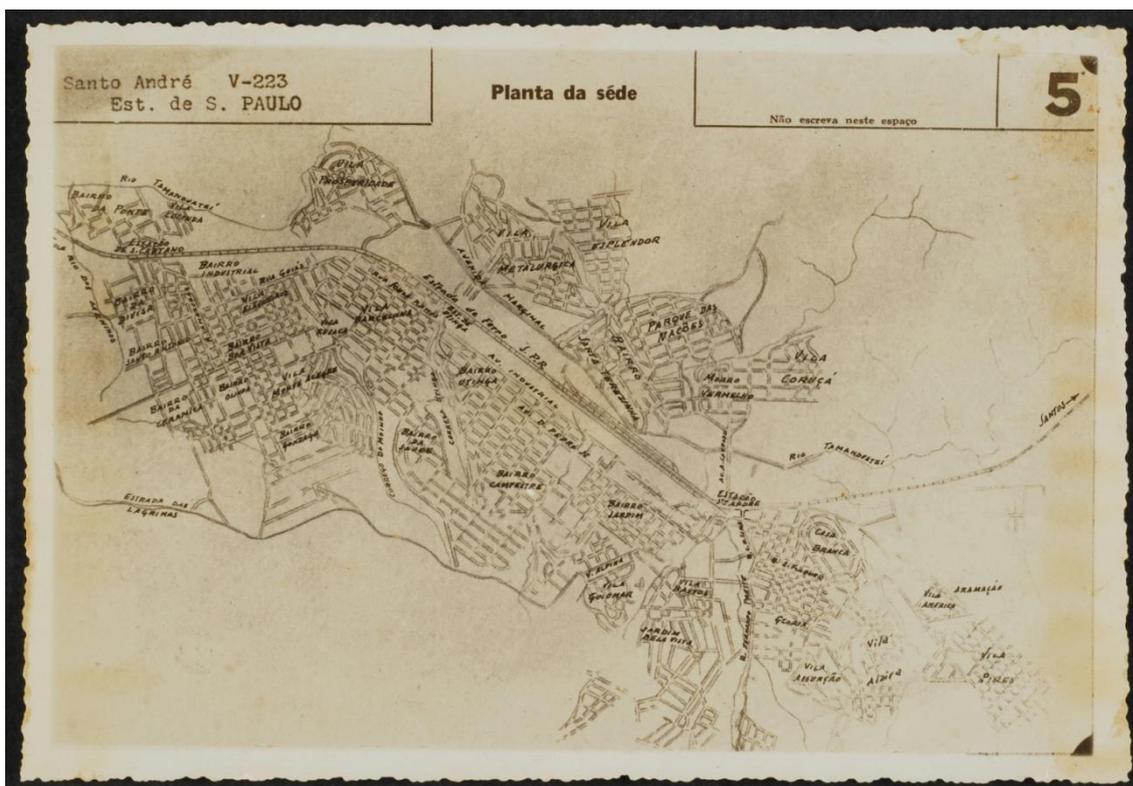
O jornal ainda destaca "algumas razões para que assim aconteça". São elas:

a situação geográfica desse município. Santo André está entre os dois grandes centros do Estado — o central e o marítimo — São Paulo e Santos. Ligada, a ambos, por estradas de ferro e de rodagem, os Industriais que ali situaram os seus estabelecimentos encontram facilidade nos transportes, quer para um quer para outro centro. E isto, convenhamos, não deixa de ser uma grande vantagem.

Pode-se apontar, em seguida, a verdadeira população de operários que alí se localizou — primeiro por encontrar casas da moradia de alugueis mais baixos, depois por encontrar, no próprio município, empresas que a empregasse. Hoje, Santo André apresenta uma população de quase 100 mil habitantes, em sua maioria especializada nas mais diversos ramos industriais.

E, finalmente, para não nos alongarmos muito, as grandes áreas disponíveis, próximas dos meios de comunicação, permitindo que as industriais se instalem com todo o conforto e possam expandir-se cada vez mais e com maior facilidade.

A expansão industrial de Santo André, entretanto, pode ser chamada de ontem. Até 30 anos atrás, o município vivia quase que exclusivamente da lavoura e da indústria extrativa. Depois de ter sido um dos primeiros municípios do país — e a sua história é tão antiga quanto a do Brasil — viu-se relegado a um plano inferior. Isto, até ser novamente "descoberto". (A NOITE – SÃO PAULO, 30 de Junho de 1943)



Mapa 3 Planta da sede: Santo André, mapa confeccionado pela Diretoria de Engenharia da PMSA, 1940.

Fonte: Coleção PMSA. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

A planta da sede de Santo André de 1940 exibe o município com sua expansão ao sul até o bairro de Vila Pires, que começou a ser loteado na década de 20. Não incluindo a recém-criada Vila Luzita (1938), que abrigava algumas atividades agrossilvipastoris, e era vista pelos moradores da área urbana como um local de lazer e contato com a natureza. O documento cartográfico apresenta próximo à Vila Pires, a localização do Aramaçã, atualmente um clube privado para associados, e que nas décadas do meio do século XX foi um local de diversão nos finais de semana no qual as pessoas acompanhavam exposições como regatas (em águas represadas da hidrografia local) e saltos de paraquedas.

Ademir Médici se refere à ocupação urbana do que viriam a ser os bairros da periferia sul de Santo André como “o fim do último espaço rural da cidade”:

Ao longo da Estrada do Pedroso, depois de Vila Luzita, esta unidade de planejamento permaneceu por muito tempo como espaço rural. Em 1950, na área, existiam 11 olarias e muitos lenhadores que produziam carvão. Urbanisticamente, os três mais antigos loteamentos são

o Jardim Santo André (de 1951), Vila João Ramalho (depois de 1956) e Vila Rica (de 1966). (MÉDICI, s/ data, pág. 74)



Figura 2 Estrada do Guarará, década 1940.

Fonte: Coleção Octaviano Armando Gaiarsa. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Vimos em Lênin (1916) que “a particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Estes monopólios adquirem a máxima solidez quando reúnem em suas mãos todas as fontes de matérias-primas”. Tal particularidade se consubstancia em dominações político-econômicas em todo globo terrestre já no início do século XX. E que o capital “manifesta a tendência geral para se apoderar das maiores extensões possíveis de território, seja ele qual for, encontre-se onde se encontrar, por qualquer meio, pensando nas fontes possíveis de matérias-primas(...)”.

A constatação de Lênin é, em uma escala muito menor, observável nas ações do poder público, mas que tem como objetivo viabilizar a acumulação privada de capital, em Santo André desde o início do século XX e se acentuando após

a década de 40. Diversos documentos da época, relatos e estudos confirmam a forte ruralidade do que hoje chamamos de periferis sul de Santo André neste período. Porém além de uma área de lazer, o Guarará, especificamente os mananciais que davam nome a este pedaço de Santo André, já eram utilizados para o abastecimento de água para a área urbana. Ou seja, mesmo com este pedaço do município não integrado à industrialização do ponto de vista da paisagem, das atividades econômicas diretamente implantadas e até das representações cartográficas, ele está submetido à urbanização da sociedade e sua lógica de utilização dos recursos naturais.

O fato é que em 1916, o serviço de abastecimento de água já estava em pleno funcionamento. O manancial escolhido – rio Guarará ou Pedroso era suficiente para o contingente populacional da época. Nesse ano, 538 residências estavam ligadas à rede, enquanto que a instalação dos esgotos ainda estava sendo assentar em vários logradouros. A renda era apreciável. (GAIARSA, 1991, pág. 163)

Gaiarsa (1991) ainda chama atenção para o fato que os valores arrecadados com o serviço eram suficientes para o pagamento do empréstimo contraído pelo poder público junto a uma empresa financeira com sede na França para as obras de saneamento. Fato que reforça a percepção da integração de Santo André, sua periferia e seus serviços público, já no início do século XX, ao sistema financeiro global.

Consta no Jornal “A Noite” de 1943 uma descrição pormenorizada das dificuldades financeiras e técnicas na implantação de um sistema de saneamento básico projetado para Santo André, São Bernardo e São Caetano, projetado em 1937. Segundo o jornal a solução encontrada no início dos anos 40

Em vista dessa situação, foi estudado o plano de uma nova linha adutora, tributária da adutora Rio Claro, que abastece a capital. (...). O governo do Estado sempre pronto para atender às necessidades de Santo André, aprovou o plano que lhe foi apresentado, no sentido daquele município receber, da Repartição da capital, dez milhões de litros de água, diários, em progressão crescente, dentro de 20 anos, à razão de 15 centavos o quilolitro, sendo que aquela quantidade poderá vir a ser dobrada. Este volume de água reunido aos 10 milhões que produzirão o Ribeirão do Guaraná, cuja estação e aparelhamento está prestes a ser concluído, foi a forma pela qual o sr. Carvalho Sobrinho resolveu as dificuldades (...)

(...) atacou o prefeito as obras com a máxima economia, com bom critério técnico, usou materiais os mais facilmente

encontráveis e os mais baratos possíveis nas épocas que correm.

Assim empregou alvenaria da pedra em lugar de cimento armado, utilizou tubos já existentes, projetou e construiu reservatórios de água, obedecendo aos tipos mais econômicos, cobriu-os com telhado de "Brasilit" em lugar de lage, fez, enfim, o que pôde e dessa forma desde que possa ele despende mais uns dois milhões de cruzeiros terá dotado Santo André, São Bernardo e São Caetano de uma solução que, se não é ótima, é, contudo, boa e aceitável.

Nos momentos de estiagem pode vir a faltar água. A contribuição do Rio Claro pode demorar, mas, a-pesar-disso tudo, alguma coisa foi resolvida e a população em tempos normais terá 10.000.000 de litros de água do Guarará, tratada, por dia, o que é suficiente, se não levarmos em conta o consumo industrial que deve ter outra solução.

No mesmo ano da notícia a ETA (Estação de Tratamento de Água) Guarará é concluída nas margens do córrego de mesmo nome. Atualmente ela fornece água tratada para aproximadamente 6% da população de Santo André.



Figura 3 Comporta do reservatório do antigo DAE – Departamento de Águas e Esgotos, atual ETA – Estação de Tratamento de Água do Guarará, anterior a 1925

Fonte: Coleção Jaime Zerrener. Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

No pós Segunda Guerra Mundial continua a implantação de indústrias no ABC paulista, agora tendo como centro as indústrias automobilísticas multinacionais. Estas indústrias demandam produtos de diversos ramos, o que impulsiona a implantação de outras empresas, de capital nacional e multinacional, que

pretendem ser fornecedores das grandes montadoras. “Na esteira da entrada de EM automobilísticas graças às facilidades governamentais, empresas como Sabó (1942), Metal Leve (1950), Cofap (1951), e Sifco (1958) iniciaram suas atividades” (SPOSITO; SANTOS, 2012, pág. 159).

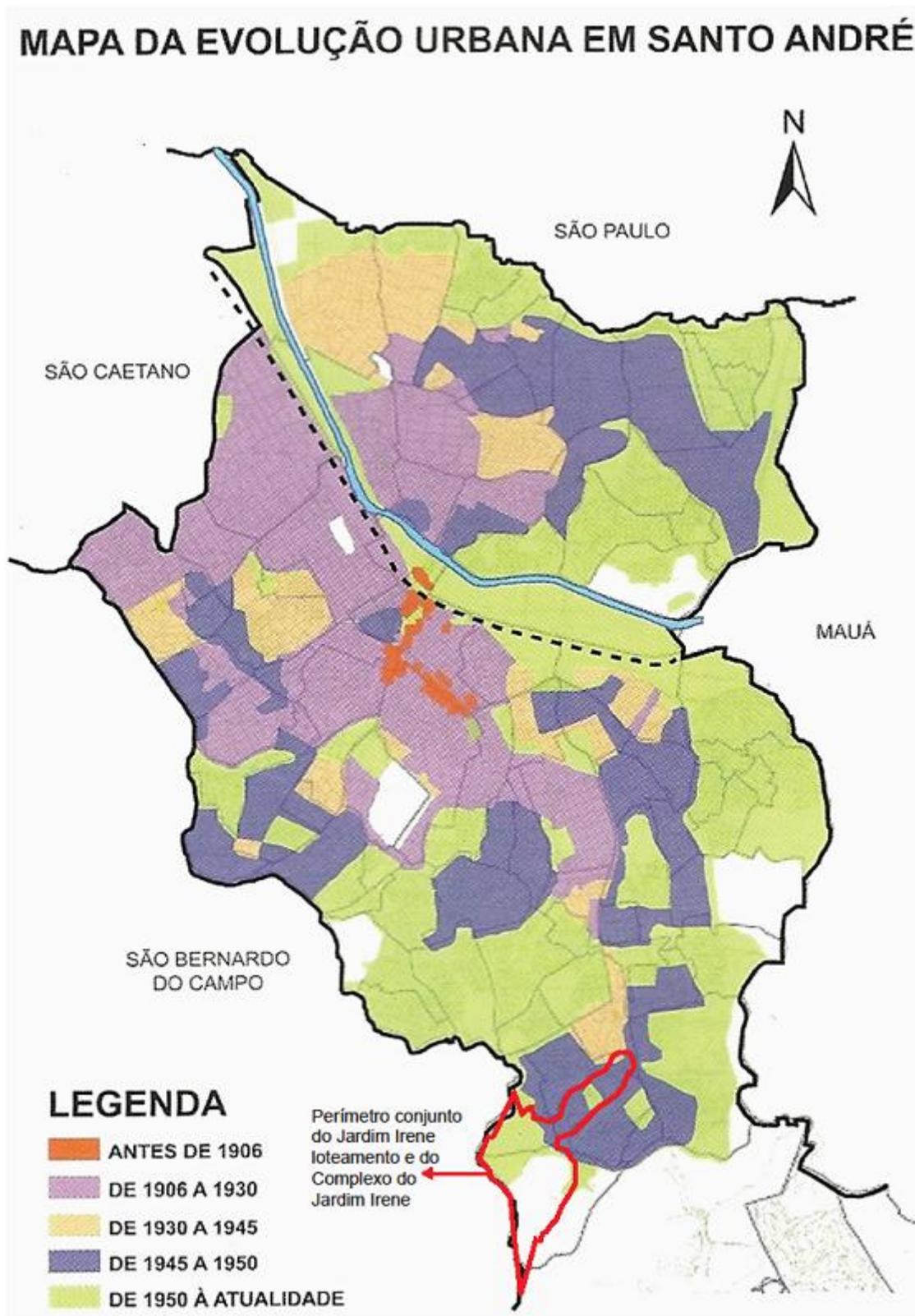
Com a crescente migração de trabalhadores de outros estados e do interior de São Paulo para a RMSP “vê-se o crescimento de antigos assentamentos urbanos e a formação de novos, especialmente na periferia” (SCIENTIA CONSULTORIA, 2014, s/ pág.).

Ao mesmo tempo o crescimento econômico manteve um padrão de apropriação privada dos capitais gerados extremamente concentrada. O governo JK corresponde a uma das fases de maior crescimento econômico, industrial e urbano do país, porém nos mecanismos deste crescimento estão as causas da aceleração inflacionária e com ela

Ocorreu uma transferência de recursos da agricultura e da pequena indústria e artesanato ao Plano de Metas e seus grandes projetos, cujos maiores beneficiados foram as grandes e médias empresas produtoras de bens intermediários e de consumo durável e as camadas sociais médias e ricas (SPOSITO; SANTOS, 2012, pág. 158).

Portanto, além de desigualdades regionais o modelo de crescimento teve como beneficiados a indústria, os empresários e os ricos em detrimento ao campo, os trabalhadores e pobres (SINGER, 1985 apud SPOSITO; SANTOS, 2012, pág. 158).

O preço da terra cada vez mais alto, a migração em massa, a baixa remuneração dos trabalhadores, os interesses dos loteadores e os novos polos de industrialização faz com que cada município da RMSP, sobretudo São Bernardo, Diadema, Santo André, Guarulhos e Osasco, crie sua própria periferia nas primeiras décadas da segunda metade do século XX.



Mapa 4 Evolução Urbana em Santo André
Fonte: SCIENTIA, 2014

3.2 Utilizando várzeas, subindo morros

Na expansão das cidades é comum que se utilize as áreas de inundação de planícies aluviais para implantação dos modais de transporte. Isto porque a dinâmica hidrogeográfica que alterna cheias e "secas" cria um terreno plano, o que facilita a implantação e operação destes modais. A ferrovia Santos-Jundiaí da São Paulo Railway, em parte considerável de seu percurso, estava sobre a várzea do Rio Tamandateí. Com as novas políticas keynesianas e desenvolvimentistas do meio do século XX no Brasil, a indústria automobilística ganha imensos incentivos do governo nacional, inclusive a implantação paulatina da malha rodoviária. Que, assim como a ferrovia, tem suas vias principais construídas nas planícies aluviais, porém com condições técnicas e um cenário político favorável para expandir para a periferia.

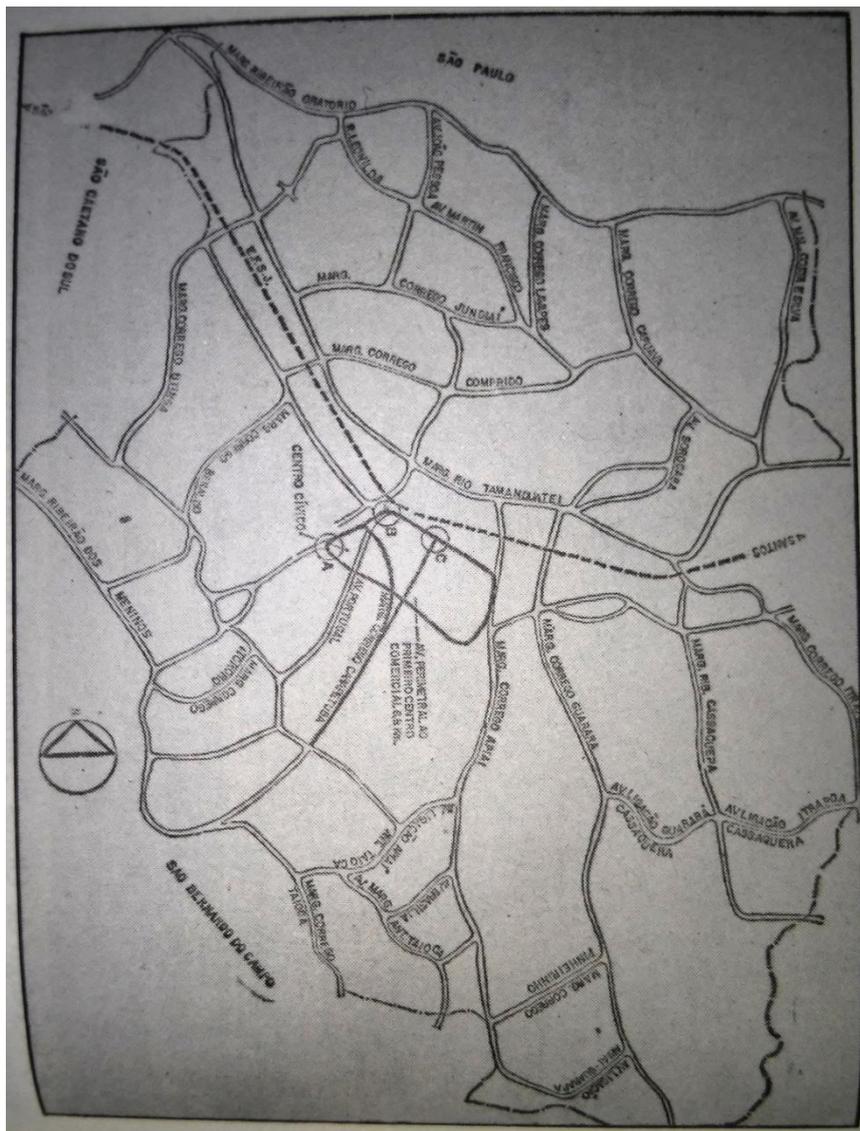
A periferia sul de Santo André também teve sua expansão utilizando as várzeas, a principal delas é do Guarará, nome do córrego e da bacia hidrográfica na qual estão os bairros objetos deste estudo.

Em termos de relevo, a sub-bacia do córrego Guarará é uma extensa planície que se desenvolve no sentido sul-norte e que começa praticamente no limite norte do Parque Natural do Pedroso e continua até a foz no rio Tamandateí. O córrego Guarará é alimentado por uma série de tributários, que nascem tanto na sua margem direita quanto na sua margem esquerda.

Estes corpos tributários nascem aos pés de morros que formam a divisa com os municípios de São Bernardo do Campo (no lado Oeste), e Mauá (no lado Leste).

A morfologia dos morros delimita uma estrutura em "espinha de peixe", com o Guarará ao centro e seus tributários ao leste e oeste.

Esta estrutura forma um conjunto de espaços com duas características básicas: áreas de alta declividade nas áreas de fronteira com São Bernardo do Campo e Mauá, e as áreas de baixa declividade nos vales dos córregos. (COMARU et al., s/ data, pág. 11)

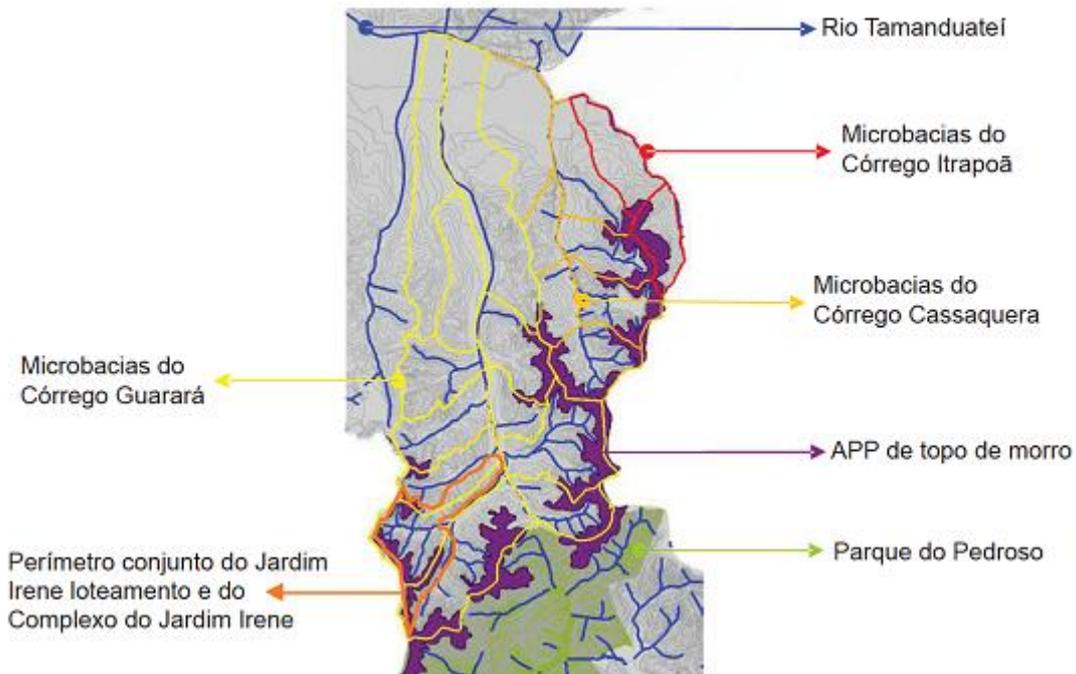


Mapa 5 Plano viário de Santo André, estruturado basicamente com o aproveitamento dos fundos de vales.
Fonte: GAIARSA,1991

Atualmente a principal via de ligação da periferia sul de Santo André com o centro do município, com as áreas industriais ou com outras vias que dão acesso a outros municípios é a Av. Capitão Mario Toledo de Camargo, construída sobre a várzea do Córrego Guarará. O sentido bairro-centro desta Avenida é também o sentido do fluxo das águas do córrego, sendo que suas nascentes estão em alguns bairros da aqui denominada periferia sul de Santo André, inclusive no Jardim Irene. Estas nascentes estão em pontos em que a altitude e a declividade do terreno são mais elevadas, por estas características, pela sua distância dos meios de produção, de decisão política e de serviços públicos ou privados, estes locais possuíam um valor imobiliário mais baixo e

por isso tornaram-se o destino de migrantes em busca de trabalho e terra barata.

Microbacias, APP de topo de morro, Hidrografia e Jardim Irene



Mapa 6 Microbacias, APP de topo de morro, Hidrografia e Jardim Irene
Fonte: COMARU; TANAKA; CRISTALDO

Percebemos que outro uso comum das várzeas em Santo André é a instalação dos serviços públicos. Os vales dos dois córregos que estão próximos às divisas do Jardim Irene loteamento, um entre a Avenida Maurício de Medeiros e a Estrada Cata Preta, e o outro no fim da Rua Eusébio de Queiróz, abrigam escolas e unidades de saúde estatais.

As várzeas também foram destino de residências em condições mais precárias do que o resto do bairro Jardim Irene loteamento. Na Avenida Maurício de Medeiros, que divide o Jardim Irene da Vila João Ramalho, casas estão sobre o córrego não canalizado.



Figura 4 Os problemas de quem vive juntos aos córregos - Córrego Guarará
Fonte: DGABC 06/09/1981

O Córrego Guarará teve grande parte de sua extensão canalizada, alguns trechos totalmente fechados, em outros a céu aberto. O trecho localizado entre o Jardim Irene e a Vila Luzita, provavelmente o mesmo local registrado na fotografia da figura 4, está sendo canalizado atualmente. As obras também têm como objetivo abrir mais uma rua num cruzamento cada vez mais congestionado de automóveis.

Programas paliativos voltados a esta população que mora junto aos córregos são divulgados de tempos em tempos pelos meios de comunicação. Em notícia de 2013, o periódico ABCD Maior anunciou que os Nupdecs (Núcleos de Proteção e Defesa Civil) foram retomados em 2013, o projeto prevê o

treinamento de moradores de áreas de risco ambiental.



Figura 5 Moradores do Jardim Irene e suas residências sobre o córrego Guarará
Fonte: PAULA, 2013.

3.2 O subcentro de Vila Luzita

Consta no “Plano de Ocupação para Áreas com Sobreposição de Interesse Ambiental e Social no Município de Santo André” que os primeiros loteamentos da área mais periférica da microbacia do Guarará, onde se encontra o Jardim Irene, datam do fim da década de 1930, mas somente a partir da década de 1970 que há uma consolidação da ocupação urbana.

O primeiro loteamento da área, a Vila Luzita, remonta o ano de 1938, realizado pelo Banco A. E. Carvalho na margem direita do Córrego Guarará, onde já na década de 1940 se instalaram algumas atividades comerciais que seriam embriões do que atualmente se constitui como uma importante centralidade comercial para os bairros mais periféricos. Da mesma forma, confere importância ao bairro a presença do terminal de ônibus responsável por

permitir a distribuição das pessoas entre os bairros vizinhos assim como os interliga ao centro.

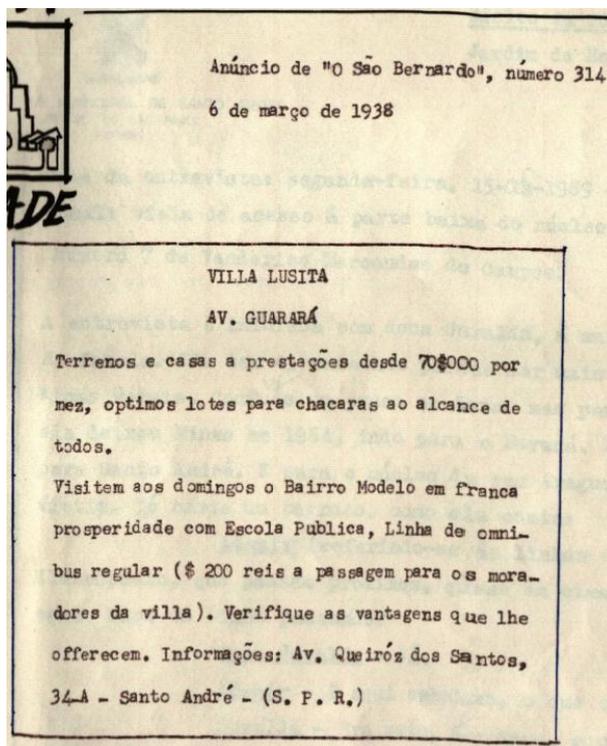


Figura 6 Anúncio de terras na Vila Luzita, 1938

Fonte: Caderno Vila Luzita do Projeto Viva Cidade. Acervo do Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa

A margem direita do Córrego Guarará passa a ter lotes oficiais, como os que originariam o bairro denominado Guarará em meados do século XX. Entretanto até a década de 1960 os bairros citados, não eram densamente povoados, sendo que alguns locais, principalmente os morros localizados ao lado da margem esquerda do córrego Guarará, não possuíam residências ou quando presentes se espalhavam não constituindo a configuração tradicional de bairro.

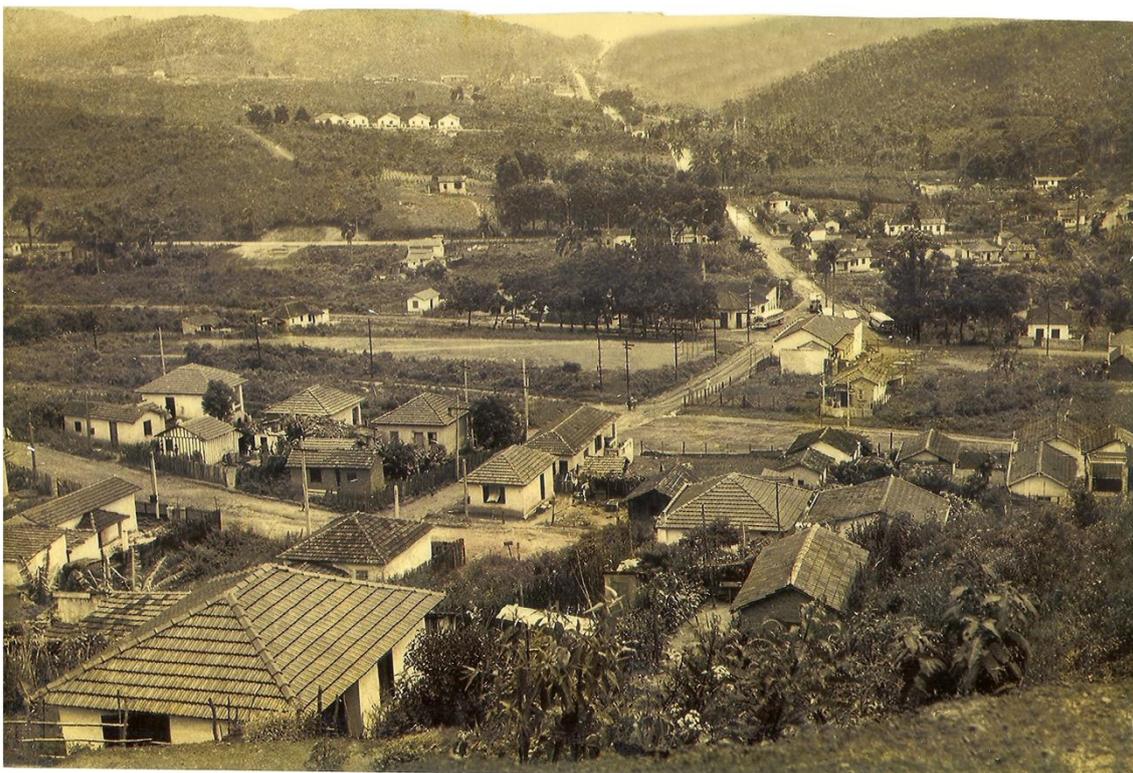


Figura 7 Vila Luzita na década de 1950
Fonte: Acervo do autor



Figura 8 Vila Luzita aproximadamente na década de 1970.
Fonte: DAVID, s/ data



Figura 9 Vila Luzita atualmente
 Fonte: DAVID, s/ data

Destaca-se que nas imagens a Avenida Capitão Mario Toledo de Camargo, que liga a periferia Sul de Santo André ao centro da cidade, está cruzando da esquerda para direita do leitor, porém está encoberta pelos imóveis. A Avenida em evidência, que aparece próxima ao centro das fotografias é a Avenida São Bernardo, que liga perifericamente a cidade homônima a Santo André. Apenas na década de 1970 a ocupação urbana se consolida e são realizados os primeiros investimentos em infraestrutura na região, como aplicação de asfalto, introdução de novos loteamentos e de ruas, promovendo um aumento na circulação através da expansão da malha viária por conta da pressão exercida pelo o aumento numérico de novos moradores o que ao mesmo tempo incentivava a vinda de outros.

(...) foi nítida entre os anos 1950 e 1980, em razão de importante fluxo migratório, com pessoas vindas do Nordeste, Norte e mesmo Sudeste, causando serio impacto na região. O repentino crescimento populacional refletiu-se numa ocupação desordenada das áreas existentes, sem nenhum planejamento e dentro de um processo socialmente contraditório, pois apesar do alto valor do PIB produzido na região, e antes mesmo da crise vivida agora, já havia invasão de áreas de mananciais. (...).

Junto com esse fluxo migratório houve também escasseamento da oferta de terras e elevação importante dos preços dos alugueis, tornado a região uma das mais caras, quanto a moradia e custo de vida, do estado de São Paulo. (DA CONCEIÇÃO apud GONÇALVES, 2009, pág. 56).

Até o início da década de 1990, além dos bairros citados acima, a ocupação urbana se limita ao Sítio dos Vianas, que começou como uma ocupação irregular, e à área do Jardim Irene (loteamento Jardim Irene, que não se confunde com o Complexo do Jardim Irene) e Vila João Ramalho.

Esses dois eram loteamentos abertos para comercialização nas décadas de 50/60, que passaram por um processo de ocupação nas últimas duas décadas do século XX, momento em que a densidade média chega a 190hab/ha no Jardim Guarará, por exemplo, e 135hab/ha no centro de bairro Vila Luzita (área comercial).

Fotografia Panorâmica dos Bairros da Periferia Sul de Santo André



Figura 10 Panorâmica dos bairros da periferia Sul de Santo André
Fonte: Elaborada pelo autor

3.3 “Jardins Irenes”, conflitos sociais e as toponímias

A área principal de estudo constitui o Jardim Irene, bairro do município de Santo André distante aproximadamente 8,5km e ao sul do centro do município. Escolhemos esse lugar como mote principal de estudo ainda que guarde dentro de si intensas e importantes relações – que serão consideradas como fatores fundamentais neste estudo - com os demais bairros, com o município, com a região onde está a capital do estado no contexto da mundialização do capital que aí se instala e localiza.

A toponímia Irene existe como nomenclatura de bairro em diversos municípios pelo Brasil. No caso de Santo André ela vem acompanhada de dois prefixos distintos dependendo do material consultado, podendo ser Jardim Irene ou Complexo do Jardim Irene, neste caso englobando Jardim Irene I, II, III, IV e V.

A bibliografia que trata do Complexo do Jardim Irene denomina a área, que nos outros trabalhos aparece como Jardim Irene apenas, de loteamento do Jardim Irene, já que este foi loteado comercialmente e legalmente. Por outro lado quando os conteúdos tratam exclusivamente do Jardim Irene (loteamento) as áreas do Complexo do Jardim Irene recebem outras denominações como Sítio dos Vianas e Cata Preta. Ou ainda Jardim Cipreste:

Com a obtenção do título da terra dos antigos proprietários e a isenção do IPTU atrasado junto a Prefeitura de Santo André desde 1990 até 2003 possibilitou-se a unificação do antigo complexo Irene II, III, IV e V. A população moradora nessa área, através de votação realizada em 23/08/2003, escolheu o nome de Jardim Ciprestes, depois alterado para Jardim Cipreste. Essa alteração de nome foi feita juridicamente e na COMUL (Comissão Municipal de Urbanização e Legalização). (GONÇALVES, 2009, pág. 67)

Destaca-se que, no entanto tal denominação não apareceu nos documentos cartográficos consultados.

Variação da utilização da toponímia Irene

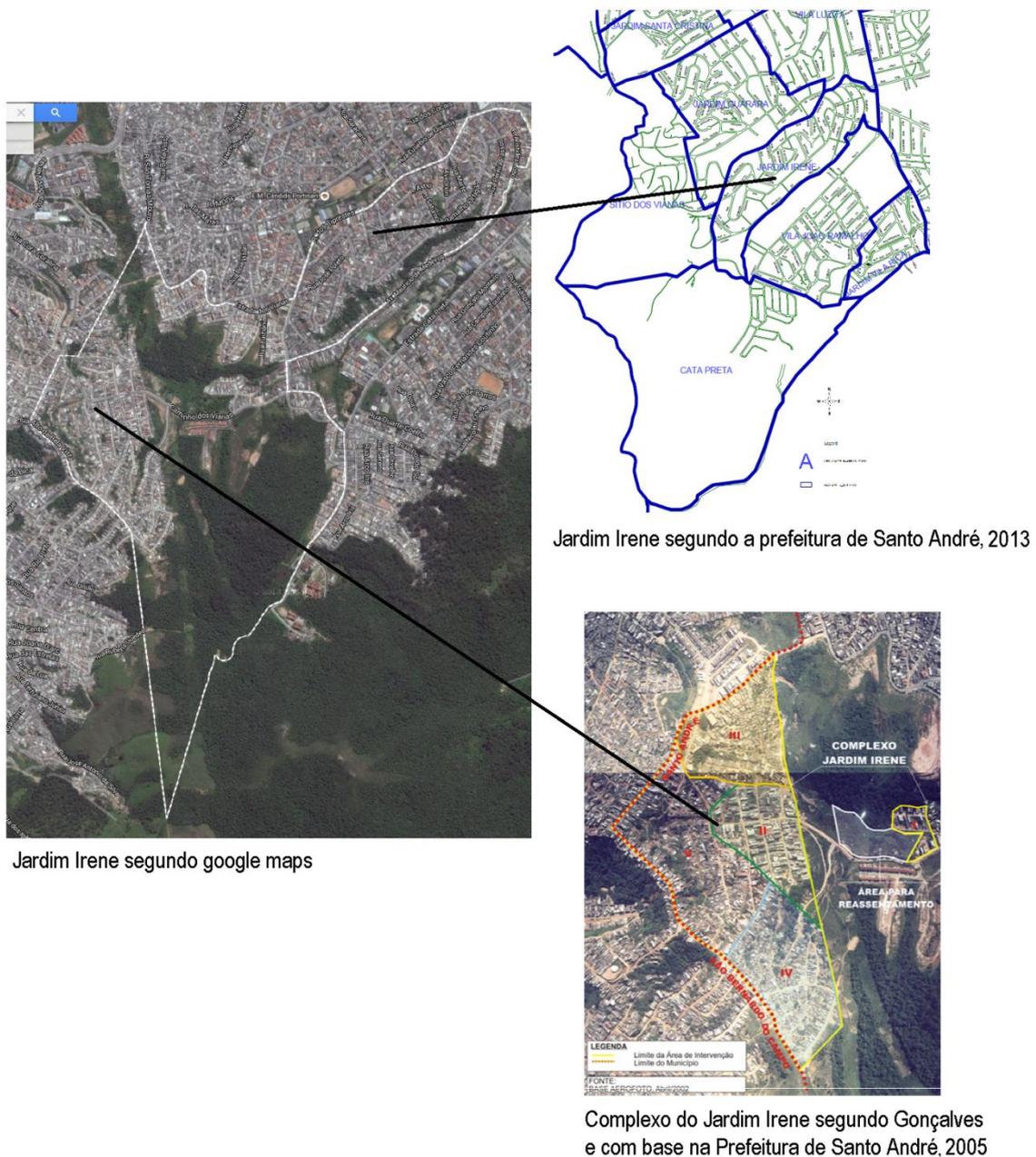


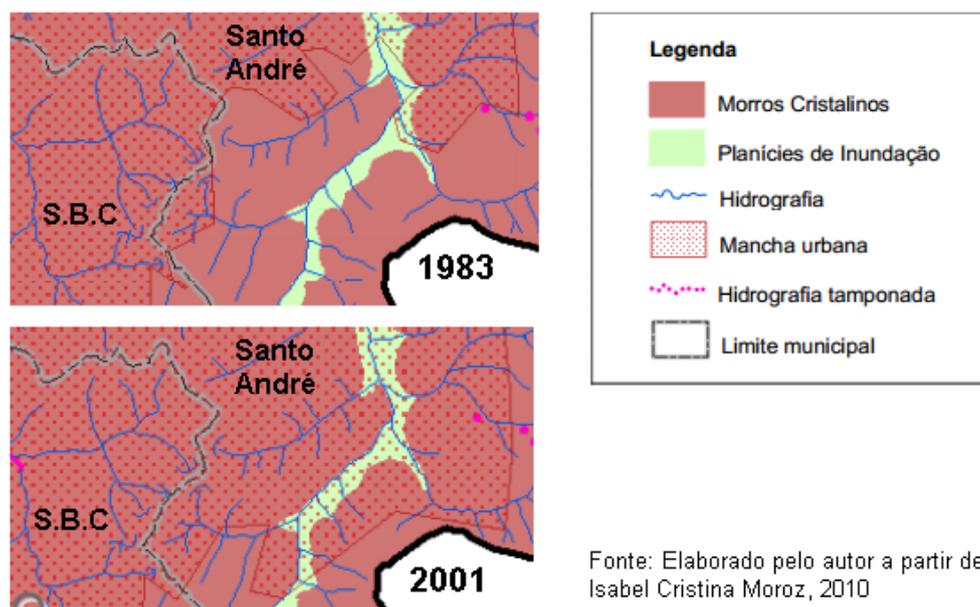
Figura 11 Variação da utilização da toponímia Irene
Fonte: Elaborado pelo autor

Compreender estas variações de denominações das áreas é importante para entender análises que aparentemente se opõe sobre a origem e as dinâmicas sociais atuais destes locais. Em documentos oficiais do Projeto Viva Cidade da Prefeitura de Municipal de Santo André encontramos o Jardim Irene (loteamento) associado às dinâmicas de um grupo de bairros de Santo André

que tem como centralidade a Vila Luzita. Já em estudos como o “Plano de Ocupação para Áreas com Sobreposição de Interesse Ambiental e Social no município de Santo André – SP” e em “Qualidade Urbana em assentamentos de população de baixa renda: O caso do Complexo Jardim Irene, em Santo André, SP”, que tem como foco a qualidade ambiental das moradias do Complexo do Jardim Irene, as dinâmicas locais são associadas ao município de São Bernardo do Campo.

Isto porque, apesar do homônimo, o Complexo do Jardim Irene e o bairro do Jardim Irene possuem origens distintas. O que pode ser verificado com a própria expansão da mancha urbana ao longo do século XX que tem no contato do Complexo com o Bairro o encontro de duas frentes desta expansão: de Oeste para Leste de São Bernardo Campo e de Norte a Sul de Santo André.

Mapa da evolução urbana na divisa de Santo André com São Bernardo do Campo



Mapa 7 Mapa da evolução urbana na divisa de Santo André com São Bernardo do Campo

Recuperando o histórico das terras que hoje formam o Jardim Irene e bairros vizinhos, encontramos que na época do Primeiro Império

(...), a propriedade rural *sítio dos Vianas* possuía mais de 10 milhões de metros quadrados. Suas terras abrangiam áreas dos atuais municípios de Santo André e São Bernardo. O proprietário destas terras era Miguel Alves Vianna (...)

Miguel faleceu em 1834, e o inventário do sítio, em processo judicial, só terminou no início da segunda metade do século XX, o que significa que a partilha da área ocorreu aproximadamente 120 anos após a morte de Miguel Alves Vianna. Com essa demora e o crescimento do número de herdeiros, proliferaram os problemas de grilagem das terras, o que deu espaço para o surgimento de uma das maiores favelas de Santo André, da qual os próprios moradores denominavam as ruas: Minas, Árvores, Mutirão, Tortuosa, etc. As ruas eram abertas pelos próprios moradores utilizando enxadões, invadindo matas e barrancos desocupados (BARBOSA, 1971 *apud* TIZIO, 2009, pág. 121)

Iberê Luiz Di Tizio (2009) traz duas informações sobre a data de loteamento do Jardim Irene

O loteamento do bairro Jardim Irene foi iniciado em 1951, sendo dividido em duas fases. Em 1990, parte deste bairro já estava ocupada por favelas e, nos anos seguintes, incorporou os pequenos bairros Vila Fernana e Vila Alba (144)

E citando Médici (1992) também afirma que nas terras do antigo sítio dos Viannas na década de 50 “foram abertos os seguintes loteamentos: Vila Tibiriçá, Vila Lutécia; a partir dos anos 60, o Jardim Aclimação, Jardim Vila Rica, Jardim Irene e Jardim Europa; e a partir dos anos 80, formou-se a favela do Sítio dos Vianas, hoje urbanizada e transformada em bairro” (TIZIO, 2009, pág. 121)

As informações de criação do Jardim Irene presentes no trabalho de Tizio (2009) são referentes ao Jardim Irene loteamento e não ao Complexo, que em sua pesquisa é considerada como Favela Sítio dos Vianas. As datas de loteamento nas décadas de 50 e 60 vão de encontro com o “mapa da evolução urbana em Santo André”, mapa número 5 deste trabalho, no qual parte do Jardim Irene loteamento está na faixa roxa e parte verde.

A ocupação de todos os lotes por casas e a instalação de infraestrutura urbana não ocorria logo em seguida ao loteamento oficializar-se, por isso devemos entender que a evolução urbana representada cartograficamente ou considerada por ano de loteamento não é absoluta.

Os moradores do Jardim Irene loteamento desde o final da década de 1960, José Lira de Melo e Maria do Carmo Soares de Melo, descrevem o Jardim Irene quase vinte anos depois de seu loteamento como um local conhecido popularmente como pasto das éguas, pois donos de animais de outros bairros

os deixavam pastar no mato da área, chácaras e granjas também compunham a paisagem.

Os entrevistados contam que pegavam frutas nas árvores dos loteamentos ainda sem construção. A hidrografia ainda era totalmente aberta e visível, o córrego que hoje tem apenas um pequeno trecho visível na Rua Eusébio de Queiróz, podia ser observado em todo seu caminho que começava no bairro Sítio dos Vianas. Terrenos onde atualmente existem igreja, escola de samba, creches estatais e mercados eram brejos. Um dos primeiros estabelecimentos com atividade de cunho mais urbano citado na entrevista foi uma pequena manufatura de encadernação de livros que funcionou entre as décadas de 70 e 80 na Avenida Orion.

De acordo com “Plano de Ocupação para Áreas com Sobreposição de Interesse Ambiental e Social no Município de Santo André”, citando material fornecido pela Prefeitura Municipal de Santo André, a grilagem que deu origem ao Complexo do Jardim Irene, que em alguns materiais aparece como parte do Sítio dos Vianas, é associada ao grileiro Levi de Souza, com as ocupações se iniciando em 1990.

O Complexo Jardim Irene situa-se na divisa de Santo André com São Bernardo do Campo na bacia do ribeirão Guarará. A ocupação da bacia data dos anos 1940, mas sua expansão em direção ao parque do Pedroso e a conurbação com São Bernardo ocorre nos anos 1990, como continuidade de ocupações de São Bernardo do Campo. O Jardim Irene é composto por quatro glebas que formam um conjunto limitado, no lado leste por uma faixa de transmissão de alta tensão da Eletropaulo, e no lado oeste pela linha de cumeada que determina o limite da cidade de Santo André com a cidade de São Bernardo do Campo. É uma área importante por ser cabeceira de vários córregos que estão severamente deteriorados. O Complexo Jardim Irene, localizado na bacia do Guarará, compõe-se de vários assentamentos subnormais, resultado de ocupações destas épocas que carecem de serviços básicos de infra-estrutura. Moram cerca de 1800 famílias, aproximadamente 6840 pessoas. É composto por cinco glebas – Jd. Irene I, Jd. Irene II, Jd. Irene III, Jd. Irene IV e Jd. Irene V. (ALMEIDA e BUENO, 2009, pág 2)

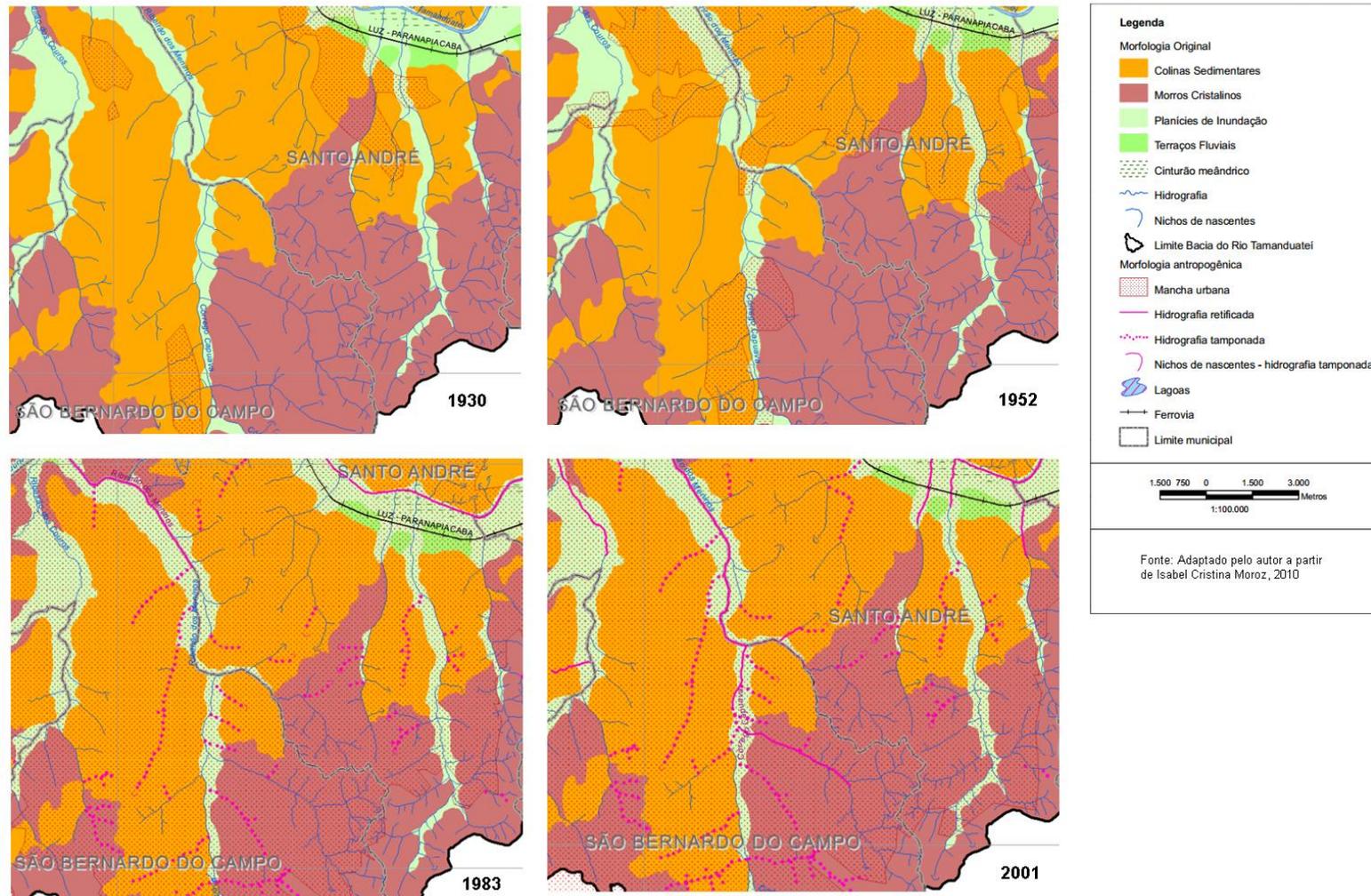


Figura 12 Complexo do Jardim Irene
 Fonte: CRISTALDO, s/ data

As áreas III, IV e V do Complexo do Jardim Irene estão numa encosta de grande declividade e, portanto, com risco de deslizamentos. Por isso o Complexo está contemplado em projetos do Programa de Aceleração do Crescimento e do Programa PAT – PROSANEAR, ambos do governo federal – sendo o PAC criado no governo do Partido dos Trabalhadores e o PAT–PROSANEAR criado na década de 1990. Segundo Almeida e Bueno (2009) o PAT–PROSANEAR foi criado

(...) para melhorar as condições de habitabilidade de assentamentos humanos precários, reduzir os riscos mediante sua regularização fundiária e integrar a área ao tecido urbano. Serão criados parques lineares ao longo dos córregos Magini e Medeiros. Serão removidas 734 famílias, sendo 500 destas reassentadas no Conjunto Habitacional Guaratinguetá, região distante do Complexo Jardim Irene (mas próxima ao centro) e 234 famílias serão realocadas dentro da própria área, estas serão retiradas de áreas de risco de inundação e desmoronamento. Serão feitas obras de infraestrutura básica, implantação de equipamentos públicos de educação, cultura e saúde (UBS) e áreas de lazer, além de regularização fundiária dos núcleos habitacionais, pois o Jardim Irene IV e V ainda estão passando por processo de regularização fundiária (...). O custo da obra está avaliado por 20 milhões, sem contar o gasto com as remoções e posteriores instalações destas em outras áreas. O órgão que aprovou o licenciamento ambiental das obras foi o SEMASA –Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André. (pág. 2)

Mapa da Urbanização e das mudanças morfológicas na divisa de Santo André e São Bernardo do Campo



Mapa 8 Urbanização e mudanças morfológicas na divisa de Santo André e São Bernardo do Campo

3.4 Mosaico de moradias e memória popular: Loteamentos, ocupações, autoconstrução

O relato de José Lira de Melo e Maria do Carmo Soares de Melo, moradores do Jardim Irene loteamento desde o final dos anos 60, nos dá um parâmetro da relação de preço da terra e sua procura por pessoas de baixa renda no Jardim Irene. Segundo os entrevistados, no final da década de 60, início da de 70, os lotes no Jardim Irene custavam 13.000,00 cruzeiros e os compradores recebiam alguns tijolos junto com o terreno. Mesmo com o baixíssimo preço, parte considerável dos lotes era comprada por dois indivíduos e dividido. Isso explica o fato de que até hoje o bairro se caracteriza por casas de fachada estreita, mas com um comprimento padrão.

Os novos bairros operários, tanto no que se refere à qualidade das construções e da infra-estrutura básica, como no que tange aos aspectos legais de posse dos terrenos, não se diferenciam muito das favelas. As casas precárias da periferia são as “casas próprias”, em que a lógica especulativa dos “loteamentos” fixou boa parte da classe trabalhadora. (KOWARICK ET AL.1975, pág. 39)

Importante mencionar que os entrevistados citados moram numa parte do Jardim Irene que era denominada de Vila Fernanda, uma auto-homenagem da loteadora, Fernanda. Este e outro loteamento que ficava ao seu lado, a Vila Alba, foram incorporados oficialmente pelo Jardim Irene no início dos anos 90.

O Jardim Irene, como parte dessa gama de novos bairros operários, também foi constituído inicialmente com barracos de madeira, que serviam como intermediários enquanto as casas de alvenaria eram “construídas aos poucos” segundo relato já citado de Zé e Maria – como são conhecidos pela vizinhança.

Em um dos números de “A história dos bairros”, publicado no Jornal Diário do Grande ABC de 1977, Ademir Médici caracteriza o Jardim Irene como:

um bairro operário, pequeno, igual a quase todos os outros bairros da região: de história recente, sem tradição, habitado por famílias que vieram de várias partes do país, principalmente de Minas Gerais e do Nordeste. Famílias que descobriram o Grande ABC, as fábricas do Grande ABC, e, de certa forma, foram ludibriadas pela fama de riqueza da região paulista. (MEDICI, 1977, s/ pág)

Quando questionados sobre a origem e as motivações dos migrantes que ocuparam o Jardim Irene Zé e Maria dão um retrato muito próximo do descrito por Médici: "A maioria era do Norte né. Nordeste; Mato Grosso; Minas Gerais; muitos mineiros, pernambucanos... Vinha pra trabalhar e comprava alguma coisa pra não pagar aluguel, a turma vinha arrumava serviço, via o loteamento, aí juntava dois comprava um terreno e dividia. Muitos vinha, olhava o terreno e desistia. E falava que a gente tava doido de comprar terreno aqui. Mas um dia melhora né. Hoje se vê, hoje pra você comprar um terreno aqui tem que pensar duas vezes, muito caro né."

A expectativa de encontrar vagas de trabalho eram preenchidas em indústrias como Cerâmica São Caetano; Pan Chocolates; CBC Cartuchos, empresas sediadas em São Caetano, o que em certa medida explica porque este município era o destino da única linha ônibus que passava próxima a estes bairros. Santo André já possuía um polo industrial, porém segundo os entrevistados os trabalhadores destas empresas eram majoritariamente de outros bairros e do município de São Paulo. As mulheres exerciam funções na própria periferia como manicures, cabeleireiras, mas, sobretudo como empregadas domésticas.

A industrialização foi alcançando outras áreas da cidade de Santo André inclusive nas vias de conexão da periferia Sul de Santo André com áreas mais centrais da cidade, um exemplo é a Metal 2 instalada na Avenida Dom Pedro I, em funcionamento até hoje e pequenas metalúrgicas operando na própria periferia. No entanto a industrialização não ocorre linearmente do centro para a periferia no decorrer da história. Outro ponto é que essas indústrias instaladas em locais mais periféricos de Santo André não vão constituir grandes concentrações e aglomerações industriais.

Retomando a matéria de Ademir Médici no DGABC, as falas dos moradores evidenciavam a falta de estrutura urbana e serviços no bairro: "Dona Lourdes: - A Vila não tem farmácia, a mais próxima fica no final da Vila Luzita. A 15 minutos a pé daqui. Alcides (o jardineiro); - O corretor do Jardim Irene, há 10 anos, prometeu que o ônibus ia passar por aqui, por esta rua. Até agora, nada. A gente tem que andar muito para apanhar o ônibus?" (MEDICI, 1977, s/ pág)

As falas vão de encontro com as dos nossos entrevistados, que dão uma precisão um pouco maior da caminhada até os serviços de transporte e saúde: o ponto de ônibus mais próximo era na Vila Luzita (aproximadamente 800 metros), a única linha existente era da empresa São José com destino a São Caetano, que passava com longos intervalos de tempo, fazendo com que parte considerável dos trabalhadores pegassem o primeiro ônibus, das 04:15 da manhã - o transporte coletivo foi gradativamente até o Jardim Irene e depois até o Cata Preta. E a farmácia, no início dos anos 70, ficava na Vila Pires (aproximadamente 2 km). É preciso lembrar que tais distâncias eram percorridas em ruas de barro, fazendo com que fosse comum levar consigo uma faquinha para limpar a sola dos sapatos ou outro par de calçados; e que carros particulares eram uma exceção, tanto que para emergências médicas se recorria às caronas dos poucos vizinhos que possuíam carros, ou os moradores ligavam para a polícia que deslocava algum automóvel de serviço público, desde viaturas até carros funerários.

A citada matéria do DGABC também traz informações do loteador do bairro, assim como de projetos e associações atuantes nele naquele final de década:

O Jardim Irene, incluído na área de Santo André beneficiada pelo Projeto CURA, existe há 10 anos, tendo sido loteado por Lucio Salomone, através da Imobiliária Savoia. Há dois anos ganhou sua Sociedade Amigos de Bairro (fundada em 2 de março de 75), sediada em dependências humildes, ao lado da casa do jardineiro Alcides, e que continua sendo presidida pelo operário Jesuíno Franco. (MEDICI, 1977, s/ pág)

Da Sociedade Amigos de Bairro, nossos entrevistados disseram ter sido uma entidade tanto com fins recreativos, nas suas dependências havia jogos de salão, quanto reivindicativos para melhorias na estrutura de bairro. Geralmente estas reivindicações eram ratificadas pelos moradores com a assinatura de abaixo assinados, porém o contato direto com a prefeitura era feito apenas pelas lideranças da Sociedade Amigos de Bairro. A Sociedade Amigos de Bairro deixou de existir na segunda metade dos anos 80, ao que tudo indica pela falta de participação efetiva e de um grupo que continuasse a sua frente.

O Jardim Irene também já contou com um clube, no qual os moradores se organizam para os campeonatos de futebol de várzea, eventos esportivos de muita força e tradição em Santo André até algumas décadas atrás. O clube

possuía uma sede simples, sem um campo de futebol, por isso o time do bairro jogava no terraço de outros bairros.

Na segunda metade do século XX as associações de bairro desempenharam um importante papel na luta contra as mazelas urbanas, assim sendo, na própria constituição da cidade. Segundo Kowarick (1975) “As organizações de caráter reivindicativo expressam ao mesmo tempo as aspirações específicas de certas camadas da população e as condições políticas e econômicas gerais em que se inscrevem essas aspirações” (pág. 115).

Kowarick et al. (1975) traz diferentes momentos e aspirações das sociedades amigos de bairro em toda Grande São Paulo. Inicialmente, nos pós Segunda Guerra Mundial, num período de disputa política entre partidos e lideranças populistas, as Sociedades de Amigos de Bairro eram aparelhadas por estas forças políticas para manter sua influência mesmo em períodos não eleitorais. No final da década de 50 as sociedades ganham uma guinada mais popular e autonomista, de questionamento da distribuição das benesses urbanas e da própria forma da política. Já com a ditadura instaurada diversas associações passam a ser lideradas por partidários da Arena (partido do governo militar) e em número menor do MDB (oposição legalmente instituída), esse fato associado ao recrudescimento do regime militar explica porque apesar de discursos politizados de seus dirigentes, as associações de bairro na década de 70 passaram a desempenhar papéis cada vez mais assistenciais, promocionais e recreativas e mesmo quando em atuações nas melhorias urbanas funcionaram mais como canalizadores das ações governamentais.

Não obstante essas associações de bairro continuaram aglutinando pessoas e esforços. A periferia Sul é um exemplo disso, o bairro João Ramalho, vizinho ao Jardim Irene, teve parte de suas casas construídas a partir dos esforços de sua associação de bairro.

No Jardim Irene e nos bairros adjacentes o adensamento se intensificou no final dos anos 70, agora também com ocupações ilegais. Apesar da bibliografia que trata sobre as ocupações ilegais no ABC afirmar que essas tiveram início nos anos 80, os entrevistados não tem dúvida de que elas ocorriam já na segunda metade da década de 70.

No mesmo período ocorria a instalação de infraestrutura por parte da Prefeitura Municipal de Santo André.

Nos anos 70 são executadas grandes obras na área, quando da execução do Projeto CURA. Objetivava-se a atingir 18.980 habitantes. Previa-se a instalação de guias e sarjetas, água, esgoto, pavimentação, iluminação pública, comunicação, arborização e programa sanitário em 22 loteamentos. O projeto foi implantado e logo após, a partir da segunda metade dos anos 70, registrou-se - como arrocho salarial do fracasso brasileiro - o processo de favelização.

A gestão do prefeito Lincon Grillo, 1977 a 1982, foi responsável pelo asfaltamento, instalação de luz elétrica, água encanada e nomeação das ruas. Diferentemente no Sítio dos Vianas, no qual

Foram os próprios moradores da favela que deram nomes às ruas do Sítio dos Vianas: rua das Minas, rua das Árvores, rua Mutirão, rua Tortuosa, rua Bela Vista, rua Boa Visão, rua do MDDF, rua Santo Dias, rua João Domingos. Ruas todas elas abertas pelos próprios moradores, na base do enxadão, invadindo matas e barrancos antes desocupados. (MÉDICI, s/ data, pág. 75)

Os registros de hemeroteca e os relatos dos moradores associam a vitória de Lincon Grillo para prefeito de Santo André com um discurso de zelo pelos bairros periféricos, naquele momento em franca expansão. O Jardim Irene loteamento foi um dos bairros beneficiados por esta política, pelo menos no que diz respeito à estrutura urbana.

No entanto, a atuação da prefeitura não parece ter atingido todos os bairros periféricos de Santo André concomitantemente, com mesma eficácia ou sem pressões significativas por parte da população. Encontramos registros de hemeroteca que demonstram o descontentamento da população de alguns bairros com a administração municipal pela falta de obras de saneamento e de escolas, e a luta intensa por moradia.

DIÁRIO DO GRANDE ABC

Passeata contra Grillo em bairro da Periferia

Fotos: Ricardo HERNANDES



Gritando palavras de ordem como arroz, feijão, saúde e educação os moradores do Jardim Stela e adjacências, em Santo André, realizaram ontem uma passeata pelas ruas dos bairros, reivindicando melhorias públicas, como construção de um CEAR, de uma escola de 2º grau e a canalização do córrego da Vila Apiai. Durante o percurso, algumas pessoas que se postavam nos portões de suas casas, ao ouvir as reivindicações, parodiando um programa humorístico de televisão, afirmaram: *Quem manda votar no homem*.

Cerca de 100 pessoas participaram da passeata, a maioria mulheres e crianças, que portavam faixas e cartazes. Uma das reivindicações dos moradores é a construção de um CEAR para atender as crianças em idade de pré-primário, visto que as duas classes que funcionam na Sociedade Amigos de Crianças só comportam 60 crianças. Segundo informaram, 115 crianças não poderão estudar no próximo ano devido à falta de escola.

Acrescentaram ainda que a Prefeitura já prometeu construir o CEAR em novembro passado. Mas o terreno escolhido para as obras, continua abandonado, e até a placa de administração indicando o futuro CEAR está enferrujada e corroida.

Briga

Os moradores ainda reivindicam a construção de uma escola de 1º e 2º grau pois, segundo eles, a única existente (só de primeiro grau) está com excesso de alunos. Outro problema enfrentado por eles é a falta de rede de esgoto em algumas ruas, além do mau cheiro e a concentração de insetos no córrego da Vila Apiai.

Quando a passeata ia pela rua Cambui, um veículo Maverick, amarelo, chapa FM-1137 de São Paulo entrou em alta velocidade quase atropelando dois garotos. Alguns populares reclamaram e como o motorista revidou, acabou levando tapas e pontapes, fugindo em seguida.



Motorista (camisa escura) quase foi linchado



Area do CEAR abandonada com a placa corroida

Ruas do Jd. Stela estão em situação de abandono

CENTREVILLE

Dois anos depois, invasores comemoram várias conquistas

As famílias que ocuparam o conjunto Centreville, em Santo André, comemoram hoje o segundo aniversário da invasão. Quando o bolo de peso e dimensão ainda não calculados for cortado - e devorado pelas duas mil crianças da área - os invasores certamente lembrarão da madrugada de 16 de julho de 1982, quando chegaram em caminhões e ocuparam as casas abandonadas.

Hoje o Centreville está diferente. O mato foi cortado, as casas beneficiadas com água, luz e esgoto além de pintadas e de até receberem sintonco no assuollo, sem contar a creche comunitária e a pré-escola que, na medida do possível, vai atendendo às necessidades da população local. E já se projeta a construção do prédio da Associação União e Luta do Centreville em extensa área situada logo na entrada do conjunto, paralela à avenida Valentim Magalhães, na Vila Humaitá, incluindo equipamentos para um parquinho e área de esportes.

Moram no conjunto 582 famílias - 497 em casas e 85 nos porões - sem contar os parentes que chegam diariamente de vários pontos do Estado e do País em busca de moradia. No total são 220 mil m² de área, que estavam abandonados há mais de cinco anos, desde que a empresa Novaarbe faluiu, depois de ter conseguido empréstimo da Caixa Econômica Estadual em condições totalmente irregulares, segundo denúncias do próprio Tribunal de Contas.

Mas a grande luta dos moradores do conjunto ainda não foi vencida: eles continuam firmes na disposição de comprar as casas. Quando da invasão, a Caixa Econômica Estadual conseguiu mandado de reintegração de posse, que não foi cumprido, mesmo porque o País se encontra em plena época de campanha eleitoral e nenhum partido político - especialmente o PDS, já na época enfrentando situação crítica - queria arcar com o ônus de retomada mediante o uso de força policial.

Por isso, os planos não páram por aí. A Associação União e Luta pretende formalizar proposta de compra das casas ao síndico nomeado pela massa falida junto à Caixa Econômica Estadual - a maior credora - que, segundo os invasores, aceitou dialogar com a comissão em reunião mantida recentemente na sede do órgão, em São Paulo. Tanto que hoje, durante assembléia marcada para as 16h - serão eleitos os representantes que iniciarão o diálogo com o objetivo de abrir canal de negociação.

Até agora a Prefeitura de Santo André, através do Semasa, enviou água gratuitamente aos invasores. Mas eles fazem questão de pagar pelo consumo, tanto é que têm insistido junto à autarquia para que instale definitivamente hidrômetros nas residências, que custarão Cr\$ 40 mil cruzeiros para cada família. As casas já possuem iluminação, mas agora os invasores batalham para a implantação de iluminação pública, cujos serviços não estão definidos ainda pela Eletropaulo.

O orelhão comunitário também é uma das conquistas. Mas, maior delas, sem dúvida, é o Recanto Infantil Sementinha, que abriga cerca de 120 crianças da pré-escola e da creche, dirigida por voluntários integrantes da União das Mulheres do Centreville. Os planos de suas integrantes, segundo Raquel Ferraz, são ainda maiores. Um deles, utilizar o pavilhão, onde seria construído um pequeno Shopping Center, ocupado agora por oito famílias, uma oficina e pelo sacolão inaugurado recentemente no local para a instalação de uma creche maior, para até 300 crianças.

Há boatos, sim, de que o Centreville já não estaria abrigando as famílias que originariamente invadiram o conjunto, as quais teriam partido para outros lugares devido à falta de segurança da área. Recentemente parte dos 43 mutuários de outra parte do conjunto - que estão negociando com a Caixa a troca por outros imóveis, pois desde a invasão têm se mostrado descontentes com a situação - denunciaram que, apesar da presença dos guardas - os assaltos se repetem com constância.

Adonis Bernardes, da Associação União e Luta, reconhece que algumas famílias, sem saber dizer o número, mínimo na sua opinião, já deixaram o conjunto. Mas nega categoricamente que o problema esteja ligado à falta de segurança, uma vez que os próprios invasores têm esquemas especiais para proteger a população local.

"Um assalto ou outro sempre acontece, mas como em todo o lugar" - declarou. Segundo um dos mutuários, das 43 famílias estariam morando atualmente no setor apenas 20.

Programação

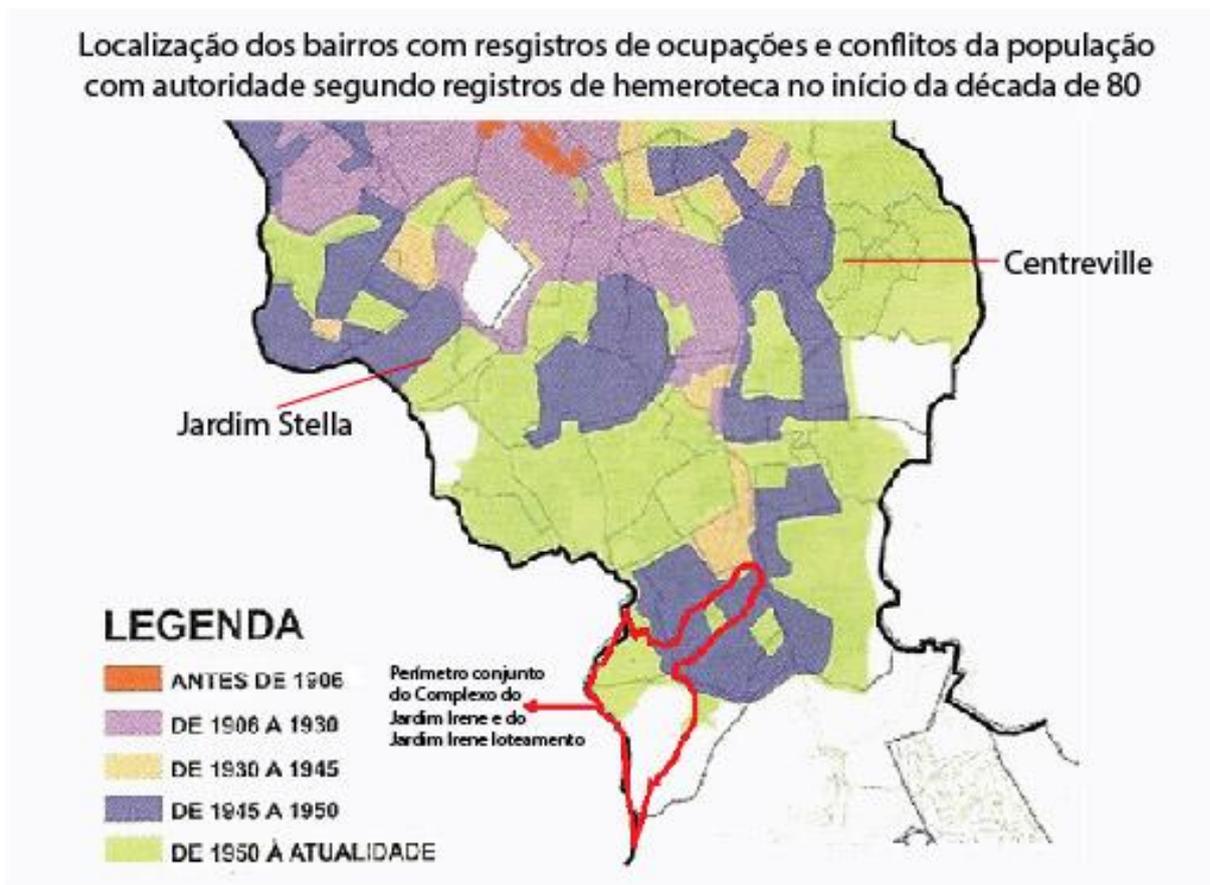
Para comemorar os dois anos de invasão as famílias pintaram os postes e sarjetas de amarelo, símbolo da campanha diretas já. A quermesse realizada ontem, e que prosseguirá hoje após a assembléia, servirá para a arrecadação de fundos para a construção da futura sede da Associação. A programação prevê ainda para hoje, às 14h, apresentação de atletas do Clube Atlético Pirelli e às 17h, o corte do bolo de aniversário.



Figura 13 Movimentos populares por melhores condições nos serviços públicos e por moradia em registros de hemeroteca.

Fonte: Acervo Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa.

Os bairros que figuram nas notícias são locais de expansão da cidade pós anos 50, assim como o Jardim Irene, o Jardim Stella é bairro de formação operária pós Segunda Guerra Mundial. Já o Centreville, um Conjunto Habitacional abandonado pelas várias construtoras responsáveis, com casas levantadas, mas sem acabamentos e serviços, teve 593 destas casas ocupadas em 16 Julho de 1982 por aproximadamente 1500 pessoas.



Mapa 9 Localização dos bairros com movimentos populares em registros de hemeroteca
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de SCIENTIA, 2014

O mapa acima demonstra a localização e período de ocupação dos bairros que aparecem nas notícias aqui reproduzidas. E não representa a totalidade de movimentos populares no município, sem dúvida ocorreram outras manifestações em outros lugares da cidade entre as décadas de 70 e 80.

Com o fim do chamado “milagre econômico brasileiro” e o enfraquecimento político do regime militar, ocupações ilegais organizadas ou não por movimentos sociais de moradia ou manifestações populares pela melhoria da qualidade da infraestrutura urbana ganham significativa força no início dos

anos 1980. Em diversos bairros periféricos percebe-se um efeito duplo deste momento: as condições de vida pioram, diante da crise econômica cresce o desemprego e a austeridade de direitos e de remuneração aos que estão empregados; a possibilidade de se manifestar e a força dos movimentos sociais aumentam.

Ao serem questionados sobre ocupações ilegais coordenadas por movimentos sociais por terra e moradia, os moradores do Jardim Irene loteamento entrevistados citam: a Favela João Ramalho que posteriormente teria os barracos transformadas em casas e apartamentos de alvenaria com a associação de bairro; favela do Santa Cristina; o Cruzado Dois, favela que muitas vezes aparece na cartografia e na bibliografia como parte do Jardim Santo André; a ocupação do Sítio dos Vianas e Complexo do Jardim Irene. Sendo que estas três últimas são lembradas como de “organização forte”, segundo o Caderno de Planejamento de Bairro

Dos núcleos de favela que compõe a unidade de planejamento o maior é o do Sítio dos Vianas, que tem sua história enriquecida pelas lutas e suas conquistas, seja através da negociação para compra de terras junto aos proprietários (...), tanto pela criação do M.D.D.F (*Movimento de Defesa dos Direitos de Moradores em Favela*), assim como é a primeira favela a sofrer um processo de intervenção de urbanização integrada, isto é, definição de vias e vielas, rede de abastecimento de água, rede de esgoto, linhas de drenagem de águas pluviais, pavimentação, urbanização de praça e extensão de linha de ônibus. (PMSA, s/ data, pág. 18)

Ainda sobre a memória dos moradores do Jardim Irene loteamento frente às ocupações ilegais: afirmam não se lembrar do nome e da bandeira do movimento, chamavam simplesmente de “sem teto”, mas se recordam vividamente da justificativa: “não tinham dinheiro pra pagar aluguel.” Interessante perceber que opção de comprar terrenos vai se escasseando, neste momento fala-se já em aluguel. Sobre o relacionamento entre os que moravam nos lotes legais e os que ocupavam ilegalmente os entrevistados afirmam que tudo ocorria tranquilamente: “eles vinham aqui pegar água do nosso poço, tudo pobre” afirma Maria.

Por outro lado as ocupações chamavam atenção do Estado, dos ambientalistas e da imprensa. Em três notícias do ano de 1984 do Diário do Grande ABC os temas queimada e desmatamento na periferia Sul de Santo André são

abordados: Denunciado desmatamento de reservas (26/06/1984); Denunciado novo desmatamento de área em Sto. André (08/07/1984); e Polícia Federal aplica multa de 1,95 milhão a desmatador (31/07/1984). A reportagem de Junho de 84 traz diversos aspectos interessantes:

Os prefeitos de Santo André e São Bernardo receberão, na próxima semana, laudos técnicos do Serviço Aero-Terrestre de Salvamento - SATs - onde a principal denúncia é o desmatamento acelerado de morros que representam as únicas reservas municipais de mata original. Boa parte deste desmatamento é provocada por queimadas e somente no último domingo 18 princípios de incêndio foram contidos pelo grupo de voluntários do SATs, mais atento nas últimas semanas por causa da estiagem prolongada, que deixa toda a mata seca, facilmente inflamável. (...)

Ontem, enquanto apontavam os quatro morros que circundam o Pico do Bonilha, em São Bernardo, no final da avenida Dom Pedro de Alcantâra, Hermínio Costa e Wanderlei Kiss, também do SATs, não estavam preocupados apenas com a fumaça e cheiro de queimado que vinha de diferentes pontos. A segunda preocupação era o barulho do machado, em ritmo lento, compassado, impossível de ser localizado sem percorrer o que resta da mata fechada. O interesse em vender lenha, fazer fogueiras juninas, ou simplesmente queimar a mata para ocupar a terra, traz uma única consequência: morros pelados de vegetação e o sério risco de deslizamentos assim que as chuvas voltarem.

“O pior - lembra Hermínio - é que estes morros de São Bernardo fazem divisa com o Parque do Pedroso, reserva florestal de Santo André, que não pode ser ocupado por barracos ou ficar desprovido de vegetação, sob o sério risco de grandes deslizamentos”. Por mais que se ande nos morros, o quadro é semelhante mudando apenas a extensão das áreas queimadas, o porte das árvores derruba das e a causa dos incêndios que, quando não são provocados, têm origem em pontas acesas de cigarros, imensos balões, alguns ainda pendurados nas copas queimadas das árvores, ou despachos. (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 26 de Junho de 1984)

Ainda segundo a matéria, pelas características naturais da área, ela estaria sob a proteção do Código Florestal, porém a falta de fiscalização impedia que essa proteção fosse efetiva.

Apesar de já terem chamado atenção para incêndios acidentais, causados, por exemplo, por balões e cigarros, os membros do SATs levantam as motivações para as ocupações irregulares em áreas prioritárias para conservação naquele momento e lugar

(...) “O que verificamos - diz Hermínio - é que os problemas recrudesceram nos últimos meses, porque nunca houve tantos incêndios simultâneos, mesmo em ocasião de poucas chuvas, A. causa, pode sei a crise econômica porque os barracos aumentam de número e vender lenha é uma forma de sobreviver”. Mas ao mesmo tempo, Vinícius da Silva, também do SATs, alerta que as consequências da derrubada indiscriminada de árvores podem implicar em inúmeras vítimas, entre elas os próprios moradores dos barracos que não estão livres de deslizamentos. (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 26 de Junho de 1984)

Na matéria de Julho de 84, moradores da Vila Tibiriçá, outro bairro localizado no sul de Santo André, denunciavam desmatamento e queimadas, porém não eram áreas com Mata Atlântica, mas extensos eucaliptais, que na opinião dos moradores deveriam ser preservados como reserva verde. Os denunciantes se dividiam no quesito de motivações para as ações, alguns acreditavam ser pela estiagem que deixava as matas suscetíveis às queimadas, mas outros apontavam a possibilidade de ser a preparação do terreno para algum empreendimento imobiliário. Para o comandante Tormena da Polícia Florestal, questionado sobre o número crescente de desmatamentos e queimadas em toda “a região”: “Muitas vezes é a própria população quem faz o corte de árvores para comercializar a madeira ou para abastecer os fogões a lenha (...)” (DIÁRIO DO GRANDE ABC, 08 de Julho de 1984).

Sobre os conflitos das ocupações com os proprietários do terreno, segundo o relato de José Lira de Melo e Maria do Carmo Soares de Melo, eram constantes a presença da polícia nas ocupações, inclusive para realizar despejos: “tirava, eles pegava e voltava de novo, rolava na justiça aí cabou eles ficando. Uma brigaiada danada deles com a polícia (...) Assim quando a turma (*proprietário*) ia falar (*na prefeitura*) que o terreno era deles, aí mandava tirar”.

A favela do Cruzado 2

(...) começou a ser formada no final de 1986. Francisco Alberto, o Alemão, natural de Santo André e filho de italianos, é um dos líderes da favela. Segundo ele, a ocupação foi feita por 152 famílias despejadas da área do Jardim Irene. Em maio de 1989 já 680 famílias cadastradas no Cruzado 2. A área pertence ao Estado. (MÉDICI, s/ data, pág. 75)

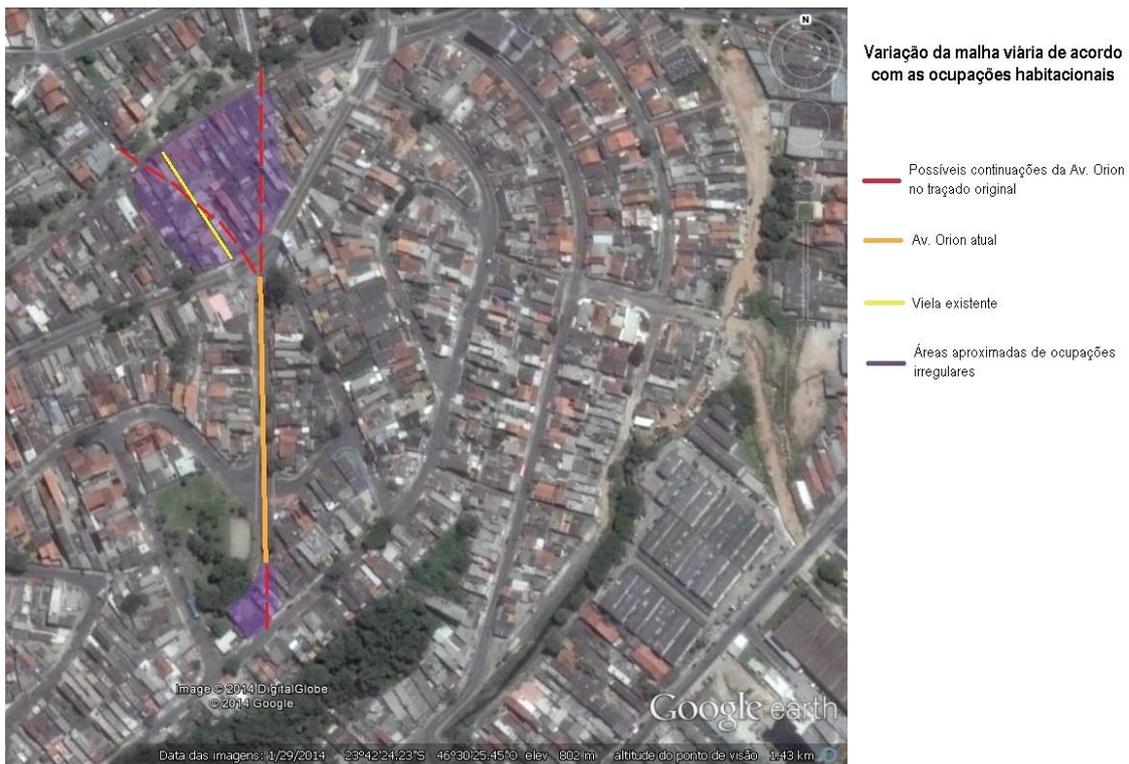
Segundo nossos entrevistados, diversas famílias que não foram despejadas do Jardim Irene também se mudaram para o Cruzado 2, em busca de habitar sem pagar aluguel.

O trabalho de Médici expõe a relação dúbia de repressão e consentimento entre o poder público e as ocupações. A favela João III no Vila João Ramalho,

Foi formada no final dos anos 70 (...). Os moradores criaram uma primeira comissão para tentar melhoramentos mínimos e conquistaram água e luz. Receberam apoio da Igreja Católica, num período de muita repressão por parte do poder público, quando se chegou a derrubar barracos. A mesma repressão vivida por outros favelados, em outras favelas. Caso da favela Dominicanos, no Jardim Santo André.

Esta Favela também é dos anos 70. Tereza Martins, a mais antiga moradora, fala como foi a repressão: “Quando fez 15 dias que a gente tava aqui, chegou o gerente do Banco Munhóz e xingou. Ai eu pensei: “E agora?”. Respondi: “Olha, moço, meu marido não está em casa, o sr. vem falar com ele a hora que ele tiver que eu não tô entendendo nada”. Nunca eu tinha morado em favela Daí uma base de oito dias ele tornou a voltar. Meu marido tava. Fomos conversar com ele na rua. Ele foi e falou assim: Vocês tão ai e na beira d’água a gente não vai mexer. Vocês só não deixam aumentar (a favela) do lado de lá. O prefeito da época também deixou a gente morar mas pediu pra gente não falar que ele autorizou. Ele mandou fazer e não era dele o terreno. Em seguida o Banco Munhóz faliu, passou pro Estado”. (MÉDICI, s/ data, pág. 75)

Mesmo bairros loteados legalmente tiveram trechos de ocupação ilegal. Por estarem em bairros com glebas já loteadas, estas ocupações se constituem em áreas menores e geralmente sobrepondo trechos de ruas. Relatos sobre essas ocupações no Jardim Irene loteamento, permitem entender a mudança da malha viária pensada pelos loteadores com a ação dos que se instalavam por fora do sistema oficial de compra e venda de imóveis. Atualmente a Avenida Orion não ultrapassa 200 metros de comprimento, nos planos dos loteadores estava previsto que esta avenida deveria ir até a Avenida Firestone próxima ao centro de Santo André, assim como a outra ponta da avenida deveria chegar até o município de São Bernardo do Campo. Com ocupações em dois trechos da Avenida na década de 70, esta ficou limitada a ser uma pequena rua interna do bairro, e mais do que isso modificou uma possível dinâmica de circulação de automóveis que seria característica de uma grande avenida, assim como a provável instalação de imóveis e atividades diferentes das atuais residências.



Mapa 10 Variação da malha viária no Jardim Irene de acordo com ocupações
Fonte: Elaborada pelo autor com base do Google Earth

O último avanço de porte considerável da mancha urbana entre os Irenes ocorreu de Nordeste para Sudoeste já nos anos 2000.



Mapa 11 Avanço da ocupação urbana entre Jardim Irene loteamento e Complexo do Jardim Irene de 2006 a 2014

Fonte: Elaborado pelo autor com base do Google Earth

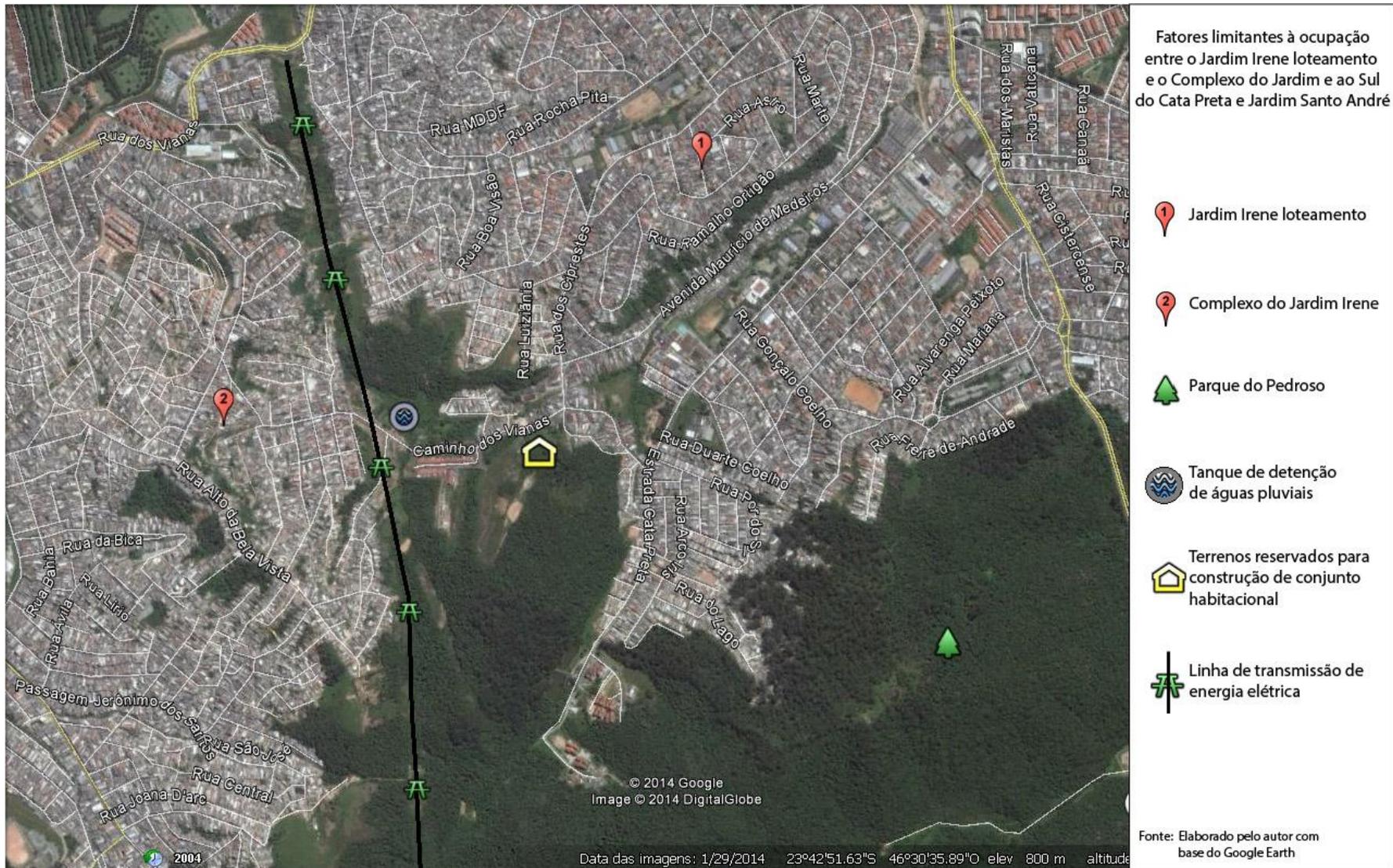
Anteriormente já citamos a influência dos empreendimentos da Companhia de energia Elétrica Light na evolução urbana das cidades da Região Metropolitana de São Paulo, assim como atuação na especulação imobiliária. A concretização dos empreendimentos da companhia tem impactos notáveis na paisagem, já que pelo ramo de atuação, são de grande porte.

A divisa de Santo André com São Bernardo do Campo que viemos tratando até aqui tem como elemento importante na composição da paisagem e do território uma linha de transmissão de energia elétrica, denominada de LT 88 kV Henry Borden – Sul, da qual não temos data de instalação. E compartilhando sua faixa de servidão (que não pode ser ocupada por outros imóveis) recebeu em 2012, licença prévia a Linha de Transmissão (LT) 345 kV Alto da Serra – SE Sul, datado de 2012.

A linha de transmissão é um fator importante, pois passa entre o Jardim Irene loteamento e o Complexo do Jardim Irene, mesmo a faixa de servidão não sendo totalmente efetiva, pois em alguns pontos as moradias chegam próximas da linha de transmissão e em outros pontos tanto residências quanto comércios localizados na Rua dos Vianas ficam em baixo da LT. Contudo é um dos fatores que influenciam a não fusão entre o Complexo do Jardim Irene e o Jardim Irene loteamento.

Outros fatores que atualmente contribuem para que terrenos entre os Irenes não sejam ocupados são a construção de um tanque de contenção de águas pluviais e a reserva de terrenos para a construção de habitações populares destinadas à uma associação de moradia do município de Diadema. Porém estes fatores limitantes ao crescimento horizontal do Complexo do Jardim Irene e do Jardim Irene loteamento são atuais e não podem explicar o porque que este avanço não ocorreu anteriormente.

Informalmente um funcionário do Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André afirmou ter realizado contagem de árvores na área verde próxima do tanque de contenção de águas pluviais e que provavelmente serão implantados serviços públicos nessa área. A concretização dessa possibilidade reafirmaria o uso das várzeas pelo poder público, já que o córrego Magini passa por estas terras.



Mapa 12 Fatores limitantes à ocupação entre o Jardim Irene loteamento e o Complexo do Jardim Irene e ao Sul do Cata Preta e Jardim Santo André.



Figura 14 Primeiro plano: Complexo do Jd. Irene. Segundo plano: LT e áreas não ocupadas. Plano de fundo: VI .João Ramalho, Jd. Irene loteamento, Jd . Santo André
Fonte: Elaborada pelo autor

Nos anos 1990 são adensados o Complexo do Jardim Irene e o Sítio dos Vianas.

Num dos extremos da unidade, junto ao limite de Santo André com São Bernardo (setor fiscal 33), não há loteamentos formais, apenas subdivisões de glebas ocasionadas pelo desmembramento de lotes em ruas oficiais, no caso a rua dos Ciprestes e estrada dos Vianas. Os desmembramentos registraram-se a partir de 1986, com base na lei federal 6766, que trata da autorização de loteamentos.

De resto, todo o espaço possui áreas desocupadas e relativas ao antigo Sítio Cata Preta, onde produzia-se tijolos e se desenvolvia plantação de verduras e legumes. Também é aqui, no remanescente do histórico Sítio dos Vianas, que foi assentada uma das maiores favelas de Santo André, a favela do Sítio dos Vianas, com formação a partir de 1980.

Pedro Ribeiro foi um dos primeiros moradores da favela: “Fui o primeiro morador. Aqui não tinha nada. Só tinha o seo Mariano lá no começo, com uma olaria. Abrimos a rua na mão. Da rua das Minas até aqui, na rua das Arvores”.

O preço da terra e dos imóveis sendo um dos fatores fundamentais para compreender o processo de ocupação do solo, ressaltamos que segundo Caderno de Planejamento de Bairro, elaborado pela Prefeitura municipal de Santo André no início dos anos 90 o valor do metro quadrado no Jardim Irene

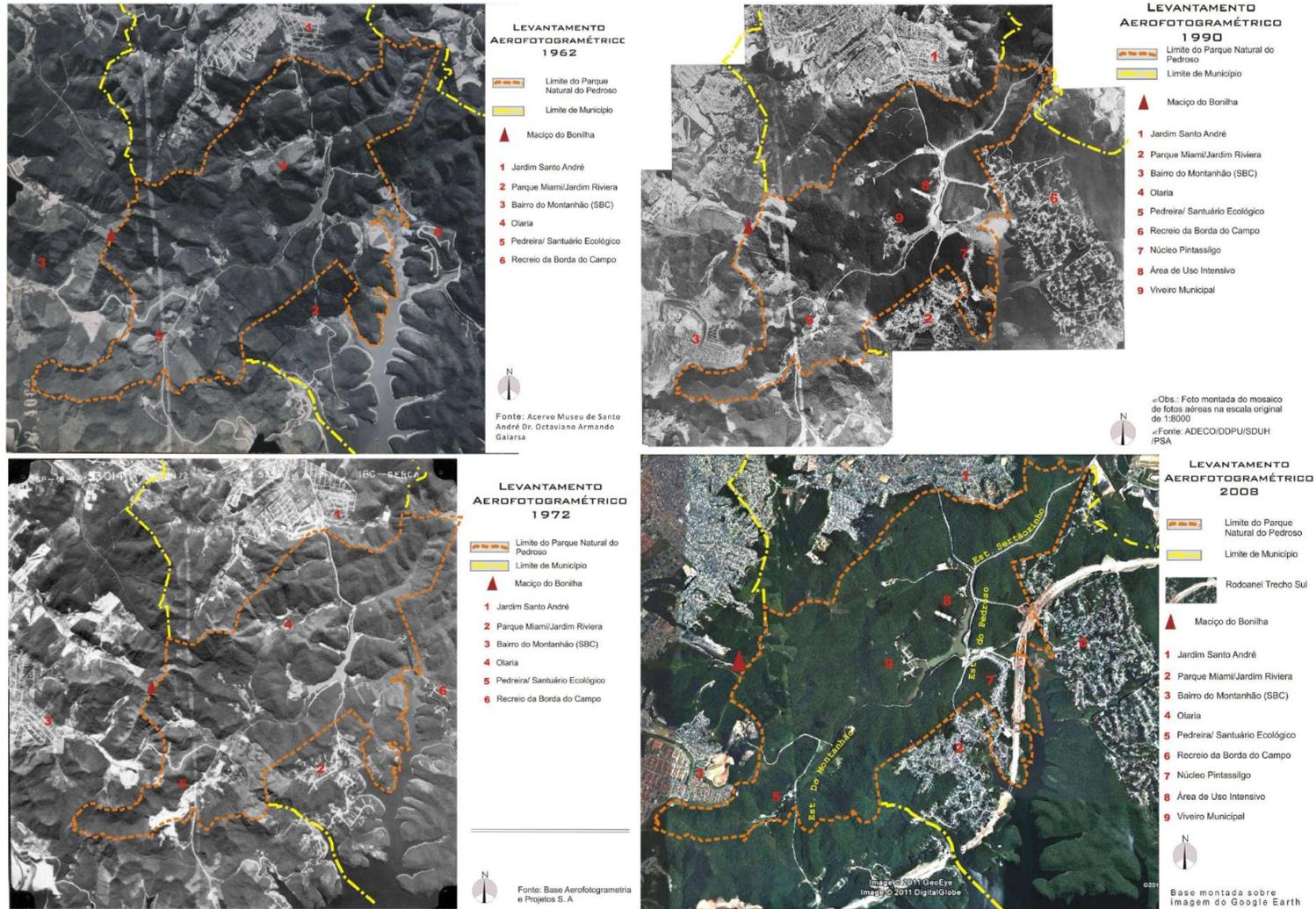
estava na faixa de Cr\$ 8.250,00 a Cr\$ 13.400,00, Vila Luzita Jardins Guarará e Aclimação na faixa de Cr\$ 13.450,00 a Cr\$ 17.670,00 o metro quadrado.

Em um índice da FIPE ZAP, atualizado a partir dos preços dos imóveis divulgados para venda, o metro quadrado no Jardim Irene em Novembro de 2014 estava em R\$ 2.476,00. Os algarismos menores quando comparados aos valores dos anos 90 não representam uma redução dos preços, já que o Real tem um valor cambial muito mais alto do que o Cruzeiro.

Também no final do século XX crescem os bairros localizados a sudeste do Parque do Pedroso, portanto dentro da macrozona de proteção ambiental definida pelo plano diretor do município de Santo André, podemos então compreender que a não fusão dos Irenes não representa uma estagnação total no crescimento urbano, mas uma periferação ainda maior, ainda que na no final do século XX a migração para a Região Metropolitana de São Paulo tenha diminuído. Segundo Da Silva (2008) os números da imigração interestadual para a metrópole paulista tem a seguinte variação neste período: anos 70 – 2,2 milhões de pessoas; anos 80 – 1,5 milhões de pessoas; anos 90 1,8 milhões (pág. 44).

Portanto, mesmo com a crise dos anos 80 sendo superada do ponto de vista cambial e inflacionário através de mecanismos de austeridade para o trabalhador, que fazem parte do neoliberalismo. Inclusive com a realocização de parte das indústrias que saem de Santo André e do ABC. Nos anos 90 a imigração interestadual para a metrópole paulista volta subir, apesar de não atingir o patamar dos anos 70.

Essa retomada da imigração nos anos 90, talvez se explique, porque mesmo com queda na criação de empregos e precarização das condições de trabalho que ocorreram sob a égide do neoliberalismo, o status de metrópole das oportunidades se mantenha no imaginário popular. E porque num país tão desigual regionalmente, a vida periférica na metrópole represente uma melhora relativa na vida do trabalhador que migra.



Mapa 13 Levantamentos Aerofotogramétricos do Parque do Pedroso e seu entorno.
 Fonte: FREITAS, 2011

Considerações

As diferenças entre a paisagem do Complexo do Jardim Irene e do Jardim Irene loteamento são a expressão de um processo de ocupação em momentos cronologicamente próximos, mas com condições políticas e econômicas distintas.

O loteamento é dos anos 50, momento do pós 2ª Guerra Mundial, com intensa industrialização no ABC paulista e com terrenos loteados a preços baixos na periferia ainda disponíveis. Apesar da falta de estrutura e serviços destes loteamentos, os trabalhadores, em sua maioria migrantes de outros estados e do interior de São Paulo, conseguiam se instalar legalmente e em áreas em que estavam abertas ruas e avenidas, mesmo que ainda de terra.

Os movimentos sociais por terra e moradia ganham corpo nos anos 70, momento em que as políticas econômicas do regime militar não fazem mais “milagres” e que a tecnocracia instalada nos órgãos estatais que deveriam pensar as cidades não dá conta de sua vívida dinâmica e a autocracia não tem espaço para participação popular no planejamento. Estes movimentos ganham ainda mais força nos anos 80 e passam a organizar ocupações coordenadas. Os conflitos diretos com os proprietários de terra, de imóveis e com Estado, somados à troca de experiência com o movimento sindical e de enfrentamento à ditadura dão substância ao questionamento da legitimidade da propriedade da terra sem uso social.

O Complexo do Jardim Irene se adensa nos anos 90, quando a implantação de medidas neoliberais ocorre paulatinamente, parte das indústrias se deslocam do ABC, cresce o desemprego, os direitos trabalhistas são reduzidos, assim como a remuneração quando comparada ao custo de vida, e o preço da terra está significativamente mais alto. Ou seja, o momento de austeridade faz com a que periferização seja um imperativo.

A paisagem, como expressão de um processo envolvendo a interação da totalidade dos elementos da realidade, é a forma perceptível do resultado das

forças em disputa nos lugares. Assim a comparação das paisagens do Jardim Irene loteamento, do Complexo do Jardim Irene e do Sítio dos Vianas, baseada por esta pesquisa revela a ação dos agentes sociais na formação territorial.



Figura 15 Padrões construtivos e paisagens: Jardim Irene; Complexo do Jardim Irene; Sítio dos Vianas

Fonte: Elaborado pelo autor sobre base do Google Earth.

O Sítio dos Vianas destacado na figura 16 tem ruas estreitas em grandes declives, porém servidas de serviços públicos. Uma realidade e uma paisagem resultantes da atuação de um movimento social que ocupou, se instalou numa área de risco e fora dos padrões construtivos, mas que teve força para cobrar os serviços e infraestrutura do Estado.

A presença considerável de habitações em situação de risco de deslizamentos, a falta de infraestrutura urbana ou a presença dela fora de padrões - como ruas pavimentadas, mas estreitas, praticamente sem calçadas - no Complexo do Jardim Irene e em outras favelas próximas, podem nos levar ao equívoco de considerar que o parcelamento de terra e sua ocupação de maneira legal como

no loteamento do Jardim Irene não sejam parte de uma espoliação urbana com o objetivo final de potencializar a acumulação capitalista. Porém o mesmo processo de especulação imobiliária que aumenta o preço da terra não permitindo a fixação da classe trabalhadora próximo ao centro da cidade e mesmo de zonas comerciais, cria loteamentos legais, nos quais a falta de estrutura e equipamentos urbanos dá as condições para os preços baixos da terra, enquanto a baixa remuneração recebida pelos moradores destes locais em seus respectivos empregos gera a necessidade da autoconstrução.

É inegável, no entanto, que as condições de habitação no Complexo do Jardim Irene são mais severas do que no Jardim Irene loteamento. Esta situação de risco vivenciada pelos moradores do Complexo do Jardim Irene, longe de ser uma realidade isolada, é comum a diversos bairros e favelas na Região Metropolitana de São Paulo, no Brasil e internacionalmente. A semelhança vai além do risco e está também na gênese de sua formação: trabalhadores em busca de trabalho que migram e encontram cidades que os impelem à periferização.

Remediar estas situações de risco, num primeiro momento, passa por projetos pontuais, e ao longo das décadas diversos projetos da chamada urbanização ou de reassentamento foram direcionados para o Jardim Irene e outros bairros da periferia Sul de Santo André: projeto CURA (Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada no Município de Santo André) nos anos 70, PAT – PROSANEAR (programa criado na década de 90), urbanizações com verba do PAC nos anos 2000.

Contudo, apesar da importância de tais ações, os problemas enfrentados por estas pessoas não são conjunturais. Por isso, pensar uma mudança estrutural nas situações de riscos destes indivíduos, com um planejamento sistemático da ocupação urbana, mantendo Áreas de Proteção Permanente conservadas, pressupõe a disposição de enfrentamento com o capital, pois este se vale da formação do exército industrial e de sua reprodução a baixo custo.

No que tange o Jardim Irene loteamento, como é possível observar na figura 16 e no cotidiano dos últimos anos do local de estudos, o bairro não teve grandes mudanças em sua paisagem nas décadas que se seguiram. Porém

destacamos que parte considerável das casas teve um segundo andar construído, como forma de aumentar a área útil da residência, numa continuidade do processo de autoconstrução e melhoras contínuas realizadas pelos moradores.

A experiência cotidiana de um pesquisador, que é também morador do local estudado, mostra que durante os últimos vinte anos parte dos moradores se mantiveram; os que saíram majoritariamente eram os de renda mais baixa, com uma situação de emprego menos estável; e os moradores mais recentes já incluem trabalhadores de renda mais alta e mesmo pequenos empresários. Também é perceptível a diminuição de moradores que sabidamente eram envolvidos com crimes e negócios ilícitos. Contudo, o Jardim Irene se mantém um bairro operário.



Jardim Irene loteamento a partir da Praça Saturno, 1972
Fonte: Médici, 1977, s/pág.



Jardim Irene loteamento a partir da Praça Saturno, 2014
Fonte: Elaborada pelo autor

Figura 16 Paisagem do Jardim Irene loteamento 1972 – 2014
Fonte: Elaborado pelo autor

Atualmente os moradores do Jardim Irene loteamento não possuem uma associação de moradores ou qualquer outra organização de base que abarque todo o bairro, o que talvez se justifique pelo fato que a maior parte do bairro se encontra em uma situação estável, com poucas residências em situação de

risco, provida de serviços de água, esgoto, luz, telefonia, porém há de se destacar que o transporte público ainda passa apenas nas vias arteriais ou secundárias de grande movimentação. A organização existente é relativa aos moradores da Av. Maurício de Medeiros que articula ações contra as frequentes enchentes.

O Complexo do Jardim Irene conta com uma associação de moradores e nos últimos anos passa por obras de urbanização financiadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal. Estas obras, a desapropriação de algumas famílias durante esse processo, o papel das associações de moradores na viabilização desses programas, e as disputas partidárias que envolvem estas obras são temas que devem fazer parte de um estudo de aprofundamento da territorialidade e realidade do Complexo do Jardim Irene ou agora denominado Jardim Cipreste. Outros temas que nos parecem centrais num estudo de aprofundamento seria o tráfico de entorpecentes, a rotina de algumas destas famílias que ainda não possuem acesso a serviços básicos e a invisibilidade desta grande comunidade em diversos materiais cartográficos que não representam sua existência.

A intensa ocupação desta parte da cidade que denominamos de periferia Sul de Santo André deixou poucos terrenos vazios, no entanto a luta por moradia continua, e no ano de 2012 o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto ocupou um terreno particular, mas vazio, próxima à Avenida Adriático. A ocupação foi finalizada após acordo com a prefeitura que previa pagamento de aluguel social.

Apesar da predominância do uso residencial das periferias, atividades econômicas também estão presentes nesta parte da cidade. No caso da periferia Sul de Santo André se destacam o centro comercial de Vila Luzita, Estrada do Cata Preta e Estrada do Pedroso. Mesmo com a maior parte dos estabelecimentos ainda de pequeno e médio porte, verifica-se o avanço dos grandes oligopólios mercantis, bancários e do capital imobiliário nestes logradouros. Diversos bancos já possuem agências na Vila Luzita, onde também foi instalado um grande mercado de um grupo internacional e uma loja de móveis de um grande grupo nacional; a Estrada do Pedroso que continha olarias até a metade do século XX atualmente tem estabelecimentos

comerciais de diversos segmentos; a Estrada do Cata Preta, além dos pequenos comércios e serviços, neste momento tem torres residenciais sendo construídas no terreno anteriormente ocupado por uma indústria.

Esse avanço dos grandes capitais, além da concorrência com os estabelecimentos de capital local, deve significar o aumento dos preços imobiliários e imposição de uma situação em que as camadas populares ou contraem grandes dívidas ou procuram locais ainda mais distantes para habitar.

Não obstante, empreendimentos imobiliários de dois ou três andares, com oito ou dez unidades, construídas em terrenos antes ocupados por apenas uma casa, são cada vez mais comuns na Vila Luzita, na Vila Tibiriçá e começam a aparecer também no Jardim Irene, portanto mesmo pequenos e médios capitais, como são o caso destes construtores, também colaboram para o aumento dos preços imobiliários.

A Vila Luzita, bairro mais antigo desta área, tem preponderantemente, unidades residenciais ocupando lotes inteiros, de 10 x 25 metros quadrados, enquanto no Jardim Irene loteamento são comuns lotes divididos em dois proprietários (5X25). Os citados empreendimentos consistem na divisão de um lote em oito ou dez famílias. Portanto, existe uma tendência, de aumento do preço por metro quadrado e também de adensamento no uso do solo.

Referências

ABRIL. A economia no século XIX. Almanaque Abril. Disponível em:

<https://almanaque.abril.com.br/mapas/Hist%C3%B3ria%20do%20Brasil>

ALMEIDA, Estela Regina; BUENO, Laura Machado de Mello. Estudo de Urbanização de favelas no contexto de recuperação de micro bacias urbanas: Projeto Parque Anhumas, em Campinas - SP e o Complexo Jardim Irene, em Santo André – SP. Anais do XIV Encontro de Iniciação Científica da PUC-Campinas - 29 e 30 de setembro de 2009.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduatehy. Tese de Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo

BRITO, Fausto. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Disponível em:

<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/6EncNacSobreMigracoes/ST3/FaustoBrito.pdf>

CEFET. Consenso de Washington. Disponível em:

<http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalizacao/consenso.html>

COMARU, Francisco; TANAKA, Giselle; CRISTALDO, Juan Carlos. Plano de Ocupação para Áreas com Sobreposição de Interesse Ambiental e Social no Município de Santo André – SP. Disponível em:

http://issuu.com/juankcristaldo/docs/artigo_comaru_tanaka_cristaldo/17

CORREA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 2004.

CRISTALDO, Juan. Valles y laderas. Disponível em:

<http://vallesyladeras.blogspot.com.br/2009/06/valles-y-laderas-capitulo-5.html>

DANIEL FILHO, Bruno. Anais do I Congresso de História da Região do Grande ABC. Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André, 1990.

DAVID, MARCOS. A subida ao Morro Pelado. Disponível em:

<http://morropelado.blogspot.com.br/2007/04/subida-ao-morro-pelado.html>

DOWBOR, Ladislau. A Formação do Terceiro Mundo. Ed. Brasiliense, 1980.

ENGELS, Friedrich. O Capital de Karl Marx. Tradução e HTML: 2008
Disponível: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1868/03/28-ga.htm>

Estudo de Impacto Ambiental da Linha de Transmissão (LT) 345 kV Alto da Serra – SE Sul. Realizado pela JPG Consultoria e Participações LTDA

FERNANDES, Florestan, Capitalismo Dependente e classes sociais na América Latina. 4ª Edição - São Paulo: Global, 2009

FREITAS, Ana Paula de, Parque Natural do Pedroso: uma unidade de conservação em área urbana. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo: 2011

GAIARSA, Octaviano A. Santo André: ontem, hoje, amanhã. Santo André, Prefeitura Municipal de Santo André, 1991

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina. São Paulo: Ed. Paz e Terra. 36ª edição, 1994.

GONÇALVES, M. B. Qualidade Urbana em assentamentos de população de baixa renda: O caso do Complexo Jardim Irene, em Santo André, SP. Universidade São Judas Tadeu. Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 2009. Disponível em:
http://www.usjt.br/biblioteca/mono_disser/mono_diss/2011/167.pdf

HUBERMAN, Leo. História da Riqueza do Homem. Ed. Zahar, 1981

KOWARICK, Lúcio et al. São Paulo 1975 Crescimento e Pobreza. 5ª edição – São Paulo: Edições Loyola, 1975

LÊNINE, Vladimir I. Imperialismo fase superior do capitalismo. 1984. Disponível em: <http://www.marxists.org>

LIPIETZ, Alain. Miragens e Milagres. Problemas da industrialização no terceiro mundo. Ed. Nobel, 1988.

MACIEL, Edcley. A globalização e seus efeitos no ABC paulista e Região Metropolitana de São Paulo. Monografia de especialização em Sociologia e História do Trabalho. Centro Universitário Fundação Santo André, 2003.

MARTINS, Élvio Rodrigues. Geografia e Ontologia: O fundamento geográfico do ser. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 21, pp. 33 - 51, 2007.

MÉDICI, Ademir. A história dos bairros – LXXII, Vila Luzita II. Diário do Grande ABC, 28 de Agosto de 1977

MÉDICI, Ademir. Migração, urbanismo e cidadania: a história de Santo André contada por seus personagens. “Santo André direito à cidade”, Prefeitura Municipal de Santo André. Sem data.

MOREIRA, Ruy, Conceitos, categorias e princípios lógicos para uma geografia dialeticamente pensada. Texto datilografado. Debate do I ENEGE.

MOREIRA DOS SANTOS, Laerte. Expansão urbana da cidade de São Paulo e a segregação sócio-espacial durante o período de 1850 a 1992. CEFET.

Disponível em: <http://www.cefetsp.br/edu/eso/saopaulo.html>

MOROZ, Isabel Cristina. Mapa da urbanização e mudanças morfológicas da bacia hidrográfica do Rio Tamanduateí. 2010. Disponível em:

file:///C:/Users/a/Downloads/2010_IsabelCristinaMorozCacciaGouveia_Mapas.pdf

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à razão dualista O ornitorrinco. São Paulo: Ed. Biotempo, 2003.

PAULA, Angela de. Sto. André retoma núcleos de defesa civil. ABCD Maior, 13 e 14 de Agosto de 2013.

P.M.S.A. Planejamento de bairro: Jd. Irene, Jd. Aclimação, Vila Luzita; Vila Lutécia, Jd. Guarará, Sítio dos Vianas. Santo André Direito à cidade, sem data.

P.M.S.A. Mapa da cidade de Santo André. Disponível em:

<http://www2.santoandre.sp.gov.br/images/docs-portal/2013-03-14-mapa-cidade-santo-andre.pdf>

RECLUS, E. L’homme et la Terre. In: Andrade, M. C. (org.). Élisée Reclus. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais), 1985.

ROCKENBACH, Denise. A Geografia Urbana no livro didático. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH. Departamento de Geografia. 1993.

SCIENTIA CONSULTORIA. Exposição “Santo André: patrimônio, história, potencial arqueológico” - Programa de Arqueologia Preventiva na Área de Instalação do SDGN Integrado de Santo André. Museu de Santo André Dr. Octaviano Armando Gaiarsa, 2014.

SOUZA, Marcelo José L. Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual. São Paulo: Editora Ática, 1996.

SANTOS, Milton. O trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo (1971). 2 edição – São Paulo: Editora Hucitec, 1986.

DA SILVA, Izildo Carlos Alves. A mobilidade do trabalho sob o impacto da reestruturação produtiva: estudo das tendências migratórias em Santo André. Mestrado em Geografia Humana, FFLCH - USP. São Paulo: 2008

SINGER, Paul. Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo. Disponível em:
http://www.cebrap.org.br/v2/files/upload/biblioteca_virtual/urbanizacao_e_desenvolvimento.pdf

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras. 1ª edição – São Paulo: Outras Expressões (Geografia em Movimento), 2012

TIZIO, Iberê Luiz Di. Santo André. A causa toponímica na denominação das seus bairros. Tese de doutorado. São Paulo, FFLCH - USP, 2009.